



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS E PRÁTICAS NO JORNALISMO

RANIEL DAS FLÔRES CANUTO

***SALUS POPULI SUPREMA LEX EST: JORNAL O AVISO E A BATALHA
POLÍTICO-PARTIDÁRIA DO CORONEL JOAQUIM DAS CHAGAS LEITÃO
ATRAVÉS DA IMPRENSA (1910–1930)***

TERESINA– PI
2022

RANIEL DAS FLÔRES CANUTO

***SALUS POPULI SUPREMA LEX EST: JORNAL O AVISO E A BATALHA
POLÍTICO-PARTIDÁRIA DO CORONEL JOAQUIM DAS CHAGAS LEITÃO
ATRAVÉS DA IMPRENSA (1910–1930)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Processos e Práticas em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

C235s Canuto, Raniel das Flôres.
Salus populi suprema lex est : jornal *O Aviso* e a batalha político-partidária do Coronel Joaquim das Chagas Leitão através da imprensa (1910-1930) / Raniel das Flôres Canuto. -- 2022.
153 f.

Dissertação (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2022.

“Orientadora: Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima”.

1. História da Imprensa. 2. Jornalismo. 3. Análise do Discurso.
4. *O Aviso*. 5. Picos. 6. Piauí. I. Lima, Nilsângela Cardoso. II. Título.

CDD 070.9

RANIEL DAS FLÔRES CANUTO

***SALUS POPULI SUPREMA LEX EST: JORNAL O AVISO E A BATALHA
POLÍTICO-PARTIDÁRIA DO CORONEL JOAQUIM DAS CHAGAS LEITÃO
ATRAVÉS DA IMPRENSA (1910–1930)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Teresina-PI, 19 de Julho de 2022

BANCA EXAMINADORA:

Nilsângela Cardoso Lima

PROFA. DRA. NILSÂNGELA CARDOSO LIMA
Presidente

Thiago Coelho Silveira

PROF. DR. THIAGO COELHO SILVEIRA
Examinador

Gustavo Fortes Said
PROF. DR. GUSTAVO FORTES SAID
Examinador

TERESINA – PI
2022

À minha Mãe, Maria de Fátima das Flôres
Canuto.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo aos meus pais, que primaram sempre pela minha Educação. Obrigado Sr. Pedro Canuto Neto e Sra. Maria de Fátima das Flôres Canuto por, além de me oferecerem a oportunidade de estudar, sempre estarem presentes e sou muito feliz por isso. Agradeço aos meus irmãos pela força.

Meu agradecimento mais profundo ao meu companheiro e grande incentivador, Paulo Victor. O seu apoio foi crucial para a conclusão dessa etapa da minha vida! À Helena Negreiros, ao Lúcio Gomes de Oliveira e ao Pedro Leno.

Não posso deixar de agradecer também às pessoas marcantes, que me apoiaram nesse projeto de vida: Evandro Alberto, Juliana Valença, Fábio Nóbrega (*in memoriam*), Maria José, Graciele Barroso, Rejane Meyson, Claiton Mello, Emílio César. À revisora Lara Soares. Às minhas amigas, Remédios, Lana, Eclesier, Adriana, Márcia, Aduino, Carol, Mônica.

Agradeço ainda aos meus tios e tias, primos e primas e a todos que torceram por essa conquista.

Sou grato pela turma de 2021 do PPGCOM UFPI que tanto me acolheu. Obrigado por toda a força que vocês me passaram nos momentos difíceis, do mestrado e da pandemia: Jader, Vinicius, Carla, Ana Paula, Critiane, Lísia, Ohana, Thais e Marcos.

À minha orientadora, Nilsângela Cardoso. Sou muito grato por ter aprendido tanto com você. Agradeço imensamente por ter me guiado nesse caminho do aprendizado. Obrigado pelas aulas, pelas orientações, pelo acolhimento e pela companhia.

A todo o corpo docente do PPGCOM UFPI. Em especial aos professores com os quais tive a oportunidade de pagar disciplinas: Ana Regina, Cristiane Portela, Gustavo Said, Monalisa Xavier, Paulo Fernando, Samantha Castelo Branco, Juliana Teixeira, Jacqueline Dourado.

À professora Marylu Oliveira e ao Gustavo Said que fizeram parte da minha banca na qualificação.

Agradeço a DEUS por me permitir citar estas pessoas neste momento tão importante. Obrigado por colocá-las tão caprichosamente em minha vida.

Perdi muito tempo até aprender que não se guarda palavras. Ou você as fala, as escreve, ou elas te sufocam.

Clarice Lispector

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Piauí.	58
Figura 2: Coronel Joaquim das Chagas Leitão.	65
Figura 3: Capa da primeira edição do jornal O Aviso em 1910.	70
Figura 4: Seção “Gazetilha” do jornal O Aviso destinada a assuntos políticos.....	70
Figura 5: Seção destinada a publicação de telegramas.....	72

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: RELAÇÃO DOS JORNAIS DO PIAUÍ EM 1912.....	51
---	----

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PC - Partido Conservador

PD - Partido Democrata

PL - Partido Liberal

PLR - Partido Liberal Republicano

PR - Partido Republicano

PRA - Partido Republicano Autonomista

PRC - Partido Republicano Conservador

PRF - Partido Republicano Federal

PRL - Partido Republicano Legalista

PRL - Partido Republicano Liberal

PRM - Partido Republicano Mineiro

PRP - Partido Republicano Paulista

PRR - Partido Republicano Rio-Grandense

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma análise do jornal *O Aviso*, o primeiro órgão de imprensa da cidade de Picos (PI), fundado pelo coronel Joaquim das Chagas Leitão em 1910. *O Aviso* circulou entre 1910 e 1930, e nesse período travou batalha discursiva com adversários políticos por meio da imprensa, que lhe servia de instrumento para sustentar/manter seu prestígio e o poder de chefe político na Primeira República. Deste modo, analisa-se as edições publicadas no período de 1910 a 1930, dando atenção especial para as matérias que tratam sobre as disputas partidárias e as estratégias do coronel Joaquim Leitão dentro do jogo político, num período em que os partidos republicanos se fortaleciam por meio de alianças para enfrentar os possíveis adversários. Para tanto, as metodologias adotadas foram a Pesquisa Documental na concepção de Gil (2002) e Análise do Discurso, na perspectiva teórica e metodológica de Foucault (1996; 1998). O referencial teórico tendo como base o conceito de fato político, de Sodré (1999), campo/capital político, de Bourdieu (1989) e cultura política, de Berstein (1998). A partir da análise do material empírico, verifica-se que o jornal *O Aviso* foi criado para atender aos anseios políticos e partidários do coronel Joaquim das Chagas Leitão e construir capital político dentro das disputas pelo poder no Piaul na Primeira República. Apesar de não imprimir o direcionamento partidário no cabeçalho ou expediente do jornal, assim como acontecia na maioria dos jornais doutrinários da época, o conteúdo analisado do jornal mostra que ele serviu de arma para as lutas políticas entre 1910 e 1930, combatendo, principalmente, os prefeitos Antônio Rodrigues da Silva (1912-1918) e Francisco Santos (1918-1928). As primeiras lutas do jornal estavam alinhadas ao Partido Republicano Conservador (PRC), ao qual aderiu o governador do Estado, Antonino Freire da Silva, em 1910. A partir de 1917, o jornal *O Aviso* aliou-se ao Partido Republicano Autonomista (PRA), depois que o coronel Joaquim das Chagas Leitão foi excluído do PRC; e, em 1930 juntou-se   Aliança Liberal e fez campanha para Getúlio Vargas. O jornal *O Aviso* também travou batalhas discursivas com alguns jornais de Teresina, a exemplo de *O Apóstolo* ( rg o da União Popular), entre 1910 e 1912, e com o  rg o *O Piauhy* ( rg o do PRC), de 1912 a 1930. No final da década de 1910, dois jornais foram criados para combater *O Aviso* em Picos, a saber: *O Rebate*, em janeiro de 1918 (criado pelo coronel Antônio Rodrigues da Silva); e *O Reboque*, em fevereiro de 1918 (criado pelo coronel Josino José Ferreira). Observa-se que o jornal *O Aviso* era o instrumento que matinha o coronel Joaquim das Chagas Leitão dentro dos “debates” da imprensa, contribuindo para que ele sobrevivesse e continuasse ativo no campo político. Nos períodos de campanhas políticas o coronel intensificava a produ o de fatos políticos, ora para enaltecer os seus correligionários, ora para combater os adversários. As principais estratégias do coronel Joaquim das Chagas Leitão, com a ajuda do jornal *O Aviso*, era manter um capital simbólico e, por meio dele, o seu poder e prestígio na cultura política da cidade de Picos no início do século XX.

Palavras-Chave: História da Imprensa. Jornalismo. Análise do Discurso. *O Aviso*. Picos. Piaul.

ABSTRACT

This thesis presents an analysis of the newspaper *O Aviso*, the first press vehicle in the city of Picos (PI), founded by Colonel Joaquim das Chagas Leitão in 1910. *O Aviso* was in circulation between 1910 and 1930. During this time, it engaged in discourse battles with political opponents through the press, which served as an instrument to maintain the Colonel's prestige and power as a political leader in the period known as Primeira República (first republic, 1889–1930). Thus, the editions published from 1910 to 1930 were analyzed, with particular attention to the news articles related to the partisan struggles and strategies of Colonel Joaquim Leitão within the political scene, in a period when the republican parties were strengthened by alliances to face possible opponents. For this purpose, the methodologies adopted were the Documentary Research in the conception of Gil (2002) and Discourse Analysis, from the theoretical and methodological perspective of Foucault (1996; 1998). The theoretical framework was based on the concepts of political fact by Sodré (1999), political field/capital by Bourdieu (1989) and political culture by Berstein (1998) From the analysis of the empirical material, it can be verified that the newspaper *O Aviso* was created to meet the political and partisan aspirations of Colonel Joaquim das Chagas Leitão, and to build political capital within the power struggles in Piauí in the First Republic. Although the newspaper's headline or masthead did not display partisan orientation, as did most of the doctrinaire newspapers of the time, the content of the newspaper shows that it served as a weapon in the political struggles between 1910 and 1930, fighting mainly against the Mayors Antônio Rodrigues da Silva (1912–1918) and Francisco Santos (1918–1928). The newspaper's early struggles were aligned with the Partido Republicano Conservador (conservative republican party, PRC), which State Governor Antonino Freire da Silva joined in 1910. Starting in 1917, the newspaper *O Aviso* sided with the Partido Republicano Autonomista (autonomist republican party, PRA) after Colonel Joaquim das Chagas Leitão was expelled from the PRC, and in 1930 it joined the Aliança Liberal (liberal alliance) and campaigned for Getúlio Vargas. The newspaper *O Aviso* also fought discourse battles with some newspapers from Teresina, such as *O Apóstolo* (vehicle of the União Popular [popular union]) between 1910 and 1912 and *O Piauí* (vehicle of the PRC) from 1912 to 1930. In the late 1910s, two newspapers were created to oppose *O Aviso* in Picos, namely: *O Rebate*, created in January 1918 by Colonel Antônio Rodrigues da Silva, and *O Reboque*, created in February 1918 by Colonel Josino José Ferreira. It is noted that the newspaper *O Aviso* was the instrument that kept Colonel Joaquim das Chagas Leitão involved in the “discussions” of the press, contributing to his survival and continued activity in the political field. During political campaigns, the Colonel would intensify the production of political facts, sometimes to praise his allies, sometimes to combat his opponents. Colonel Joaquim das Chagas Leitão's main strategy, with the help of the newspaper *O Aviso*, was to maintain a symbolic capital and, through it, his power and prestige in the political culture of the city of Picos in the early 20th century.

Keywords: Press History. Journalism. Discourse Analysis *O Aviso*. Picos. Piauí.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O MOVIMENTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO E A IMPRENSA BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)	20
2.1 Características da imprensa brasileira na Primeira República (1889-1930)	21
2.2 (Re)organização dos partidos políticos e usos da imprensa como arma na Primeira República (1889-1930)	29
<i>2.2.1 As articulações políticas e os combates da imprensa partidária durante a Política dos Governadores</i>	29
<i>2.2.2 O processo eleitoral na Primeira República e o papel da imprensa na campanha política</i>	38
2.3 A imprensa piauiense e a política partidária do Piauí na Primeira República (1889-1930)	42
3 O AVISO: O NASCIMENTO DA IMPRENSA PICOENSE DURANTE A EFERVESCÊNCIA DA POLÍTICA PARTIDÁRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA	57
3.1 Características gerais do município de Picos (PI) na passagem do século XIX para o século XX	57
3.2 Joaquim das Chagas Leitão: o “Coronel” da imprensa picoense	63
3.3 Folheando <i>O Aviso</i>: aspectos gerais do primeiro jornal picoense	68
3.4 “Os jornais se pareciam com partidos políticos”: a relação entre o jornal <i>O Aviso</i> e os partidos	77
4 AS BATALHAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS E DISCURSIVAS DO CORONEL JOAQUIM DAS CHAGAS LEITÃO ATRAVÉS DO JORNAL <i>O AVISO</i> (1910–1930)	88
4.1 Os desacordos entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio	89
4.2 O Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio combatem os Prefeitos de Picos	109
<i>4.2.1 Prefeito Antônio Rodrigues da Silva (1912-1916)</i>	109
<i>4.2.2 Prefeito Francisco Santos (1918-1928)</i>	125
4.3 A atuação do jornal <i>Aviso</i> nas lutas políticas e partidárias no final da Primeira República	128
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	146

1 INTRODUÇÃO

Na passagem do século XIX para o século XX, a imprensa brasileira e piauiense continuava sendo considerada uma extensão das instituições políticas. Antes e depois da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, os jornais foram muito utilizados nas causas políticas pelos monarquistas, republicanos e abolicionistas. Com a Primeira República, esse comportamento não mudou, sendo a imprensa um meio de legitimação do poder e espaço de debate para as diferentes facções políticas.

Dividida entre monarquistas e republicanos, a elite política brasileira e piauiense se apropriou da imprensa para fazer ecoar suas propostas. A imprensa, que historicamente esteve sob controle dos grupos de poder econômico e político, foi utilizada como veículo de difusão das ideias de República e de Federalismo, e como arma na briga partidária. No plano político, segundo Nunes (2001), uma parte da elite política piauiense aderiu ao regime republicano, inclusive como estratégia para a preservação do poder político, e a outra permaneceu fiel aos princípios monárquicos. Dessa maneira, cada grupo político criava ou arrendava um jornal para servir a uma facção política como propagador de ideologias e das lutas políticas e partidárias, visando a legitimação do poder em razão da sua capacidade de influenciar e formar opiniões.

Segundo Pinheiro Filho (1997), no Piauí, a passagem do Império para a República foi marcada por grandes e indiferentes expectativas. Os componentes dos velhos partidos políticos ficaram desorientados sobre os seus lugares no novo regime. No entanto, a configuração política decorrente da proclamação da República movimentou os grupos políticos e a imprensa, de maneira que, em 1890, a elite política piauiense reorganizou-se formando dois novos partidos: o Partido Republicano Federal (PRF) e o Partido Democrata (PD). De acordo com Nunes (2001), as lideranças políticas do Piauí foram agrupadas de acordo com interesses pessoais, pois tanto os partidos republicanos quanto os democratas tinham monarquistas e republicanos presentes, e tais ideias repercutiram na imprensa local.

No início do século XX houve uma reorganização dos papéis públicos motivada pela Primeira República. Nesse momento, crescem de forma agressiva os choques de ideologias, devido à velocidade de impressão e circulação dos jornais (PINHEIRO FILHO, 1997). A imprensa panfletária e combativa era a que funcionava, cabendo a uma pequena elite letrada o papel de atuar como jornalistas e defender os interesses de suas famílias. Esse perfil político da imprensa manteve-se hegemônico no Piauí até meados da década de 1940, conforme explica Rêgo (2001), ainda que nesse período já contasse com alguns jornais que apresentavam uma retórica de independência, imparcialidade e objetividade da notícia.

Não obstante, é no contexto das lutas políticas e partidárias da Primeira República que, no sul do estado do Piauí, uma figura política se mostra atuante no campo político e jornalístico de então. Trata-se do Coronel Joaquim das Chagas Leitão, um personagem que investe na sua posição de autoridade política e da imprensa e inicia uma batalha discursiva com seus adversários através do discurso jornalístico veiculado pelo primeiro jornal da cidade de Picos, denominado *O Aviso*.

O Aviso caracterizava-se como jornal partidário, uma vez que esteve ligado aos partidos durante toda a sua existência. Quando foi criado, em 1910, estava coligado ao Partido Republicano Conservador (PRC); a partir de 1917 aparece alinhado ao Partido Republicano Autonomista (PRA); e, em 1930 se juntou à Aliança Liberal. O jornal *O Aviso* foi mantido durante 20 anos pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Nesse período, pode-se observar que *O Aviso* foi utilizado como ferramenta política, beneficiando o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e combatendo os Coronéis picoenses Antônio Rodrigues da Silva, Francisco Santos e Josino José Ferreira, criando fatos políticos sobre eles.

Dada a importância do jornal *O Aviso* no jogo político partidário do Piauí na Primeira República, questiona-se: como o jornal *O Aviso* foi utilizado pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão para travar um combate político-partidário com seus adversários na disputa pelo poder através da imprensa na cidade de Picos no período de 1910 a 1930? Com isso, a presente dissertação tem o interesse de analisar o jornal *O Aviso* e a atuação do seu proprietário, Joaquim das Chagas Leitão, na disputa pelo poder político-partidário em Picos de 1910 a 1930. Os objetivos específicos são: identificar a correlação entre o jornal *O Aviso* e a situação política e partidária das relações de poder em Picos na Primeira República; distinguir o(s) proprietário(s)/fundador(es) e a linha editorial do jornal *O Aviso* como norteadores de uma prática discursiva que orientava e controlava a produção de sentidos segundo os interesses partidários do órgão; e, compreender como se dava a utilização do jornal como arma política durante as disputas eleitorais e/ou como ferramenta para a manutenção dos interesses partidários dos grupos de poder na cidade de Picos no início do século XX.

Com isso, a presente pesquisa parte de duas hipóteses: o jornal *O Aviso* foi utilizado pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão, proprietário do jornal, como ferramenta para as disputas eleitorais da administração municipal e/ou para promover seus correligionários políticos nas eleições do governo do estado; o jornal *O Aviso* foi utilizado como arma para combater os inimigos políticos, bem como, para manter no poder o grupo familiar e/ou grupo político ligado ao proprietário jornal.

Para responder ao problema de pesquisa proposto, foram analisados os exemplares do

jornal *O Aviso* entre os anos de 1910 e 1930, momento em que o grupo de oposição ao Coronel Joaquim das Chagas Leitão esteve no poder. Foram empregadas as metodologias de Pesquisa Documental, conforme a perspectiva de Gil (2002); e Análise do Discurso, segundo a abordagem teórica e metodológica de Foucault (1996; 1998), para o tratamento do *corpus* da pesquisa composto pelas edições do jornal *O Aviso* publicados no período de 1910 a 1930. Para Gil (2002), a Pesquisa Documental utiliza material que ainda não foi processado analiticamente, ou que ainda pode ser reformulado a partir dos objetos de pesquisa. Segundo Foucault (1998), a análise dos efeitos do poder são revelados quando se debruça sob a descrição espacializante dos fatos discursivos. Além disso,

os discursos revelam os processos de poder por meio de alguns fatores, como a organização de domínio.

Os procedimentos adotados para a Análise do Discurso obedeceram a ordem: 1. Organização das edições do jornal *O Aviso*, realização de leitura ampla do recorte e observação de indicadores para a interpretação do material. 2. Identificação dos enunciados referentes ao movimento político-partidário presentes nos discursos do jornal *O Aviso* através de uma leitura mais apurada. 3. Agrupamento dos enunciados em categorias comuns, com base no problema e nos objetivos específicos da pesquisa. 4. Tratamento dos resultados e interpretação. Assim, após a leitura de todas as seções do jornal *O Aviso* e respectiva seleção e categorização dos conteúdos analisados, foram criadas três categorias de análise, a saber: 1. Os desacordos entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio; 2. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio combatem os Prefeitos de Picos; 3. A atuação do jornal *Aviso* nas lutas políticas e partidárias no final da Primeira República.

Foram analisadas 55 edições do jornal *O Aviso* que estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. A saber: 4 edições disponíveis de 1910, 20 edições disponíveis de 1911, 7 edições disponíveis de 1917, 7 edições disponíveis de 1918, 1 edição disponível de 1921, 3 edições disponíveis de 1922, 3 edições disponíveis de 1927, 4 edições disponíveis de 1929 e 6 edições disponíveis de 1930. O último exemplar do jornal *O Aviso* disponível no acervo consultado está datado de 31 de maio de 1930. O conteúdo não dá indícios de que o jornal *O Aviso* pararia de circular em 1930. No entanto, supõe-se que a configuração oposicionista tenha levado ao seu fim. Todas as seções do jornal *O Aviso* foram analisadas. Durante a leitura do recorte do material, foram observados os aspectos como periodicidade, padronização estética, número de edições, tiragem, linguagem utilizada, intencionalidade do conteúdo etc.

O referencial teórico que norteia a pesquisa tem como base os conceitos de fato político

de Sodré (1999), campo político de Bourdieu (1989) e cultura política de Berstein (1998). Para Sodré (1999), os fatos políticos são construídos a partir de questões pessoais motivadas pelas disputas de poder, dentro do campo restrito da política. Podem ser produzidos a partir dos atos, pensamentos ou decisões dos indivíduos que se quer atingir. Nas campanhas políticas esses fatos políticos são fabricados pela imprensa partidária para exaltar ou arruinar os sujeitos, a depender da ligação que o político tem com o veículo. Segundo Bourdieu (1989), o capital político é uma forma de capital simbólico, onde o político depende do reconhecimento proporcionado pelos pares dentro do campo político. A popularidade ajuda o político a ganhar reconhecimento quando todos estão lutando por votos em algum momento da campanha política, mas esse não é o único fator decisivo. Bourdieu (1989) define o campo político como o lugar onde acontecem as disputas pelo poder, travadas pelos políticos ativos, que se fazem por intermédio de uma concorrência pelos sujeitos externos a esse campo. Já Berstein (1998) explica que a cultura política é composta de alguns fatores, entre eles, o sistema de representações e as redes de sociabilidades em que estão envolvidos os grupos sociais.

Considerando os elementos discutidos, os resultados da pesquisa foram organizados em três capítulos. O primeiro, intitulado “O movimento político-partidário e a imprensa brasileira na Primeira República”, é feita uma contextualização da imprensa brasileira no final do século XIX e início do século XX e, sobretudo, do uso dos veículos de comunicação pelos monarquistas e pelos republicanos, antes e depois da Proclamação da República. Trata-se também das características da imprensa brasileira na Primeira República, lançando olhar para dois grupos que atuaram nesse período: os republicanos, que defendiam e promoviam a manutenção do *status quo*, e os remanescentes do regime decaído, que sonhavam com o retorno dos monarquistas e conspiravam contra os republicanos. Desses dois grupos surgiram os partidos republicanos nos estados brasileiros que “debatiam”, através da imprensa, sobre os rumos políticos e econômicos do país. No contexto da Primeira República, o Brasil apresentava um relativo avanço econômico em decorrência do avanço da produção cafeeira e da extração da borracha, da produção de algodão, avanço da indústria têxtil, bem como do aumento da agroexportação. Paralelamente a isso, a sociedade brasileira carregava os estigmas do regime Imperial: a hegemonia das oligarquias estaduais e os conchavos políticos nos municípios que davam poder aos coronéis. Alguns setores da sociedade civil e da baixa oficialidade do exército, descontentes com a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais na política brasileira, promoveram movimentos em todo o país a partir de 1922, que culminaram no golpe de 1930.

O segundo capítulo foi intitulado “*O Aviso*: o nascimento da imprensa picoense durante a efervescência da política partidária da Primeira República” apresenta o jornal *O Aviso*, um

periódico marcadamente político e partidário, que surgiu em 15 de novembro de 1910, por iniciativa do Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Disserta-se sobre os aspectos gerais do jornal *O Aviso*, bem como, o contexto em que ele surgiu, as dificuldades de circulação, e a importância deste para a figura do Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Além disso, revela como o Coronel Leitão utilizou o jornal *O Aviso* nas suas articulações políticas na cidade de Picos para combater os seus adversários políticos. Mostra-se também como *O Aviso* contribuiu com a introdução da cultura política republicana na cidade de Picos. Aponta como *O Aviso* construía fato político de forma personalizada para aumentar o capital político e manter o Coronel Joaquim das Chagas Leitão em atividade dentro do campo político. Discorre sobre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e as relações de poder que influenciaram a sua posição de “chefe” político na cidade de Picos. Ademais, faz uma introdução sobre a utilização dos jornais pelos partidos políticos nas estratégias que conduziam as campanhas eleitorais na Primeira República.

O terceiro capítulo, “As batalhas político-partidárias e discursivas do Coronel Joaquim das Chagas Leitão através do jornal *O Aviso* (1910–1930)” discorre sobre os arranjos políticos do Coronel Joaquim das Chagas Leitão e das batalhas que ele travava no jornal *O Aviso*. Como já foi dito, o jornal começou a circular em 15 de novembro de 1910 e a partir de então apresenta os desacordos entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio. Nesse contexto, o Juiz de Direito Urbano Eulálio estava alinhado com a União Liberal de Teresina, tanto que usava o órgão do partido (*O Apóstolo*) para atacar o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Em Picos, o Juiz de Direito Urbano Eulálio estava alinhado ao político do Coronel Antônio Rodrigues da Silva. Pode-se inferir que este último teve ajuda do Juiz de Direito Urbano Eulálio para ganhar as eleições em Picos no ano de 1912. A partir de 1912, o Coronel Antônio Rodrigues da Silva consegue articular com os membros do PRC, com a ajuda do Coronel Josino José Ferreira, e toma o lugar do Coronel Joaquim das Chagas Leitão no diretório. A dinâmica do jogo político da cidade de Picos muda quando o Juiz de Direito Urbano Eulálio, chateado com o Coronel Antônio Rodrigues da Silva por ter deixado de apoiar a União Liberal, se coliga com o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Os Prefeitos de Picos Antônio Rodrigues da Silva (1912-1918) e Francisco Santos (1918-1928) usaram o jornal *O Piauí* para atacar o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio, que revidavam através do jornal *O Aviso*. Dois jornais foram criados para combater *O Aviso*, foram eles: *O Rebate*, em janeiro de 1918 (criado pelo Coronel Antônio Rodrigues da Silva), e *O Reboque*, em fevereiro de 1918 (criado pelo Coronel Josino José Ferreira). As primeiras lutas do jornal estavam alinhadas ao PRC, ao qual aderiu o Governador do estado Antonino Freire da Silva, em 1910. A partir de 1917, depois que o coronel Joaquim das Chagas Leitão foi excluído do

PRC, o jornal *O Aviso* aliou-se ao Partido Republicano Autonomista (PRA) e, em 1930, juntou-se à Aliança Liberal e fez campanha para Getúlio Vargas.

A partir do exposto, a presente dissertação analisa o conteúdo do jornal *O Aviso* no recorte temporal de 1910 a 1930, período em que os veículos impressos do Piauí ainda apresentavam características político-partidárias. O jornal *O Aviso* desempenhou um papel decisivo na transformação da cultura política picoense, promovendo a congregação dos indivíduos na tomada de decisões e influenciando diretamente o funcionamento das questões partidárias do município. Além disso, o jornal *O Aviso* foi usado com arma nas batalhas da política partidária para manter o coronel Joaquim das Chagas Leitão ativo nos debates políticos a nível municipal e estadual. Os discursos do jornal *O Aviso* atravessavam o imaginário social da cidade de Picos, carregados de expressões provindas do republicanismo que promoviam modificações na cultura política da cidade de Picos, utilizando um arsenal simbólico que prometia desvencilhar o Brasil do passado obscuro da monarquia.

2 O MOVIMENTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO E A IMPRENSA BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

O final do século XIX é marcado pela mudança de regime político no Brasil, dando início ao período conhecido como Primeira República, que corresponde aos anos de 1889 a 1930. República Velha ou República das Oligarquias são outras denominações também empregadas para caracterizar o primeiro momento da República brasileira, que iniciava com contradições e promessas de desenvolvimento econômico, político, social e cultural para o país.

Os primeiros anos da República no Brasil não foram fáceis. Logo, as desavenças ideológicas entre monarquistas e republicanos existentes desde o final do Império, ao invés de diminuir, foram acentuadas. De um lado, estavam os republicanos ressaltando que a República era uma aspiração nacional e uma necessidade para o progresso do país frente às arbitrariedades de D. Pedro e a permanência da monarquia, entendida como uma anomalia na América. Do outro lado, estavam os monarquistas sustentando que a República não passava de um levante militar que contava com o apoio de alguns proprietários de terras descontentes com a abolição da escravatura.

De acordo com Costa (1999), a contenda entre monarquistas e republicanos não se fazia apenas na tribuna, mas ecoava na imprensa brasileira. Cada grupo imprimia uma versão sobre o novo regime revelando seu contentamento/descontentamento, suas frustrações e aspirações. Os republicanos afirmavam que a República havia sido proclamada em conjunto com os interesses do povo, enquanto “[...] os monarquistas diziam que as classes militares, impregnadas de orgulho vão e minadas pela indisciplina, haviam sido instrumentos de grupos civis desejosos do poder, desenganados da Monarquia ou ressentidos” (COSTA, 1999, p. 395).

A disputa entre monarquistas e republicanos pela imprensa não começou com a proclamação da República. Desde o Império, monarquistas, republicanos e abolicionistas criavam jornais e faziam circular suas ideias. Na segunda metade do século XIX, a campanha republicana e abolicionista ganhou força nos periódicos e, na mesma proporção, recebia os ataques da imprensa propagandista do monarca. Monarquistas e republicanos “debatiam” os novos rumos políticos e econômicos do Brasil através da imprensa partidária. A imprensa republicana movia a sociedade pelos caminhos da salvação nacional, com auxílio dos discursos da ordem e do progresso. Segundo Capelato (1988), na transição dos regimes – Império para República – a imprensa republicana utilizou o discurso de um país adoecido, que precisava de uma intervenção para se recuperar. Os jornais republicanos enfatizavam o novo ao insistir na natureza pacífica dos brasileiros e na presença da “ordem” e do “progresso” simbolizados pelas

metáforas de “luz e trevas”.

Meio a essa disputa de sentidos e interesses que dividia os grupos políticos e econômicos após 1889, observa-se que o advento da República trazia em seu bojo as marcas de um Brasil agrário e escravista. Apesar do relativo progresso econômico ocasionado pela agroexportação, extração da borracha, produção de algodão e industrialização, sobretudo da indústria têxtil, no início do século XX, o país ainda se encontrava marcadamente rural e com o predomínio das oligarquias latifundiárias, configurando um quadro político marcado pelo mandonismo, clientelismo e coronelismo, reflexo da cultura política em que a imprensa era utilizada para “traduzir” determinadas aspirações de uma época na forma de discurso.

2.1 Características da imprensa brasileira na Primeira República (1889-1930)

No início do século XIX ainda não existia a figura do jornalista; os profissionais da imprensa eram chamados de redatores ou gazeteiros e os jornais eram conhecidos por gazeta, folha ou periódico. Nesse período, que representa os primórdios da imprensa brasileira, o cotidiano e as questões locais se misturavam às discussões doutrinárias sobre os rumos que o Brasil deveria tomar.

O jornal foi um importante suporte para os impressos no Brasil no século XIX. As assinaturas sustentavam parte da publicação, mas a maior verba de capital para manter o material impresso em circulação vinha dos partidos e respectivas famílias interessadas em demarcar suas posições, lutas e ambições, segundo Martins (2012).

A imprensa da segunda metade do século XIX, de acordo com Sodré (1999), era composta de duas vertentes: de um lado, estavam os veículos “ardorosos e disciplinados”¹ da monarquia, alinhados à elite agrária², que propagavam conteúdos que se aproximavam do gosto popular, caracterizados principalmente pelas publicações ilustradas, cuja irreverência era notória; e de outro, estavam os combatentes que empenhavam-se em pôr em dúvida e confrontar a pretensa sacralidade das instituições (da escravidão, da monarquia, do latifúndio).

Arias Neto (2008) explica que o projeto das elites para a República, voltado para a modernização do Brasil, consistia, em primeiro lugar, na reorganização política, mantendo a camada popular afastada dos assuntos públicos e, além disso, visava a reorganização dos

¹ Forma como Sodré (1999, p. 255) classifica a imprensa do governo em 1875.

² Para essa classe, a imprensa estava em suas mãos e a serviço das novas estruturas gradualmente estabelecidas e consolidadas no Brasil, ajudando a firmar as estruturas de escravidão e feudalismo baseadas no latifúndio que não admitia resistência (SODRÉ, 1999, p. 182).

espaços urbanos e rurais. Os “rebeldes”³ não se encaixavam nesse plano de civilização das elites como aponta o autor:

Para as elites brasileiras, os excluídos, os rebeldes, os imigrantes, os trabalhadores que resistiam ou se opunham eram classificados como incapazes e ignorantes, pois não sabiam reconhecer os “benefícios da civilização”. Eram, conseqüentemente, bárbaros e, quando se manifestavam, perigosos (ARIAS NETO, 2008, p. 227).

Os membros da elite são identificadas por Needell (1993) a partir de uma definição mais ampla de poder construído a partir de um ou mais elementos do seguinte conjunto: riqueza, ocupação, posição social reconhecida e status político. Além disso, dentro do grupo da elite existem líderes reconhecidos que representam o comportamento cultural dos membros.

Segundo Sodré (1999), por volta de 1870, a imprensa ampliava a sua influência ao mesmo tempo que marcava a sua segunda fase, próspera, caracterizada pela questão servil, da liberdade do ventre⁴, da liberdade dos sexagenários⁵, da Abolição⁶, pela questão religiosa, eleitoral, federativa, militar e pela questão do próprio regime. À medida que a imprensa difundia o quadro em que o país estava naquele momento, sua influência era alargada, ela ganhava nova fisionomia, progredia tecnicamente, generalizava seus efeitos e, principalmente, superava a inércia da sua primeira fase provocada pela Regência. Sobre o período, Barbosa (2010) salienta que foi a partir de 1870, momento em que o Partido Republicano (PR) se formou, que as discussões sobre a ideia de país começaram sistematicamente, sendo acompanhadas pelas mudanças profundas que ocorreram na imprensa, o que possibilitou a expansão dos debates e polêmicas em torno das questões republicanas e abolicionistas.

Além da fundação do PR, outros dois acontecimentos do ano de 1870 ficaram marcados na história do Brasil e da imprensa nacional, a saber: a criação do jornal *A República* e o

³ Denominação usada por Arias Neto (2008) para enquadrar os sujeitos que faziam oposição às ordenações da elite brasileira; portanto, eram classificados como “incapazes e ignorantes”.

⁴ Movimento abolicionista que culminou na Lei do Ventre Livre, Nº. 2.040, de 28 de setembro de 1871, que garantia a liberdade dos filhos das escravizadas. Representou um passo importante para o processo de abolição da escravatura no Brasil (LEI do Ventre Livre, 2018)

⁵ Movimento que visava incrementar as determinações da Lei do Ventre Livre, que resultou na promulgação da Lei dos Sexagenários, lei Nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. A Lei dos Sexagenários determinava a libertação dos escravos com mais de 60 anos e outras providências (LEI dos Sexagenários, 2019)

⁶ Movimento para mobilizar vários segmentos da sociedade brasileira com o objetivo de acabar com a escravidão. O marco da abolição da escravatura no Brasil foi em 13 de maio de 1888 (MARINGONI, 2011).

lançamento do Manifesto Republicano⁷, redigido pelo bacharel e jornalista Quintino Bocaiúva⁸, com o apoio dos bacharéis e jornalistas Saldanha Marinho⁹ e Salvador de Mendonça¹⁰. O jornal *A República* representou o avanço da propaganda a serviço da causa republicana na imprensa, segundo Martins (2012).

Na década de 1880, o Rio de Janeiro conviveu com os novos cenários políticos e culturais. A capital imperial tornou-se palco de grandes debates e a política ganhou as ruas juntamente com a população. As agitações sobre as questões nacionais despertavam. Barbosa (2010) relata que, neste momento, as discussões em relação aos temas em efervescência começaram a expandir também na imprensa, estabelecendo no jornalismo uma ideologia dominante de viés exclusivamente opinativo. A imprensa abolicionista foi concebida em meio a essa excitação.

De acordo com Sodré (1999), a Abolição foi recebida com contentamento e celebração em 1888 por determinados grupos. Os espíritos mais sagazes percebiam o reduzido alcance de seus efeitos. Com isso, a luta pela República não sucumbiu, antes se firmou: a reforma do regime de trabalho e a reforma do regime político, no aparelho institucional, eram inseparáveis. Martins (2012) acrescenta que na região Sudeste os integrantes do movimento republicano não endossavam a proposta abolicionista, uma vez que muitos de seus correligionários eram proprietários de efetivos plantéis de escravos, ou seja, a economia do país se sustentavam na ordem escravocrata.

No período imperial, líderes revolucionários, que tinham a finalidade de protestar contra

⁷ “Grupo criado no Rio de Janeiro logo após a Guerra do Paraguai (1864-1870) em protesto contra o centralismo administrativo da Monarquia e em defesa da implantação no Brasil de uma República Federativa, segundo o modelo dos Estados Unidos da América. Foi lançado com o Manifesto Republicano de 3 de dezembro de 1870 e, em poucos meses, vários clubes semelhantes se espalharam pelo país. O mais importante, em São Paulo, resultou no Partido Republicano Paulista. Os líderes do clube do Rio eram o advogado e deputado Joaquim Saldanha Marinho e o jornalista Quintino Bocaiúva” (SILVA, [s.d.], p.1).

⁸ Nasceu no Rio de Janeiro. Mudou-se para São Paulo, onde ingressou no curso de Humanidades, anexo à Faculdade de Direito. Na capital paulista realizou, em 1852, suas primeiras incursões na atividade jornalística no jornal literário acadêmico *A Honra*, periódico político que fundou em 1853 com Antônio Ferreira Viana e em cujas páginas apresentou suas primeiras posições republicanas. Na ocasião, substituiu o sobrenome paterno por Bocaiúva, nome dado por indígenas a uma espécie de palmeira muito encontrada no Brasil (LEMOS, [s.d.], p. 1).

⁹ Nasceu em Olinda (PE) no dia 4 de maio de 1816. Formou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 1836 e logo depois mudou-se para o Ceará. Ingressou na política filiando-se ao Partido Liberal e foi eleito deputado provincial. Em 1848 foi eleito deputado geral e mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império. Em 1860 tornou-se redator do Diário do Rio de Janeiro, jornal que passou a editar com Quintino Bocaiúva (LOPES, [s.d.], p. 1).

¹⁰ “Era jornalista, advogado, diplomata, romancista, ensaísta, poeta, teatrólogo e tradutor, nascido em Itaboraí, RJ, em 21 de julho de 1841. Em 1859, foi para São Paulo para matricular-se na Faculdade de Direito. Iniciou a sua colaboração na *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*. Em 1870, fundou a organização Clube Republicano com Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva. Redigiu então o capítulo “A verdade democrática” do histórico *Manifesto de 70*” (SALVADOR de Mendonça, [s.d.], p. 1).

a perda de poder e as interferências do governo central em suas comunidades, lançaram uma corrente conhecida como Liberalismo, segundo Costa (1999). A imprensa ligada aos revolucionários, formada por membros das elites locais, era dotada de temas como: “Federalismo, sufrágio universal, liberdade de expressão, garantia de direitos individuais, abolição do Poder Moderador, separação dos poderes, extinção do recrutamento militar, nacionalização do comércio, e reforma agrária” (COSTA, 1999, p. 156).

No final do século XIX, a imprensa oscilou entre liberais e conservadores: ora na luta para rebaixar o trono, isto é, contra o absolutismo, ora para recompor o poder da monarquia. O Brasil tornou-se República, um regime que tinha como atributos defender a eleição do presidente por voto direto, a supremacia do Legislativo, a preservação da ampla liberdade de imprensa e a reforma política e administrativa. Para Sodré (1999), a feroz luta política nesta fase refletiu profundamente no desenvolvimento do jornalismo, mas de cunho político, não tecnológico.

As últimas décadas do século XIX foram surpreendidas pela turbulência das transformações sociais, bem como pelos avanços na cultura letrada e da imprensa, segundo Eleutério (2012). Nesse período, a grande imprensa vivenciou momentos de expansão simultaneamente ao processo de modernização dos centros urbanos. Existiam impressos de matrizes políticas variadas, muitas delas de manifestações reivindicatórias, de diferentes periodicidades, com direcionamentos bem definidos e com diversidades de temas. Além disso, segundo Capelato (1988), os recursos para a sedução do público foram imprescindíveis para a grande imprensa, já que essas estratégias eram motivadas por interesses políticos e de lucro. De um lado, a imprensa monarquista defendia a permanência do regime, e do outro, os veículos republicanos lutavam pela instauração da República.

A imprensa republicana precisava de estratégias para a construção da simbologia do novo regime e do desenho de uma nova ordem política e social, como aponta Neves (2008):

Tanto quanto o controle das cisões e oposições políticas, era importante inscrever a República nos corações e nas mentes dos brasileiros, e o processo de construção de um imaginário republicano, como já foi demonstrado, mostrou-se tão complexo quanto aquele da formulação da engenharia política necessária à estabilidade do regime implantado em 1889 (NEVES, 2008, p. 37).

Segundo Martins (2012), no final do século XIX, o país passou por outra mudança importante: ocupou um lugar privilegiado na balança internacional como o primeiro produtor de café do mundo. Com dinheiro emprestado da Inglaterra, redesenhou suas capitais com

inspiração na França civilizada. A imprensa desfrutava das conquistas tecnológicas do “novo século”. Porém, este Brasil ainda era em grande parte oligarca, monocultor e analfabeto. A imprensa radical, representada pelos membros dos partidos liberal e conservador, e a monarquista, que sobreviveram à proclamação da República, acabaram sucumbindo ou reposicionando-se. Martins (2012, p. 60) acrescenta que a “imprensa de caráter monarquista – salvo exceções –, se transformaria em imprensa republicana, agente do projeto civilizador, secularmente acalentado nela, estamparam-se à exaustão as ideias e imagens do progresso pretendidas pela nova ordem”.

Segundo Luca (2012), no final do século XIX, a bandeira de um jornal era um símbolo indicativo de uma postura política do veículo, ou seja, poderia enquadrar-se como “rebelde”, “neutro” ou de “apoio à força dominante”. Sodré (1999) acrescenta que a chegada do novo regime fez com que os jornais republicanos ganhassem prestígio e, assim, continuassem evoluindo. A proclamação da república fez com que os jornais monarquistas desaparecessem, mas, em 1891, eles reapareceram mais combativos.

A grande imprensa brasileira do início da Primeira República (1889-1930), de acordo com Sodré (1999), foi herança do estado social criado pelo governo anárquico de D. Pedro II, onde, por um lado, existiam os jornais prósperos, organizados e estruturados, que sobreviviam de publicidade e se mostravam imparciais e impassíveis; e de outro lado, existia uma grande variedade de jornais que foram subsidiados por partidos ou grupos políticos, portanto, não eram comercialmente vantajosos, e só eram lidos quando o seu defensor estava em evidência ou era intimidador.

Capelato (1988) afirma que a imprensa presente na transição dos regimes se caracterizava como partidária. Durante a República esses veículos não mediram palavras para criticar o Império. Ou seja, “até nas pequenas cidades das províncias afastadas dos centros de decisão, o regime era atacado sem complacência” (CAPELATO, 1988, p. 43).

Após a proclamação da República, a evolução técnica da imprensa dependeu imediatamente do investimento na alfabetização e dos incentivos à aquisição e/ou fabricação de papel, que se tornaram o tripé indispensável para a sustentação da grande empresa editorial que se erguia, segundo Eleutério (2012). Além disso, outros equipamentos, como o telefone e o telégrafo, constituíram-se em instrumentos que aceleravam a transmissão dos dados que chegavam às redações. As novas tecnologias possibilitaram a construção de uma ágil rede de comunicação nacional e internacional, muito importante para um país de dimensões continentais como o Brasil.

Para Barbosa (2010), as tecnologias foram fundamentais para erguer o jornalismo,

principalmente para validar a sua função de transmitir a informação “neutra” e atual no final do século XIX e início do XX. A reputação do jornalismo como conformador da realidade e da autoridade foi construída lentamente. O telégrafo foi uma importante ferramenta para consolidar uma ideia de jornalismo isento de opinião, ou seja, a nova tecnologia foi fundamental para expor fatos e aproximá-lo do público.

O telégrafo foi apenas um dos artefatos do progresso que se espalhou pelo país, de acordo com Barbosa (2010). Esse equipamento provocou uma grande revolução na comunicação, foi uma das tecnologias que chegou às cidades e atravessou o imaginário social, introduzindo grandes mudanças no cenário urbano e nos periódicos que circularam naquele período. As novas tecnologias contribuíram significativamente para os processos jornalísticos e para as publicações diárias. Além do telégrafo, as rotativas Marinonis também foram ferramentas importantes para o avanço do jornalismo, pois permitiam a atualização contínua e rápida das notícias. “Não é mais possível apenas anunciar o que se passa no mundo, mas é preciso informar com rapidez. Os jornais constroem um tempo cada vez mais comprimido” (BARBOSA, 2010, p. 23).

De acordo com Eleutério (2012), o início do século XX marcou os primeiros passos da comunicação de massa nos grandes centros, com o aumento das tiragens, melhor qualidade de impressão e menor custo do impresso. Além disso, outras transformações tecnológicas na imprensa permitiram o uso de ilustrações diversificadas como a charge, a caricatura e a fotografia. Barbosa (2010) menciona que, no contexto do início do século XX, os periódicos foram obrigados a implantar novos artefatos tecnológicos que propiciavam uma maior tiragem, melhor qualidade e rapidez da impressão, o que permitiu a redução das distâncias entre os acontecimentos e o público. O objetivo era consolidar a força do veículo junto ao público e, conseqüentemente, impulsionar a sua força política.

O regime Republicano e seu ideal de reformar o ensino e disseminar o letramento contribuíram para as mudanças nas dinâmicas da imprensa, de acordo com Luca (2012). As funções de proprietário, redator, editor, gerente e impressor, que antes geralmente concentravam-se em um único indivíduo, separaram-se e especializaram-se. O progresso econômico do Brasil no século XX se deu, principalmente, pelo comércio do café que foi acompanhado pelo crescimento dos centros urbanos e do setor de serviços – com particular destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo –, a extensão da malha ferroviária, a entrada de grandes levas de imigrantes e o início de um primeiro surto industrial. Essa prosperidade favorecia e, além de tudo, demandava a circulação das informações.

As elites agrárias de São Paulo e Minas Gerais atraíram e mobilizaram a imprensa para

sua propaganda e serviços com o objetivo de manipular a opinião pública através da construção de uma imagem negativa da imprensa combativa. Eleutério (2012) mostra que a imprensa também foi extremamente procurada pelo governo e articulada com seus interesses de classe. Tal qual o episódio dos fundos secretos do governo Campos Salles (1895-1897), reconhecido por seus esforços para consolidar os interesses políticos da oligarquia cafeeira, destinados a comprar a opinião de jornais e jornalistas. Sobre a manipulação do público, Capelato (1988, p. 11) afirma o seguinte:

Os meios de comunicação tendem a desviar as vistas dos leitores ou espectadores para os planos e ângulos convenientes aos dominantes. A manipulação das visões, por objetivos de lucro e/ou ideológicos, impede que os interesses dos menos favorecidos sejam.

A imprensa enfrentou vários desafios na primeira metade do século XX, entre eles a necessidade de profissionalização e as adversidades impostas pelo novo regime. Eleutério (2012) afirma que a República não foi promissora para a imprensa, uma vez que as práticas democráticas se mantiveram frágeis. Em 1908, essa situação levou Gustavo de Lacerda, repórter do jornal *O País*, do Rio de Janeiro, a trabalhar arduamente para criar uma Associação de Imprensa. Ele conseguiu estruturar a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O intuito do órgão era garantir assistência à classe e a defesa dos direitos dos jornalistas. Também pretendia criar um pacote de benefícios para os jornalistas que incluía: carteira de imprensa, moradia para os idosos e doentes, e a formação de um fundo previdenciário e assistencial para os associados e seus familiares.

Luca (2012) menciona que as mudanças pela qual a imprensa passou no início do novo século XX, no que diz respeito a transição tecnológica, estimulou a extinção das pequenas tipografias ou provocou o deslocamento das mesmas, com seus equipamentos ultrapassados, para os guetos e/ou províncias mais distantes e desvalidas. As folhas diárias dos grandes centros se transformaram em negócio. Esse processo provocou uma mudança de comportamento nos donos de veículos com relação à distribuição e ao gerenciamento.

Para atender aos leitores exigentes de um mercado em crescimento, os jornais precisaram dar atenção às inovações que permitiriam aumentar a tiragem e o número de páginas, com foco no barateamento do preço dos exemplares. Além disso, os proprietários dos jornais se preocuparam em produzir uma identidade gráfica atraente e renovada. A grande imprensa do século XX mostrou-se diferente dos veículos afetados pela luta política, que permaneciam atuantes, sobretudo nas pequenas cidades, e que se caracterizavam fundamentalmente como

jornais-tribuna. Segundo Rüdiger (1993), os partidos mantiveram seus próprios órgãos durante a Primeira República e contavam com jornalistas habilitados para o discurso político.

O jornalismo da primeira metade do século XX recebeu influência dos conceitos do positivismo, pautando sua prática na objetividade e no conceito de fato-verdade de acordo com as características do cientificismo comtiano, segundo Capelato (1988). O mesmo fato foi verificado por Rüdiger (1993), a partir de um dos seus observáveis do início do século XX. Ele aponta que “a folha tinha um papel fundamental na construção e manutenção da nova hegemonia, guiando-se ideologicamente pela tradução castilhistas do positivismo comtiano” (RÜDIGER, 1993, p. 44).

A criação de novos impressos durante a primeira metade do século XX se deu devido às mudanças da sociedade com relação às formas tradicionais da cultura letrada, segundo Eleutério (2012). Em 1920, durante o período de agitação econômica e política do país, a modernidade técnica agilizava e barateava a produção; paralelamente, crescia a comunidade de leitores e consumidores através de imigrantes e do investimento republicano na alfabetização. Por esses motivos, surgiam jornais diversificados na jovem República, com o conteúdo e produção mais modernistas. Desta maneira, as empresas passaram a faturar mais.

Capelato (1988) aponta que na tentativa de identificar-se com as camadas populares, alguns jornais expressavam-se com uma linguagem rude e bombástica. Foi o caso do órgão tenentista *O Tempo* (1930-1931), ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP), que foi criado com o intuito de ser porta-voz do povo. Entre as práticas desse veículo estava incluído o propósito de ridicularizar os membros do PR, conhecidos como “cartolas”, através do uso desenfreado de charges políticas. Luca (2012) salienta que, em vários Estados, os partidos republicanos tiveram disputas e divergências temporárias em torno de grupos restritos que disputavam a hegemonia local. Esses confrontos duraram até a primeira metade do século XX. O quadro de fragilidade política institucional estendeu-se aos jornais e, assim, os partidos passaram a usar a imprensa como palco de suas lutas.

Em suma, a preocupação fundamental dos jornais da Primeira República (1889-1930), segundo Sodré (1999), não era a política, mas o fato político. Foi um fenômeno particular, em uma área de domínio político. Nessa esfera, as questões eram pessoais e giravam em torno dos atos, pensamentos ou decisões de pessoas que protagonizaram o fato político. Assim, as campanhas políticas passaram a ser pautadas pelas necessidades pessoais, ou seja, “não se trata de condenar a orientação, ou a decisão, ou os princípios – a política, em suma – desta ou daquela personalidade; trata-se de destruir a pessoa ou o indivíduo” (SODRÉ, 1999, p. 277).

2.2 (Re)organização dos partidos políticos e usos da imprensa como arma na Primeira República (1889-1930)

2.2.1 As articulações políticas e os combates da imprensa partidária durante a Política dos Governadores

Antes da República, o cenário político do Brasil era dominado por dois partidos: o Partido Conservador (PC) e o Partido Liberal (PL). O primeiro consistia em grupos que defendiam uma maior centralização do poder, além de representar interesses associados a oligarcas rurais e funcionários do governo. O segundo era composto de grupos que defendiam uma maior autonomia das províncias frente ao poder central, além de grupos urbanos e profissionais liberais (MAYER, 2018). O PR emergiu da cisão liberal, propondo expandir as questões federais e o estabelecimento de uma República no Brasil. Segundo Mayer (2018), foi a partir do Manifesto Republicano promovido pelos membros dissidentes do PL (luzias), em 3 de dezembro de 1870, que os Governadores ganharam autonomia. O manifesto defendia uma maior descentralização política e administrativa. O PR nasceu na década de 1870 como uma terceira opção partidária e ganhou força sem ameaçar as posições vigentes do PC e do PL (MOTTA, 1971; MAYER, 2018).

Os jornais republicanos, segundo Capelato (1988), começaram a aparecer próximo da segunda metade do século XIX. O primeiro foi o *Diário de Pernambuco* (1825) em Recife e, em seguida, surgiram o *Jornal do Commercio* (1827) no Rio de Janeiro, o *Apóstolo*¹¹ (1849) em Minas Gerais e o *Correio Paulistano* (1854) em São Paulo. De acordo com Costa (1999), na segunda metade do século era comum encontrar na imprensa liberais apoiando causas conservadoras e vice-versa, principalmente quando os assuntos em discussão eram altamente controversos, como a Questão Religiosa ou a Abolição da escravidão. Contudo, nas últimas décadas do Império, com o aumento das diferenças sociais e econômicas, além das crescentes divergências entre os vários segmentos da alta sociedade, a alternância dos partidos tornou-se mais significativa nos gabinetes do poder e isso se refletia também nas páginas dos jornais.

Rüdiger (1993) acrescenta que, no contexto da segunda metade do século XIX, os partidos assumiam total responsabilidade pela constituição dos seus próprios jornais e pela publicação de periódicos. Posteriormente, surgiram as redações. Dessa maneira, os jornais

¹¹ “Propriedade da Diocese de Teresina. Fez a campanha política da denominada União Popular, partido apoiado pelo clero. Redator: Elias Martins, Higinio Cunha, Collect A. Fonseca, Padre Alfredo Pegado, Conego Fernando Lopes e Silva. O jornal foi empastelado no governo Miguel de Paiva Rosa” (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 230).

passaram a ter corpos editoriais e a racionalidade de seu funcionamento se consolidou.

Junto com a República o sistema político e partidário se modificou. Segundo Mayer (2018), as duas principais forças partidárias do antigo regime, os conservadores e os liberais, não sobreviveram à nova era, e seus membros e oligarcas foram absorvidos pelos grupos republicanos regionais que nasciam. O Brasil deixou de ser uma monarquia através do golpe de estado chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca¹², com o apoio de uma frente formada por nobres, soldados e outras classes sociais. As elites agrárias se destacaram na luta pela nova ordem nacional, motivadas por interesses políticos e econômicos que não estavam sendo necessariamente atendidos pela monarquia. Sobre a participação das elites agrárias na República, Grandi e Faleiros (2020, p. 8-9) apontam que:

A pauta de reivindicações das elites agrárias regionais e das massas urbanas na Primeira República (1889-1930) divergiam em cada região. Dentro da hierarquia política, a participação das elites vinculadas ao centro do sistema era a mais relevante e tinha a capacidade de nortear os rumos dos acordos políticos na construção de uma hegemonia.

A força militar marcou a transição do regime político, com a presença de Marechal Deodoro da Fonseca (como Presidente) e Marechal Floriano Peixoto¹³ (como vice-presidente) no governo provisório. O “estado de sítio¹⁴” foi uma estratégia utilizada por Deodoro da Fonseca (1889–1891) e Floriano Peixoto (1891–1894) para impedir os levantes sociais contra as suas decisões. O período de “estado de sítio” dos governos de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto, entre 1889 e 1894, foi marcado pelo controle social e das instituições. A imprensa atravessou esse período sendo acometida pela censura, prisões e/ou expulsões de jornalistas que violavam as ordens legais estabelecidas, explica Eleutério (2012).

¹² Manuel Deodoro da Fonseca nasceu em 5 de agosto de 1827 na cidade de Alagoas, então capital da província do mesmo nome. Ligado ao Partido Conservador, foi também vereador em Alagoas, juiz de paz e chefe de polícia. Mudou-se em abril de 1842 para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde passaria à reserva com a patente de tenente-coronel. Participou de várias lutas armadas. Foi líder na articulação para a derrubada do regime monárquico brasileiro. Foi o primeiro presidente da República e governou de 1889 a 1891. Faleceu em 1892 no Rio de Janeiro (LEMOS, [s.d.]).

¹³ Floriano Vieira Peixoto nasceu no engenho de Riacho Grande, em Ipioca, distrito de Maceió, em 30 de abril de 1839. Em 1855, mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império. No dia 1º de maio de 1857 assentou praça como soldado voluntário no 1º Batalhão de Artilharia a Pé, e no ano seguinte ingressou na Escola Central do Exército. Após concluir o curso, foi declarado segundo-tenente em 2 de dezembro de 1861, passando a integrar o Corpo de Artilharia. Em 30 de janeiro de 1890, Floriano Peixoto foi promovido a tenente-general, posto mais alto da carreira no Exército. Floriano Peixoto, que era Vice-presidente, tomou posse como Presidente em 23 de novembro de 1891 após a renúncia de Deodoro da Fonseca e ficou no cargo até 1894. Faleceu no Rio de Janeiro em 29 de junho de 1895. (LEMOS, [s.d.]).

¹⁴ Posteriormente, os sucessores de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto – primeiros a utilizarem o estado de sítio definido na Constituição de 1891 –, civis ou mesmo militares, como o presidente Hermes da Fonseca (1910–1914), fizeram uso não raro desse recurso para controlar a imprensa, segundo Eleutério (2012, p. 84-85).

O grupo que assumiu o poder na República impeliu um modelo político-partidário de jornalismo com a finalidade de moldar a opinião pública com as suas noções doutrinárias, cujas regras e parâmetros dependeriam das necessidades de cada partido. Rüdiger (1993, p. 35) afirma que a “classe política transformou a imprensa em agente orgânico da vida partidária”. O jornalismo político-partidário formulou o conceito de que a função da imprensa era essencialmente opinativa, com a intenção de difundir as doutrinas e as visões dos partidos de forma organizada na sociedade civil. Sobre o papel dos jornalistas da imprensa partidária, Rüdiger (1993, p. 37) afirma que:

São os responsáveis pela tarefa de transmitir de forma criteriosa a doutrina dos partidos e dirigir a opinião pública. A perspectiva não se limita a reconhecer o papel dos jornais no processo de formação da opinião pública, postulando sua organização para o exercício de um papel dirigente, porém concorrente com o das demais folhas, no movimento da esfera pública.

Grandi e Faleiros (2020) explicam que a modernização provocada pela Primeira República (1889-1930) influenciou algumas áreas da sociedade brasileira, uma vez que reafirmava as hierarquias, as estruturas de poder e os símbolos que persistiam na vida nacional. Os autores também definiram esse período como periférico, dependente, desigual, machista e patriarcal. Essas concepções decorrem da forma como a economia cafeeira se inseriu na conjuntura internacional, dos constrangimentos da industrialização, da modernização dos padrões de consumo e de seu modo de diferenciação social, das interferências na constituição do mercado de trabalho e da permanência das condições burocráticas.

A modernização afetou a imprensa, que mesmo em meio às agitações da Primeira República de ordem repressiva para os órgãos oposicionistas e de liberdade para os veículos situacionistas, evoluía e se transformava em empresa. Segundo Eleutério (2012, p. 83), a imprensa seguiu a onda de crescimento econômico nos vários setores:

A imprensa [...], otimizada pela conjuntura favorável, que encontrou no periodismo o ensaio ideal para novas relações de mercado do setor. Logo, aquela imprensa periódica resultou em segmento polivalente, de influência na otimização dos demais, isto é, da lavoura, comércio, indústria e finanças, posto que as informações, a propaganda e publicidade nela estampadas influenciavam aqueles circuitos, dependentes do impresso em suas variadas formas (ELEUTÉRIO, 2012, 83).

Em 1898, Campos Salles abriu um novo momento político na história do país. Como

Presidente da República, no período de 1898 a 1902, buscou estabilizar a relação entre o poder central e os estados. Segundo Neves (2008), a nação debilitada alcançou um momento de equilíbrio político, embora complexo e frágil, mas eficaz, que durou até a década de 1930. No início da Primeira República, foi firmado um acordo com o objetivo de unir os interesses dos políticos locais aos do Governo Federal, representados respectivamente pelos então oligarcas estaduais e por Campos Salles, a fim de garantir o controle do poder político. Esse arranjo ficou conhecido como Política dos Governadores e existiu até 1930. Segundo Motta (1971), os militares e as oligarquias dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo representavam as maiores forças políticas do país na Primeira República. As duas potências firmaram um acordo que ficou conhecido como “política do café com leite”, que visava a alternância de poder na presidência da República.

Grandi e Faleiros (2020) afirmam que durante a Primeira República prevaleceram os chamados complexos regionais agrícolas e o federalismo¹⁵ descentralizado. Eram formados a partir da “herança nacional” constituída através da exploração escravista do país no século XIX, que possibilitou a produção de bens primários para o mercado externo. Ainda, segundo os autores:

Havia a predominância do complexo cafeeiro no Sudeste, cuja capacidade de comando e de acumulação era superior aos demais. Todavia, o dinamismo gerado pelos outros complexos (erva-mate, cacau, couro, borracha, cana-de-açúcar) possibilitou a formação de sistemas regionais de economia que se articulavam com a economia nacional. Cada complexo gerou especificidades próprias, portanto desdobramentos políticos com características locais, seja na composição das diversas hegemonias, na disputa pelo poder e nas reivindicações e lutas operárias (GRANDI; FALEIROS, 2020, p. 8).

Os primeiros quarenta anos da República, conhecidos também como República Oligárquica, foram baseados em um sistema de governo no qual poucos tinham poder enquanto a maioria da sociedade era excluída do processo de participação política, segundo Resende (2008). “Coronelismo, oligarquia e Política dos Governadores fazem parte do vocabulário político necessário ao entendimento do período republicano em análise”, aponta Resende (2008, p. 91).

Segundo Leal (2012) além das relações estaduais-federais, que caracterizavam a “Política dos Governadores”, também existiam associações estaduais-municipais comandadas

¹⁵ “O federalismo foi introduzido no Brasil com a proclamação da República (1889). A maneira mais simples de definir o Estado Federal é caracterizá-lo como uma forma de organização e de distribuição do poder estatal em que a existência de um governo central não impede que sejam divididas responsabilidades e competências entre ele e os Estados-membros” (BARBOSA, [s.d], p.1).

pelo “Coronel”. A construção das oligarquias locais dependiam da “política dos coronéis”, ou seja, da aliança e apoio dos “coronéis” à política eleitoral dos governadores. As oligarquias estaduais surgiam da transmissão de poder dos governadores aos “coronéis” locais durante os acordos políticos.

Os grupos políticos do país se concentraram em um partido para defender o novo regime, por isso, “não seria exagero afirmar que durante a República Velha o país atravessou um período de partido hegemônico, apesar da existência de inúmeros partidos regionais que, em essência, representavam um único partido espalhado por todo o território nacional”, segundo Meyer (2018, p. 71). No entanto, a Política dos Governadores possibilitou a ascensão de São Paulo e Minas Gerais ao poder. As articulações políticas e eleitorais do PRP e do Partido Republicano Mineiro (PRM) ficavam mais fortes com o desenrolar da Primeira República, como aponta Fausto (2006, p. 58), “conquanto São Paulo não pudesse dominar sozinho o Governo Federal, podia geralmente agir de acordo com Minas Gerais para controlar o Executivo Federal e, através dele, todo o Governo Central”.

A Primeira República contou ainda com o Partido Republicano Conservador (PRC), que foi idealizado em outubro de 1910 pelo Senador Pinheiro Machado, ora para representar os ideais republicanos das elites agrárias dos Estados descontentes com as políticas do “café com leite”, ora para defender Hermes da Fonseca. O partido findou¹⁶ junto com o mandato de Hermes da Fonseca, em 1914. Segundo Motta (1971, p. 22), a “sua existência dependia totalmente da controvertida personalidade de Pinheiro Machado (senador pelo Rio Grande do Sul), visto com bons olhos pelo Presidente, mas grandemente impopular”.

Durante a Primeira República, os treze presidentes que assumiram a presidência antes do processo eleitoral que culminou no golpe de 1930 eram representantes da classe militar ou das elites agrárias paulista e mineira. Foram eles: o militar Marechal Deodoro da Fonseca (1889–1891) sem partido, o militar Marechal Floriano Peixoto (1891–1894) alinhado ao PRP, Prudente de Morais (1894–1898) pelo PRP, o articulador da elite agrária paulista Campos Salles (1898–1902), Rodrigues Alves (1902–1906) pelo PRP, Afonso Pena (1906–1909) pelo PRM, Nilo Peçanha¹⁷ (1909–1910) pelo PRP, o militar Marechal Hermes da Fonseca (1910–1914)

¹⁶ O partido desapareceu no âmbito das lutas políticas nacionais, mas há indícios de que o PRC permaneceu atuante nos estados, como foi o caso do Piauí.

¹⁷ Nilo Procópio Peçanha nasceu na cidade de Campos dos Goitacazes (RJ) em 02 de outubro de 1867. Formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Recife em 1887. Foi um dos criadores e também presidente do Clube Republicano em Campos. Elegeu-se Deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891) e Deputado Federal pelo Partido Republicano Fluminense (1891-1903), tornando-se Senador em 1903. Renunciou a esse mandato para ser presidente do estado do Rio de Janeiro (1903-1906) e, a seguir, Vice-presidente da República (1906-1909). Em decorrência da morte do titular, Afonso Pena, assumiu a Presidência da República de 1909 a 1910. Em 1921, foi candidato à Presidência da República pelo movimento Reação Republicana, mas não foi

pelo PRC, Venceslau Brás (1914–1918) pelo PRM, Delfim Moreira (1918–1919) pelo PRM, Epitácio Pessoa (1919–1922) pelo PRM, Arthur Bernardes¹⁸ (1922–1926) pelo PRM e Washington Luís (1926–1930) pelo PRP. O político Júlio Prestes, que ganhou as eleições em 1930 e não assumiu, era do PRP, enquanto Getúlio Vargas, o agente do golpe, foi candidato pela Aliança Liberal¹⁹ para a presidência (MAYER, 2018).

Durante todo o período em que a Política dos Governadores vigorou, entre 1898²⁰ e 1930, a imprensa serviu de arma em vários combates. Por trás dessas lutas existiam grupos da política partidária que buscavam a ascensão ao poder ou a manutenção do *status quo*. A classe militar também aparecia em alguns desses combates em busca de espaço na política nacional. A respeito da atuação dos militares, Motta (1971) declara que, em vários momentos da história em que o sistema partidário passou por grandes mudanças, o exército realizou atividades que contribuíram para a formação, divisão ou extinção das organizações partidárias.

Segundo Rüdiger (1993), os republicanos da imprensa sonhavam com a liberdade que viria acompanhada com a proclamação da república no Brasil. Contudo, os conflitos políticos continuaram dentro e fora dos jornais durante a Primeira República. Quer dizer, a cena política do novo regime não descartou, em suas táticas, a violência contra os jornalistas.

O novo regime refletia uma forma de governo ou uma estrutura política de poder em que as conveniências de classes, grupos, corporações ou famílias estavam acima dos interesses da sociedade. Na visão dos republicanos, conforme Costa (1999, p. 449), “a proclamação da República fora a correção necessária dos vícios do regime monárquico”. Enquanto, para os monarquistas:

Os republicanos, uma minoria pouco significativa no total do país, pleiteavam a mudança do regime, à revelia do povo e em benefício próprio. A República

eleito. Morreu em 21 de março de 1924 (NILO Peçanha, [s.d]).

¹⁸ Artur da Silva Bernardes nasceu em 8 de agosto de 1875 em Viçosa (MG). O Partido Viçosa do Partido Republicano Mineiro (PRM), único partido político do estado entre 1897 e 1930, indicou Bernardes como candidato a Vereador para disputar as eleições de 19 de novembro de 1904 no distrito de Teixeiras, onde obteve uma votação unânime de 52 eleitores. Bernardes assumiu o jornal Cidade de Viçosa em janeiro de 1905 e publicou um artigo de primeira página defendendo a revisão da Constituição de 1891. O governo de Bernardes em Minas começou em setembro de 1918. Ganhou as eleições federais nas eleições gerais em março de 1922, após uma campanha eleitoral turbulenta. Bernardes, tomou posse em 15 de novembro de 1922 e ficou no poder até 15 de novembro de 1926. Bernardes respondeu com repressão à intensa agitação social e política, incluindo a Coluna Prestes, que marcou seu quadriênio. Morreu em 23 de março de 1955 (MALIN, [s.d.], p. 1).

¹⁹ “Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930. Após sua derrota nas eleições, muitos de seus integrantes aderiram à tese da insurreição armada, vitoriosa afinal com a revolução de outubro de 1930” (ABREU, [s.d.], p. 1).

²⁰ Considera-se que a Política dos governadores teve início com os acordos feitos entre Campos Salles e os chefes dos estados.

fora fruto do descontentamento e da indisciplina dos militares que se aliaram aos fazendeiros ressentidos com a abolição da escravatura. Essa é a versão dos monarquistas (COSTA, 1999, p. 449).

Motta (1971) destaca que após a implantação da Política dos Governadores²¹ no Brasil, instaurada pelo presidente Campos Salles (1898–1902) em 1898, os sujeitos²² que faziam oposição a esse acordo reagiram por meio da imprensa e de comícios. Os adversários do presidente Campos Salles lutavam para conter o poder e a dominação das oligarquias dominantes (Minas Gerais e São Paulo) sobre o país. Campos Salles recorria ao “estado de sítio” para neutralizar os levantes oposicionistas.

O presidente Campos Salles, coligado ao PRP, teve participação relevante na Primeira República. Ele construiu alianças que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento das oligarquias regionais, um processo que consolidou a Política dos Governadores. Para isso, segundo Motta (1971, p. 38), existia uma tríade que sustentava essa estrutura: “o Presidente da República, no nível nacional; os Governadores, no nível estadual; e os Coronéis, no nível local. A principal fonte de poder era o Coronel local, de quem o Governador do Estado era o representante para assuntos nacionais”.

Enquanto presidente, Campos Salles articulou com os grupos de poder estaduais a relação de apoio mútuo. O presidente prometeu não intervir nas decisões dos Governadores com a condição de que os deputados eleitos apoiassem as suas demandas na política nacional. Segundo Fausto (2006), Campos Salles queria mais poder para o executivo federal, principalmente no que se referia à política, e acrescenta que os três estados sulinos – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – tentaram, de toda forma, monopolizar o poder político federal.

Costa (1999, p. 139) afirma que, “a República viria integrar no poder aquele setor das classes dominantes que sustentava economicamente o país. O instrumento desse poder seria durante 36 anos o PRP”. Entretanto, Costa (1999, p. 457) indica que não se pode superestimar o papel dos partidos republicanos nos estados, uma vez que, “embora difundido por todo o país, ele não contava grande número de adeptos, com exceção dos núcleos de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul”.

Os membros do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), em sua maioria, também se originavam da aristocracia rural, como acontecia nos outros dois partidos dominantes, o PRP e

²¹ Acordo firmado para dar poder ao Presidente da República, aos governadores e aos coronéis.

²² Eram os mesmos grupos de republicanos radicais, civis e militares, que haviam promovido ataques ao governo de Prudente de Moraes (1894-1898). Campos Salles recorreu ao “estado de sítio” para se blindar das agitações que afloraram no governo anterior.

o PRM. Além disso, durante a Primeira República, o PRR tinha uma brigada, uma força estadual, que chegou a conter 3.200 homens. Por isso, o monopólio do partido sobre o Rio Grande do Sul dependia diretamente da intimidação, violência e fraude. Ademais, segundo Fausto (2006), o partido era salvaguardado pela sua relação de proximidade com o Exército Federal:

O Exército encontrava no PRR o único aliado potencial numa luta pelo poder: sozinha, a oficialidade não poderia derrubar a aliança mineiro-paulista, que tendia a controlar a procissão presidencial, nem poderia confiar nas outras máquinas estaduais para fazer face às mais poderosas organizações. Quando os gaúchos não disputavam o poder nacional, o Exército mantinha-se leal ao Presidente (FAUSTO, 2006, p. 128).

Durante a Política dos Governadores aconteceram várias revoltas e rebeliões, entre elas: a Guerra de Canudos (1896–1897), a Revolta da Vacina²³ (1904), a Revolta da Chibata²⁴ (1910) e a Guerra do Contestado²⁵ (1912–1916). Para Arias Neto (2008), esses conflitos estavam sempre ligados aos membros da elite, que organizavam os movimentos sociais, urbanos e rurais, como forma de resistência ao modelo hegemônico paulista, bem como do seu domínio político e econômico sobre o país.

A imprensa serviu de arma para os movimentos contra o sistema político das elites agrárias na Primeira República. A Revolta da Vacina (1904), por exemplo, “contava com a colaboração dos monarquistas que vinham se organizando em partidos e jornais”, segundo Benchimol (2008, p. 273). O grande motim popular contra a vacina, protagonizado por forças sociais heterogêneas²⁶ e o levante militar que eclodiu alguns dias depois, teve como principal

²³ Revolta gerada pela insatisfação da população com a campanha de vacinação obrigatória contra a varíola implantada na cidade do Rio de Janeiro por Oswaldo Cruz.

²⁴ Rebelião na Marinha do Brasil entre 22 e 27 de novembro de 1910, em protesto aos castigos físicos recebidos por soldados de baixa patente. Desde a época do Império, os marinheiros brasileiros eram quase todos negros ou mulatos recrutados pela polícia e comandados por oficiais brancos. Esses últimos mantinham um código disciplinar rígido, portanto, dentre muitas regras, os marinheiros de baixa patente não tinham permissão para se casar. Os soldados eram castigados com pelo menos "vinte e cinco chibatadas" como punição pelas violações cometidas. Com a Proclamação da República a pena foi abolida, mas um ano depois foi reabilitada, embora fosse considerada degradante, pois toda a tripulação tinha que assistir aos episódios de tortura no convés dos navios (SILVA, [s.d.]).

²⁵ Batalha pelas fronteiras territoriais entre os estados do Paraná e Santa Catarina em 1912. Esse movimento foi apenas uma das muitas faíscas que desencadearam uma das maiores revoltas sociais formadas meio rural do país. A intervenção federal na região, em setembro de 1914, pedia a eliminação das disputas entre lideranças políticas dos estados do Paraná e Santa Catarina para evitar que o movimento se espalhasse além das fronteiras dos dois estados. Tais rivalidades colocavam em risco o domínio das oligarquias e ameaçam prejudicar o jogo político nacional. O fim da guerra aconteceu oficialmente em 1916 com a morte de Adeodato Ramos, líder do movimento (RODRIGUES, [s.d.], p.1).

²⁶ “A revolta da vacina foi organizada por oficiais descontentes do Exército, monarquistas e líderes operários, que fundaram a Liga Contra a Vacinação Obrigatória” (BENCHIMOL, 2008, p. 273).

objetivo derrubar o presidente Rodrigues Alves (BENCHIMOL, 2008).

Nas campanhas presidenciais de 1910, os jornais foram utilizados para incutir ideias e provocar manifestações, com o militar Hermes da Fonseca de um lado e o civilista Rui Barbosa do outro. “A campanha eleitoral acirrou os ânimos da oposição, e Rui Barbosa apresentou-se como candidato civilista combatendo em discursos candentes a candidatura do marechal Hermes e o militarismo”, explica Costa (1999, p. 28).

A corrida presidencial de 1910 foi outro momento marcante na Primeira República, com forte participação da imprensa. Segundo Costa (1999), a empreitada do baiano Rui Barbosa contra o marechal Hermes da Fonseca aconteceu em um momento em que a conjuntura externa, configurada pela corrida armamentista e os conflitos internacionais, favorecia o desenvolvimento do militarismo. Segundo Costa (1999, p. 402), “a opinião pública foi solicitada a manifestar-se pelo militarismo ou pelo civilismo”. O movimento civilista alcançou grande vitória nas grandes cidades e locais com maior liberdade política, resultado da peregrinação de Rui Barbosa pelo país em busca de votos. No entanto, as máquinas eleitorais estaduais, principalmente no Norte do país, não permitiram que ele vencesse, relata Motta (1971).

Após a vitória, o Marechal Hermes da Fonseca continuou sendo criticado pelos veículos cariocas que faziam oposição ao seu governo. Segundo Lustosa (2008, p. 305), “na imprensa da época, o registro que permaneceu não foi o das insurreições e dos bombardeios nos estados. Estes foram superados de longe pela imagem caricata do marechal-presidente”.

Durante a Primeira República, muitos veículos que faziam oposição ao sistema político do “café com leite” eram alvo de perseguição. Contudo, o tratamento era diferente para os órgãos situacionistas, até porque muitos deles nasceram com o novo regime e estavam alinhados à concepção da ordem pública. Segundo Capelato (1988, p. 30), “os jornais políticos, questionadores da ordem burguesa, sempre foram os mais visados. Essa ‘má’ imprensa (anarquista, comunista, socialista, etc.) em raros momentos gozou de liberdade”.

De acordo com Coutinho (2006), os governos de Epitácio Pessoa (1919-1922) e Arthur Bernardes (1922-1926) foram de intensa repressão ao movimento operário, coincidindo, inclusive, com os longos e intermitentes períodos de estado de sítio. Eles tiveram as piores relações com a chamada “imprensa independente”. Os periódicos sofreram com censuras e empastelamentos. Os jornalistas, de igual modo, também experimentaram a violência dos dois presidentes. Lustosa (2008, p. 300) acrescenta que “Artur Bernardes (1922/1926), governando sob estado de sítio e restringindo a liberdade de imprensa, não tratou com bom humor os que o satirizaram na crise que antecedeu à posse”.

No final da Primeira República, era comum a imprensa oposicionista se contrapor ao governo usando o discurso da necessidade de revisão do regime. Exigia a renovação dos costumes políticos e a republicanização da República, como aponta Capelato (1988):

A imprensa, que tivera um papel significativo na mudança do regime, traduzia os descontentamentos. Na maior parte dos jornais, os elogios e esperanças de outrora cederam lugar a críticas, afirmava-se, com frequência, que o projeto republicano não se concretizara e diante disso, propunha-se a republicanização da República. (CAPELATO, 1988, p. 47)

Fausto (2006) destaca que o acordo do “café com leite” entrou em ruína no ano de 1929, quando o presidente Washington Luís (1923-1930), de São Paulo, escolheu Júlio Prestes (PRP) como candidato para a sua sucessão na presidência da República. Na metade de 1929, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba construíram um bloco político que pretendia combater o candidato do Estado de São Paulo nas eleições de 1930.

A crise econômica, que trouxe o fim da Primeira República, estava em curso mesmo antes da crise de 1929²⁷, dada a superprodução e as dificuldades de financiamento dos estoques agrícolas. Segundo Grandi e Faleiros (2020), nesse contexto, Getúlio Vargas trouxe não apenas a ruptura formal do acordo oligárquico “café e leite” que sustentava politicamente a República desde 1889, mas também mudanças institucionais nas práticas políticas e econômicas, portanto, conseguiu ressignificar a relação entre a economia e o Estado no país. Para Fausto (2006, p. 138), “a Revolução de 1930 representou mais do que a queda de um Presidente; foi o fim de um sistema político”.

2.2.2 O processo eleitoral na Primeira República e o papel da imprensa na campanha política

Surgiu durante a Primeira República a necessidade de organizar o processo eleitoral do país através de regras em obediência aos princípios do novo regime. Precisava-se de uma Lei para balizar os direitos civis e políticos dos brasileiros. Segundo Neves (2008), em 24 de fevereiro de 1891, a nova Constituição, fortemente inspirada na carta constitucional norte-americana, reorganizou o governo da República adotando o federalismo, o presidencialismo e o estabelecimento de três poderes – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Além disso, houve a definição do critério de alfabetização como elemento de qualificação daqueles que teriam

²⁷ A “Grande Depressão” foi uma intensa recessão econômica que atingiu o capitalismo internacional no final da década de 1920, desencadeando uma crise financeira histórica nos Estados Unidos, que levou ao colapso da Bolsa de Valores de Nova Iorque (EUA) em 1929.

direito ao voto e a separação entre a Igreja e o Estado.

A Constituição Federal de 1891, no inciso 22 do artigo 34, atribuiu exclusivamente ao Congresso Nacional a regulamentação das eleições para cargos federais em todo o país, assim como institucionalizou os direitos políticos da República e regulamentou o processo eleitoral. Emendas foram feitas às Leis Eleitorais Ordinárias em 1892, 1904 e 1916 (BASTOS [s.d.]; SANTOS; SILVA, 2019).

Sobre as eleições federais, a Constituição de 1891 determinava que:

[...] o presidente e o vice-presidente eram escolhidos simultaneamente para um mandato de quatro anos, sem possibilidade de reeleição. A eleição era realizada no dia 1º de março do último ano do mandato presidencial. Caso um candidato não obtivesse a maioria absoluta dos votos, caberia ao Congresso Nacional escolher um dos dois mais votados (NICOLAU, 2012, p. 35).

A Constituição Federal de 1891 não se referia ao funcionamento das instituições estaduais e municipais, portanto, elas tinham autonomia para definir as suas regras eleitorais. Segundo Nicolau (2012), cada Estado tinha a sua constituinte e acesso a escolha de aspectos do processo eleitoral como: “a duração dos mandatos do Governador e do Legislativo estadual, a nomenclatura das instituições criadas, as atribuições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; e a organização dos governos municipais” (NICOLAU, 2012, p. 72).

A primeira Lei Ordinária nº 35/1892 que regulamentou o processo eleitoral federal no país sob o regime republicano estabeleceu o voto direto e o voto secreto, ou seja, assegurava o “escrutínio secreto”. Também deliberou sobre a organização do alistamento realizado nos municípios, sobretudo a necessidade de adotar várias comissões compostas por cinco eleitores escolhidos pelos membros do Governo municipal. Cada comissão ficava responsável por dividir o município em seções para o alistamento. A mesa eleitoral da seção municipal era responsável pelas cédulas, contagem de votos e demais tarefas do processo eleitoral (NICOLAU, 2012; SANTOS; SILVA, 2019).

De acordo com Nicolau (2012), em 1904, a Lei Rosa e Silva (nº 1.269/1904) criou um dispositivo que, na prática, abolia o voto secreto. Na verdade, o “parágrafo único” da Lei Rosa e Silva dava margem a uma interpretação dúbia sobre o escrutínio: “o voto descoberto será dado apresentando o eleitor duas cédulas, que assinará perante a mesa eleitoral, uma das quais será depositada na urna e outra ficará em seu poder, depois de datadas e rubricadas ambas pelos mesários” (BRASIL, 1904; SANTOS; SILVA, 2019).

O processo eleitoral viciado, manipulado e fraudulento facilitava as trocas de favores durante a Primeira República. Segundo Meyer (2018), era evidente que o Governo Federal

concedia poderes, liberdades políticas e benefícios econômicos aos oligarcas estaduais²⁸ em troca de votos. Os arranjos políticos na República Oligárquica eram altamente regionalizados. Foram organizados em acordos e alianças permanentes entre as lideranças regionais, que se estruturaram para manter um modelo coronelista. Assim, o governo local fornecia apoio ao governo central em troca de autonomia. Nunes (2012) estabelece um conceito de coronelismo a partir das relações de poder entre o eleitorado e os “Coronéis”, onde, de um ponto de vista mais geral e menos complexo, o primeiro recebe favores do segundo em troca do voto. O estado entra nessa relação como o interessado nos votos e, por isso, oferece todo o suporte necessário para a operação do “Coronel”.

Fausto (2006) afirma que a inexistência de partidos reais resultou em acordos eleitorais entre os estados e os municípios, uma prática que se tornou muito comum durante a Primeira República, na qual o primeiro fornecia a polícia e os juízes, enquanto o segundo viabilizava os votos de cabresto através dos “Coronéis”. Motta (1971) acrescenta que o controle do voto popular pelas facções rurais se dava em duas esferas: primeiro, em nível local, por meio de coerção, corrupção e fraude eleitoral, depois, em nível nacional, quando o Congresso reconhecia os mandatos eleitorais.

Na base do sistema eleitoral da República Velha estava o “Coronel”, segundo Neves (2008). Ele era o dono da vontade dos eleitores e o senhor dos currais eleitorais. Seu poder pessoal suplantava e representava o estado, portanto, suprimia o direito dos cidadãos (eleitores) e distribuía favores e benefícios de acordo com os desejos privados. Além disso:

O coronelismo costurava assim, pela base, o sistema político da primeira República. E se nos municípios os coronéis teciam as malhas iniciais dessa rede de compromissos, ela tornava-se mais complexa e mais firme ao passar pelos arranjos entre as oligarquias regionais nos estados e chegar até a definição de quem presidiria o governo federal (NEVES, 2008, p. 39).

Resende (2008) observa ainda que o sistema político prevalecente na República Velha, fosse ele coronelístico ou oligárquico, independentemente da interpretação que se faça, sempre resultaria na inviabilização dos avanços significativos no processo de construção da cidadania no período compreendido entre 1889 e 1930. Sobre as relações de poder a nível local, Fausto (2006, p. 175, grifos do autor) aponta que “a estrutura, *grosso modo*, se apresentava

²⁸ Os antigos Presidentes de Província, que durante o Império eram nomeados pelo Poder Moderador, também passaram a ser eleitos. E os senadores, que no Império eram selecionados de uma lista tríplice e tinham mandato vitalício, a partir da Primeira República passaram a ser eleitos para um mandato de nove anos. (NICOLAU, 2012).

hierarquizada em três níveis: os Coronéis; abaixo deles os cabos eleitorais; e, na base da estratificação política, os eleitores”.

A Lei Rosa e Silva, de 1904, gerou enorme controvérsia jurídica e acusações de violação da autonomia dos estados quando tentou unificar nacionalmente as regras para o voto em todas as esferas, admitindo votar somente os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos que se alistassem na forma da lei vigente. Muitos estados não aceitaram a mudança e continuaram com os seus alistamentos (NICOLAU, 2012). As mudanças atrapalhavam os arranjos locais orquestrados pelos líderes políticos e/ou “Coronéis”. As novas condições para qualificar o eleitor reduziram a quantidade de sufragistas nos municípios. Segundo Nicolau (2012), o alistamento eleitoral passou a ser obrigatório, portanto, o indivíduo tinha que passar por um exigente processo que envolvia comprovar a sua alfabetização: “[...] ao solicitar sua inscrição, o cidadão tinha de escrever perante a Comissão de Alistamento o seu nome, o estado de procedência, a filiação, a idade, a profissão e o endereço de residência” (NICOLAU, 2012, p. 43).

Leal (2012) aponta que as despesas do alistamento e da eleição nas cidades do interior, onde o “elemento rural” predominantemente pobre se sobressaía ao urbano, eram custeadas pelos chefes locais. O cidadão do campo não fazia o menor sacrifício a respeito da participação no processo eleitoral, mas, pelas condições econômicas desfavoráveis, recebia todo tipo de ajuda dos mentores políticos em troca de votos. As moedas de troca eram diversas, desde conseguir um emprego público até as menores “exéquias” para atrair eleitores da cidade ou da roça.

Os jornais também foram amplamente utilizados nas campanhas políticas locais. Segundo Rüdiger (1993), a quantidade de novos jornais crescia durante as campanhas eleitorais na Primeira República. O número de folhas em circulação multiplicava, muitas delas distribuídas gratuitamente ao público. No entanto, alguns jornais sumiam imediatamente após as eleições. Além disso, o autor ainda destaca que:

O papel dos jornais era por demais importante nos períodos de campanha eleitoral, na medida em que, não havendo na época as facilidades de hoje, constituíam-se, ao mesmo tempo, para superar as dificuldades de comunicação, e manter a unidade do partido. A sobrevivência das candidaturas dependia da publicidade sustentada pelos periódicos, controlados pelas cúpulas partidárias, que assim continham as tendências dissidentes da agremiação (RÜDIGER, 1993, p. 46).

Segundo Pacheco (2011), na República Oligárquica a imprensa era usada tanto pela Executiva Municipal, para orientar os eleitores sobre o processo eleitoral; quanto pelos partidos,

para influenciar nas decisões dos sufragistas. Os jornais tinham o importante papel de divulgar, principalmente, a distribuição de “cédulas eleitorais” já preenchidas pelos diretórios para garantir a vitória dos candidatos indicados pelo partido. “A distribuição das cédulas com os nomes dos candidatos era uma atividade importante. Dela dependia o frutificar do trabalho de inscrição eleitoral feito antes”, aponta Pacheco (2011, p. 413).

É possível observar que a imprensa teve um papel relevante no processo eleitoral durante a Primeira República. Os veículos partidários foram amplamente utilizados como armas nos combates políticos em grande parte do país. No Piauí não foi diferente, os partidos e os líderes ligados às oligarquias utilizaram a imprensa para moldar o comportamento da sociedade piauiense a partir dos princípios republicanos e, além disso, serviu de palco para as lutas políticas do estado.

2.3 A imprensa piauiense e a política partidária do Piauí na Primeira República (1889-1930)

A partir da publicação do jornal *O Telégrafo*²⁹ (1832), a imprensa piauiense se relacionou de forma mais íntima com a política e o poder. Segundo Rêgo (2001), no segundo reinado, de 1840 a 1889, o Piauí e o jornalismo de todo o país foram influenciados, principalmente, pelos partidos políticos que atuavam na época, a saber: o PC e o PL. Os veículos direcionados ao PR surgiram no Piauí somente após a Proclamação da República.

Os discursos dos jornais monarquistas aparentavam, a princípio, corresponder a estruturas distintas, uma vez que os partidos Liberal e Conservador coexistiram no regime monárquico brasileiro, inseridos nos deslocamentos regulares de poder. Rêgo (2001) relata que cada lado mantinha um ou mais periódicos com o objetivo de dialogar (combater) com os adversários. Cada facção defendia os seus interesses, ideais e objetivos que transpareciam nos impressos. Além disso, as elites rurais do Piauí constituíram os partidos políticos que atuaram na província durante o Segundo Reinado. Pela boa condição econômica, os seus membros tornaram-se médicos, advogados e jornalistas. Esses intelectuais, depois de filiados ao Partido Liberal ou Conservador, também ingressavam na máquina política estadual, explica Rêgo (2001).

²⁹ “Lançado em 1839. Impresso na Tipografia Provincial. Tamanho 18x12. Legenda: “Ouçam todos o mal que a todos toca”. Circulava duas vezes na semana. Preço: cem réis o exemplar. Um periódico em que se transmitam ao público as ocorrências da Balaiada e os atos do governo do Brigadeiro Manuel de Sousa Martins” (PINHEIRO FILHO, 1997).

No Piauí, era comum que os familiares e membros do partido se rearranjassem, mudando ocasionalmente de lado, e esse movimento confundia os desavisados. Em 1862, o Partido Progressista, que se formou da união de dissidentes conservadores e liberais, assumiu o poder do estado. A permanência dos progressistas no poder da província durou até 1868. Depois disso, novamente, os oligarcas conservadores voltaram a dominar a política do Piauí. As alternâncias políticas permaneceram assim até a queda do Império, com o poder às vezes nas mãos dos liberais e às vezes nas dos conservadores. Os debates aconteciam na tribuna e na imprensa, visto que a maioria dos políticos também era jornalista, ou pelo menos exercia a função de colaborador em algum jornal, relata Rêgo (2001).

A primeira tentativa de jornal republicano no Piauí talvez tenha sido através da iniciativa de Deolindo Moura³⁰, que em 25 de junho de 1865 fundou o órgão *A Imprensa*³¹. Segundo Pinheiro Filho (1997), o veículo permaneceu em circulação até o fim do Império. Embora não tivesse aderido publicamente à ideologia republicana, o jornal simpatizava com o abolicionismo, por isso, chamou a atenção dos que pensavam o contrário. Consequentemente, os monarquistas piauienses da época tentaram censurar o impresso de Deolindo Moura. Além de tudo, após a exposição das suas concepções, Deolindo Moura foi atacado e acusado de ter cometido violações enquanto estava no posto de Inspetor da Administração da Fazenda Provincial, completa Pinheiro Filho (1997).

Segundo Rêgo (2001), os jornais piauienses que antecederam a República eram instituições marcadas pelo discurso político, ou seja, serviam de plataforma para calorosas discussões políticas e pessoais. Esses discursos ultrapassavam o espaço de representação e tornava público um discurso próprio do meio político. Muitos dos embates empreendidos nos jornais eram assinados por pseudônimos; estratégia muito utilizada na imprensa por jornalistas, colaboradores e políticos para não ter seus verdadeiros nomes impressos nos textos que atacavam seus desafetos. Assim, “à falsa atribuição de autoria, os desmentidos públicos quanto ao envolvimento nos ‘casos’, alimentavam as discussões e todo o arsenal de fofoca retorno delas”, afirma Queiroz (1994, p. 192).

A primeira tentativa de imprensa abertamente republicana no Piauí, segundo Pinheiro

³⁰ Deolindo Mendes da Silva Moura, natural de Oeiras, filho de José Luís da Silva, Cirurgião-Geral do Exército, e de Dona Raimunda Ferreira do Nascimento. Foi advogado, jornalista e membro do Partido Liberal. Casou-se com Dona Maria Henriqueta Viana Noronha em 1861 e tiveram cinco filhos (CARVALHO, 1988).

³¹ “Semanário político com tipografia própria. Impressor: A. M. de Deus Silva. Proprietário e Redator-chefe: Deolindo Mendes da Silva Moura, até sua morte (22/10/1872). Davi Caldas também foi redator. Órgão do Partido Liberal. Oficial quando este se achava no poder. Sucederam a Deolindo: Manoel Ildefonso de Sousa Lima, Jesuíno José de Freitas e Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco. Em 1880 era redator Clodoaldo Freitas, e em 1889, Higinio Cunha. Com a proclamação da República em 1889, transformou-se em *Atualidade* que, fundindo-se depois com *Fiat Lux*, deu origem a *A Democracia*” (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 222).

Filho (1997), foi por intermédio de Davi Caldas³². Ao lado de Deolindo Moura, David Caldas começou a sua trajetória na imprensa como correitor no jornal *Liga e Progresso*, em 1862, e depois participou do jornal *A Imprensa*, em 1865. David Caldas criou o seu próprio veículo de comunicação em 28 de julho de 1868, *O Amigo do Povo*³³, como “Órgão Republicano da Província do Piauí”. Nunes (2001) acrescenta que David Caldas só lançou o jornal *O Amigo o Povo* em 1868, quando ficou insatisfeito com a política partidária piauiense e se desligou do PL, começando a empreender ideias antimonarquistas e antiescravistas através do seu jornal.

Na década de 1880, segundo Rêgo (2001), os artigos doutrinários e de cunho ideológico não eram tão frequentes, mas aparecem, principalmente, nos jornais de David Caldas, que expressava e defendia as ideias em que acreditava tendo sempre por base os princípios éticos e de liberdade. Queiroz (1994) defende que David Caldas observou uma incompatibilidade entre os seus ideais e o cargo público que exercia, abandonando, assim, a docência no Liceu Piauiense quando assumiu publicamente a sua condição republicana, podendo empenhar-se com mais independência nas lutas pelo novo regime.

Nunes (2001) esclarece que, depois da morte de David Caldas, em 1879, as ideias republicanas voltaram a se espalhar por meio da propaganda de bacharéis em Direito e jornalistas que apoiavam as questões que moldavam a ideologia da época. *O Telefone* (1883-1889)³⁴ e *A Reforma* (1887)³⁵ foram as principais ferramentas de difusão de ideias como abolição, federalismo, republicanismo e democracia.

Segundo Pinheiro Filho (1997), poucos jornais e revistas merecem atenção especial às vésperas da República, não só em termos de duração, mas também por seu papel nas atividades políticas ou literárias. Entre os impressos, destacaram-se os seguintes veículos partidários: *A Época* (1878-1879), do PC, tinha tipografia própria e era editado por Teodoro Alves Pacheco,

³² “Nasceu em Barras do Marataoan-PI (22-05-1836) e faleceu em Teresina-PI (03-01-1879). Jornalista, professor, político e escritor. Iniciou a sua vida na imprensa no jornal *O Arrebol*, por ele fundado em 1859. Em 1862, aparece como redator de *Liga e Progresso*, semanário político. Participou da redação da *Imprensa*, semanário de cunho político (1865-1868). Em 1868, funda o seu próprio jornal, *O Amigo do Povo*. Em 1873, Davi Caldas muda o nome do jornal para *Oitenta e Nove*, que circulou em 31 edições (o nome do jornal faz alusão ao último número do seu periódico anterior). Na edição do seu primeiro número, o notável jornalista publicou o artigo "Oitenta e Nove", um manifesto contra as instituições imperiais e uma conclamação à Proclamação da República. De 1867 a 1868, exerce o mandato de Deputado Provincial, sendo o candidato mais votado” (GONÇALVES, 2003, p. 91-92).

³³ Circulou de 28-07-1868 a 01-02-1873. O primeiro órgão republicano da Província e também o primeiro a ser distribuído gratuitamente (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 159).

³⁴ Propriedade de Antônio Joaquim Dinis. Em 18 de novembro de 1889, foi transformado n’*O Estado do Piauí*, com a legenda: “*Libertas quae sera tamen*”, como órgão republicano, em razão de seu proprietário haver sido nomeado secretário de governo. Era distribuído às quintas-feiras (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 224).

³⁵ Começou a circular em 24 de março de 1887. Periódico político, literário e noticioso. Propriedade de Mariano Gil Castelo Branco. Redatores: Clodoaldo Freitas e Antônio Rubim. Semanário. Era abolicionista, com tendências republicanas, cujas tendências foram censuradas pelo chefe do Partido Liberal, mudando de orientação. Tipografia própria (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 225-226).

Raimundo de Arêa Leão e Simplício Coelho de Resende; *O Telefone*, de Antônio Joaquim Dinis, era uma revista semanal de defesa dos interesses do PL; e *A Reforma*, que apoiava os ideais abolicionistas e liberais e foi de propriedade de Mariano Gil Castelo Branco, antes do título de Barão de Castelo Branco.

Foi graças ao médico Joaquim Nogueira Paranaguá³⁶, com a sua iniciativa de abrir o Clube e o PR na Vila de Corrente, em 08 de dezembro de 1888, que o movimento de difusão das ideias republicanas chegou ao interior do Piauí. O movimento se espalhou com sucesso para a região Sul da Província, concentrando-se principalmente nos municípios de Santa Filomena e Parnaguá, segundo Nunes (2001). Joaquim Nogueira Paranaguá, através dos seus posicionamentos progressistas, abolicionistas e republicanos, foi “Propagador das idéias escravocratas e republicanas, Nogueira Paranaguá consegue divulgar, com sensibilidade e persuasão, sua proposta de mudança junto ao povo” (NUNES, 2001, p. 215).

De acordo com Queiroz (1994), no final do regime monárquico, os partidos Liberal e Conservador usavam a imprensa na defesa de seus interesses, a exemplo dos jornais *A Imprensa* e *A Época*³⁷, respectivamente. Somente após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, alguns jornais de orientação conservadora e liberal se converteram em “Órgãos Republicanos”. Assim fez o jornal *A Imprensa*, que passou a defender a implantação da república e mudou seu nome para jornal *Atualidade*³⁸. Além da situação política e partidária local, informações de diferentes cidades da província ajudavam a compor as notícias desses veículos. A manutenção financeira destes dependia não apenas das assinaturas, mas, principalmente das contribuições dos filiados, incluindo os “Coronéis” do interior da província. Segundo Nunes (2001), no final do período monárquico e início da República Velha, a imprensa exercia um papel importante na difusão das ideias republicanas e federalistas. Ela produzia na sociedade piauiense uma consciência formadora da opinião pública e gerava nos cidadãos republicanos o desejo pelo moderno.

Somente em 16 de novembro de 1889, a Proclamação da República foi formalmente comunicada ao povo piauiense por meio de telegrama enviado pelo chefe do governo

³⁶ Nasceu em corrente em 1855, onde também morreu em 1926. “Formado em Medicina pela Faculdade da Bahia. Deputado provincial nas legislaturas iniciadas em 1884 e 1888. Deputado federal à Assembléia Nacional Constituinte (1890) e à primeira e segunda legislaturas ordinárias do Congresso Nacional (1891-1896). Como deputado federal propôs, em 1900, a transferência da Capital Federal para o Brasil central. Senador da República (1897-1905). Foi Vice-governador do Piauí, assumindo o Governo do Estado em 04/06/1890, na qualidade de substituto legal do Governador Taumaturgo de Azevedo, permanecendo no cargo até 23 de agosto do mesmo ano.” (GONÇALVES, 2003, p. 304)

³⁷ Jornal político, surgiu em 08 de abril de 1878, editado em tipografia própria e teve como redatores Teodoro Alves Pacheco, Raimundo de Arêa Leão e Simplício Coelho de Resende (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 88).

³⁸ Em 1889, após a Proclamação da República, o jornal *A Imprensa* mudou seu nome para *Atualidade* e defendia a implantação da República (PINHEIRO FILHO, 1997).

provisório, Marechal Deodoro da Fonseca. A junta governativa militar³⁹, que se formou com oficiais e figuras políticas de Teresina, foi ao Palácio do Governo e destituiu o Presidente da Província, Lourenço Valente de Figueiredo⁴⁰, explica Nunes (2001). As oligarquias piauienses não sabiam como funcionaria a administração do governo presidencialista Republicano. Os velhos e tradicionais partidos ficaram com receio de perder os seus lugares no poder no novo regime. O sentimento de desconfiança também marcou os primeiros dias do novo sistema político no estado, segundo Pinheiro Filho (1997). O Piauí conseguiu um governo estável somente em 1892 com através do Coronel Coriolano de Carvalho. Anteriormente, o Estado era administrado por juntas e pessoas que permaneciam pouco tempo à frente do executivo. Quase nada mudou no Piauí nos primeiros anos da República. Os barões, os Coronéis e os eleitores, aliás, todos os elementos da máquina política do Império permaneceram no poder. A situação perdurou até que o Marechal Floriano Peixoto (1891-1894) tomou a frente da situação e articulou contra os governos dos estados (até mesmo os que apoiaram a sua candidatura). Além disso, Floriano Peixoto, no início da sua administração, suspendeu o “estado de sítio”⁴¹ instituído durante o governo do Marechal Deodoro da Fonseca; reabriu o Congresso Nacional; e concentrou o poder nas mãos do executivo. Essas medidas tomadas por Floriano Peixoto, por desventura, foram abandonadas após sua saída do poder, completa Pinheiro Filho (1997).

Os jornais republicanos do Piauí passaram por uma adequação ao modelo de propaganda que estava de acordo com uma versão idealizada, ou talvez ingênua, que concentrava o que havia de mais elevado e sonhador no pensamento político e filosófico moderno. Concentraram-se em conceitos como igualdade, liberdade, fraternidade, justiça, progresso, honestidade, patriotismo, ordem e muitos outros, segundo Queiroz (1994). A autora aponta ainda que:

[...] a partir de 1891-1892, ou até antes, a categoria dos republicanos históricos, alijados do processo de implantação do regime e/ou decepcionados e críticos em relação aos programas postos em execução já era muito grande e tendia a crescer. Na medida em que a república “real” se definia, em que se consolidavam as propostas vencedoras e, no início do século esse “modelo” exposto já estava acabado, a perspectiva, para quem não abandonara a vida política, era retomar a propaganda, fazer tábula rasa do passado (e do presente) e recapitular as lições aprendidas desde o período monárquico (QUEIROZ,

³⁹ Composta dos Capitães Reginaldo Nemésio de Sá, Nelson Pereira do Nascimento e do Alferes João de Deus Moreira de Carvalho, tendo como secretário o jornalista republicanista Antônio Joaquim Diniz (NUNES, 2001, p. 216).

⁴⁰ “Magistrado e político, Vice-presidente da Província do Piauí. Esteve no exercício das funções de Presidente no período de 12 de outubro a 15 de novembro de 1889. Foi deposto por ocasião da Proclamação da República. Chefe de Polícia do Estado. Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão. Deputado Provincial (1878-1881)” (GONÇALVES, 2003, p. 171).

⁴¹ Suspendeu o “estado de sítio” instituído no Brasil durante o governo do Marechal Deodoro da Fonseca (1889–1891), no entanto, voltou a decretá-lo na primeira metade de 1892.

1994, p. 231).

David Caldas dedicou muito espaço dos seus jornais a matérias doutrinárias. Contudo, na concepção de Rêgo (2001), esses veículos expressavam discursos agressivos em menor grau. Ao contrário dos monarquistas, David Caldas manifestava a sua aversão ao imperador através do jornal *O Amigo do Povo*, fazendo uso de insultos camuflados. As páginas do jornal *Oitenta e Nove*⁴² e *O Amigo do Povo*⁴³ já revelavam uma variedade de informações jornalísticas, em um modelo mais próximo do século XX. David Caldas alocou mais espaço em seus jornais para notícias, variedades, informações geográficas, folhetins, literatura e publicidade, características que só apareceriam de forma rudimentar e tímida na imprensa monarquista nos últimos anos do Império. Nunes (2001) observa que, além das características de veiculação de opiniões e informações da imprensa republicana no Piauí, havia também uma prática de articulações conspiratória. Esse aspecto foi o legado do Império. Os jornais funcionaram como um mecanismo de poder para os políticos que buscavam desenvolver um discurso baseado em ideias republicanas.

Martins (2012) confirma que existiu no passado uma frequente relação entre política e imprensa no Piauí. A autora defende que existiam jornais políticos vinculados aos grupos tradicionais que se estabeleceram no Estado: conservadores, liberais, elites e depois republicanos. Queiroz (1994) acrescenta que, no início da República Oligárquica, era comum a troca de informações entre veículos partidários aliados. A imprensa política piauiense reproduzia artigos de interesse partidário de outras localidades. Da mesma forma acontecia com as polémicas desenvolvidas no Piauí, que eram reproduzidas, especialmente, pelos jornais de Recife e do Rio de Janeiro. Além de impressos de cunho político, circularam também outros de cunho literário e filosófico.

De acordo com Pinheiro Filho (1997), os jornais do Piauí constituíram-se em verdadeiros meios para alcançar os altos e baixos cargos da administração ou da política. Os jornais surgiam e desapareciam influenciados pelas mudanças políticas ou porque eram jornais temporários ou de partidos. Segundo Queiroz (1994), até as primeiras décadas do século XX,

⁴² “O jornal *Oitenta e Nove* foi o primeiro publicado no Piauí dentro da proposta ideológica do novo regime. Começou a circular oito dias após o anúncio da República, publicado em 23 de novembro de 1889, por Focion Caldas, filho de Davi Caldas” (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 96).

⁴³ Propriedade e redação de Davi Moreira Caldas. Tinha logo abaixo o título: Periódico político. Este jornal era publicado duas vezes por mês; era distribuído gratuitamente aos pobres que sabiam ler e queriam recebê-lo na gráfica onde é impresso. Aceitava assinatura, onde o valor não poderia ultrapassar 2\$000 (dois mil réis) por trimestre. Começou a ser impresso na tipografia de *A Imprensa*. A partir do nº 42, de 11/09/1870, passou a ser impresso na tipografia do próprio Davi Caldas, e por ele mesmo. A partir de 1872, passou a ter o subtítulo: “Órgão Republicano da Província do Piauí” e publicou o Manifesto Republicano lançado no Rio. Em fevereiro de 1873, tornou-se o jornal *Oitenta e Nove* (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 222-223).

virava notícia na imprensa piauiense quem estava mais próximo dos centros de poder e dos veículos de informação. Significa que quanto maior a relevância dos cargos e funções ocupados por um bacharel, mais o indivíduo era mencionado na imprensa. Ou seja, um advogado ou Juiz de Direito do interior, com uma carreira burocrática de pequena relevância e pouco agitada, aparecia menos nos jornais.

Existiam articulações políticas por todo o Piauí nos anos iniciais da Primeira República. Algumas delas, segundo Freitas (1892), foram promovidas pelo Conselheiro Antônio Coelho Rodrigues⁴⁴ e Joaquim Nogueira Paranaguá, ambos conservadores. Essas coalizões tinham a finalidade de estruturar os novos partidos do estado levando em consideração os arranjos políticos e as conveniências particulares. Freitas (1892) denuncia sobre os proveitos recebidos por Joaquim Nogueira Paranaguá ao coligar-se a Antônio Coelho Rodrigues: “o leitor já conhece qual a atitude do doutor Nogueira na organização [sic.] dos novos partidos e qual a sua atitude diante dos acontecimentos que seguiram: [...] Empossado no alto cargo da administração do estado” (FREITAS, 1892, p. 33).

Freitas (1982) define bem o clima de divergência política no Piauí no início da República Velha, bem como a criação de grupos políticos visando interesses particulares e o poder, através do seu discurso sobre a organização do “coelhado”⁴⁵:

Aqui no coelhado a República aparece uma monstruosa monarquia [...] esses homens sem princípios e sem crenças, influenciados pelo interesse pessoal, desacreditam as instituições, é injustiça crermos que eles não trabalham visando alguma coisa adiante. A prova está no falseamento de todas as normas republicanas, começando pelo confisco do voto e acabando pelo esbulho de direitos adquiridos. A república do coelhado é assim, um monstro que urge matar a todo transe e por todas as formas. Nesse pressuposto, eu combato pelo jornal, pela Tribuna e pelo livro e já o combate na praça pública no tumulto da revolução (FREITAS, 1982, p. 121).

O Major Gregório Taumaturgo de Azevedo (1889–1890)⁴⁶ foi empossado como o

⁴⁴ “Nasceu em Picos-PI (1846) e morreu em São Vicente- SP (1912). Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife (1860). Autor do primeiro projeto do Código Civil Brasileiro (1893), contratado pelo governo do Presidente Deodoro da Fonseca e recusado na administração de Floriano Peixoto. Também foi autor e relator da lei que instituiu o casamento civil. Iniciou a sua carreira política no ano de 1867 com apenas 23 anos de idade, elegendose Deputado Provincial. Elegeu-se Deputado-geral em 1870. Volta à Câmara dos Deputados nas legislaturas iniciadas em 1876 e 1886. Tornou-se Senador da República em 1896” (GONÇALVES, 2003, p. 344).

⁴⁵ Sobre o “coelhado”, Freitas (1892) se referia ao grupo político que se formou ao redor de Coelho Rodrigues.

⁴⁶ “Nasceu em Vila de Barras do Marataoan-PI (17/11/1853) e faleceu no Rio de Janeiro-GB (29/08/1921). Marechal-de-Exército. Estadista. Político. Bacharel em Direito e Engenheiro Militar. Azevedo, no cargo de Governador, teve como Secretário de Governo, o notável jurista Clóvis Bevilacqua. O Piauí encontrava-se em caos total: as finanças estavam arruinadas e a corrupção administrativa reinava em todo o estado. Taumaturgo estava imbuído do propósito de pacificar e unir os piauienses em prol do soerguimento do estado. Lançou-se resolutamente a administrar o estado, procurando sanear as finanças, organizar o ensino, manter a ordem e,

primeiro Governador republicano do Piauí, após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, e nomeado pelo governo provisório da União, chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Governou o Piauí de 26 de dezembro de 1889 até a sua deposição em 4 de junho de 1890. Segundo Queiroz (1994), a sua queda do poder foi amplamente debatida na imprensa do Rio de Janeiro. Nesse contexto, novos partidos políticos começaram a se formar e os jornais existentes se fundiram para dar cobertura a eles. O jornal *A Democracia*⁴⁷ surgiu nesse período como órgão situacionista, sendo de autoria de Higino Cunha. Após assumir o governo do Piauí, Taumaturgo de Azevedo buscou desenvolver uma política de conciliação na qual buscava reunir os republicanos e os monarquistas⁴⁸ em um grupo. Taumaturgo de Azevedo não obteve sucesso, como aponta Nunes (2001, p. 219-220, grifos da autora): “tenta, ainda, o Governador persuadir os políticos a fundirem os periódicos locais, órgãos dos partidos, em um jornal Oficial do Estado: **O Piauí**. Encontrou, entretanto, reação imediata das lideranças conservadoras”.

Em março de 1890, a elite política do Piauí decidiu formar dois novos partidos para eleger candidatos à Constituinte Federal: o Partido Republicano Federal (PRF)⁴⁹ e o Partido Democrata (PD)⁵⁰. Segundo Nunes (2001), essas articulações foram organizadas por duas forças políticas piauienses que operavam na instância federal: o Conselheiro Antônio Coelho Rodrigues, que apoiava o PR, e o Marquês de Paranaguá, que apoiava o PD. Em 1890, nasceu *O Democrata*⁵¹, como órgão do partido de mesmo nome, que pertencia a Barão de Castelo Branco. Em 1896 foi a vez de a *República*, órgão do PRF, que tinha por objetivo combater o governo de Raimundo Arthur de Vasconcelos e era escrito por Areolino de Abreu⁵², Elias

finalmente, desenvolver todos os setores de atividades” (GONÇALVES, 2003, p. 43-44).

⁴⁷ O jornal *A Democracia* transformou-se em *O Piauí* – primeiro como órgão do Partido Republicano Federal, em 1891; depois converteu-se em órgão do Partido Republicano Conservador, em 1911 (PINHEIRO FILHO, 1997).

⁴⁸ Os monarquistas tiveram mais expressividade e deram origem a grupos “conservadores” e “liberais” (NUNES, 2001, p. 220).

⁴⁹ “Criado em 20 de março de 1890, constituído pelo “Centro Onça”, chefiado pelo Médico Theodoro Alves Pacheco, pelo Barão de Urussuhy (chefe da dissidência “liberal”) e por Joaquim Nogueira Paranaguá (republicano histórico)” (NUNES, 2001, p. 220).

⁵⁰ “Constituído em 24 de março de 1890, chefiado pelo Barão de Castelo Branco, reunindo a grande dissidência conservadora liderada por Simplício Coelho de Rezende (monarquista) e tendo as adesões de Clodoaldo Freitas (republicano histórico), Dr. Firmino de Sousa Martins, Padre Álvaro José de Lima e Antônio Joaquim Diniz (republicanos históricos)” (NUNES, 2001, p. 220).

⁵¹ Começou a circular em 11 de junho de 1890. Órgão do PD. Propriedade do Barão de Castelo Branco. Redação de Simplício Coelho de Resende e Clodoaldo Freitas. (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 226).

⁵² “Areolino Antônio de Abreu nasceu em Teresina-PI (08/08/1865) e faleceu em União-PI (31/05/1908). Governador do Estado do Piauí, médico, político, jornalista e escritor. Deputado Provincial (1888–1889); Vice-governador do Estado, assumindo o governo do Piauí, em caráter definitivo, em 05 de dezembro de 1907, em face do falecimento do Governador Álvaro Mendes. Areolino de Abreu faleceu antes de terminar o seu mandato. Governou o estado em uma fase de agitada ebulição política, de confrontos e radicalizações partidárias” (GONÇALVES, 2003, p. 12-13).

Martins⁵³, João Gaioso⁵⁴ e Manuel da Paz⁵⁵ (PINHEIRO FILHO, 1997).

Segundo Neves (2008), no contexto da Primeira República, as oligarquias brasileiras se estruturavam em um “gigantesco móbil político”, onde o Piauí estava posicionado em um lugar de menor relevância em relação aos outros estados:

As oligarquias estaduais se equilibravam no eixo federativo, oscilavam ao sabor dos ventos dos arranjos políticos e deixavam de manifesto a hierarquia existente entre os estados da federação. Num plano mais elevado, São Paulo e Minas. Logo abaixo, o Rio de Janeiro com o Distrito Federal, seguido, quase no mesmo plano, ainda que por distintas razões, da Bahia e do Rio Grande do Sul. Depois o bloco das principais oligarquias nordestinas. Um pouco mais abaixo, os estados do Norte, o Paraná e Santa Catarina. Depois ainda o Mato Grosso e Goiás. E no plano da menor ponderação política, estados como o Sergipe e Piauí (NEVES, 2008, p. 39-40).

Entretanto, as dificuldades enfrentadas pelo Piauí não se resumiam a baixa posição na tomada de decisões da política nacional. O estado também teve contratempos com o comércio marítimo, que se aguçaram no final do século XIX e permaneceram no início do século XX. Segundo Queiroz (1994), na passagem do século XIX para o XX, a intensificação das trocas do Piauí com o exterior, por meio da borracha de maniçoba, colocou o estado em uma posição de total dependência do Maranhão, que praticamente monopolizava o comércio porque tinha o porto com acesso aos outros estados e países. Nas primeiras décadas do século XX, “a mobilização do comércio e as campanhas na imprensa visarão a alertar a população para os abusos do comércio maranhense e para a necessidade do Piauí se tornar independente daquela tutela” (QUEIROZ, 1994, p. 20).

Entre o final do século XIX e o início do século XX, houve ainda inúmeras tentativas

⁵³ “Nasceu em Picos-PI (1869) e faleceu em Teresina-PI (1936). Magistrado, político, jornalista e escritor. Bacharel pela tradicional Faculdade de Direito do Recife. Procurador da República no Piauí. Deputado Provincial pelo seu estado natal (1850–1851). Membro da Junta de Governo de 21 a 29 de dezembro de 1891. Elegeu-se Deputado Federal em duas legislaturas (1897–1899 e 1915–1917)” (GONÇALVES, 2003, p. 241).

⁵⁴ “Nasceu em José de Freitas-PI na Casa-Grande de São Domingos (09/07/1865) e faleceu no Rio de Janeiro-GB (17/09/1913). Magistrado, político e jornalista. Foi promotor público em União e Teresina. Juiz de Direito da Comarca de Barras (1896). Procurador da República no Piauí. Abandonou a magistratura por injunções políticas. Elegeu-se Deputado Federal (1900–1913). Proprietário do jornal *A Notícia*. Foi um dos redatores do periódico *A República*” (GONÇALVES, 2003, p. 32).

⁵⁵ “Nasceu no município de Humildes, hoje, Alto Longá-PI (02/01/1838) e faleceu em Teresina-PI (15/12/1923). Comerciante e político. A sua formação escolar reuniu-se unicamente nos ensinamentos de leitura, escrita e as quatro operações fundamentais. Estabeleceu-se, mais tarde, por conta própria, explorando o ramo comercial de importação de mercadorias e exportação de matérias-primas. Líder empresarial de muita influência e operosidade, foi um dos fundadores da Associação Comercial e o primeiro Presidente da Junta Comercial do Estado. Deputado Estadual em seis legislaturas. Signatário das Constituições de 27 de maio de 1891 e de 13 de junho de 1892. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, tendo, nessa qualidade, assumido o governo do Piauí, com o falecimento do Governador Anísio de Abreu (06/12/1909). Logo em seguida, foi eleito Vice-governador na chapa encabeçada por Antonino Freire (20-01-1910)” (GONÇALVES, 2003, p. 309).

infrutíferas de acordo entre o Piauí e o Maranhão para regulamentar as tarifas das margens do Rio Parnaíba, segundo Queiroz (1994). Os conflitos comerciais entre Piauí e Maranhão permaneceram no início do século XX, sobretudo a partir da Autonomia Federativa⁵⁶, que deu abertura aos entes que compunham a federação brasileira sobre as negociações para fortalecer as suas finanças. Nesse contexto, os dois estados também lutavam pelo controle e pela arrecadação nos portos marítimos.

Além das difíceis relações econômicas interestaduais, outras grandes inquietações surgiram na imprensa entre 1910 e 1920. O abalo provocado pelo período eleitoral e pelas lutas políticas rechearam as folhas com ataques, tanto que não sobrava espaço para a literatura, uma vez que os jornais quase sempre eram partidários e se dedicavam a abordar as querelas dos grupos políticos do Piauí (PINHEIRO FILHO, 1997).

Em 1912, o estado tinha 14 (quatorze) jornais⁵⁷, 09 (nove) de direcionamento noticioso, 03 (três) de posicionamento religioso, 01 (um) literário e 01 (um) humorístico, conforme detalhado no Quadro 1:

Quadro 1: RELAÇÃO DOS JORNAIS DO PIAUÍ EM 1912

Local	Jornal	Direcionamento	Periodicidade	Ano de implantação
Amarante	<i>O Amarante</i>	Espírita	Quinzenal	1908
	<i>Cruz</i>	Espírita	Mensal	1902
	<i>Teté</i>	Humorístico	Quinzenal	1909
Oeiras	<i>Correio de Oeiras</i>	Noticioso	Quinzenal	1909
Parnayba	<i>Norte Piauhy</i>	Noticioso	Semanal	1907
Peripery	<i>Peripery</i>	Litterario	Quinzenal	1910
Picos	<i>O Aviso</i>	Noticioso	Quinzenal	1910
Teresina	<i>Apóstolo</i>	Religioso	Semanal	1907
	<i>Commercio</i>	Noticioso	Semanal	1906
	<i>Diario do Piauhy</i>	Noticioso	Diário	1911
	<i>Gazeta</i>	Noticioso	Semanal	1904
	<i>Monitor</i>	Noticioso	Semanal	1905
	<i>Norte</i>	Noticioso	Semanal	1899
	<i>Piauhy</i>	Noticioso	Bissemanal	1891

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1912, p. 510.

Surgiram em Teresina na década de 1910 dois jornais para defender os ideais dos candidatos à presidência da República: o jornal *Primeiro de Março*, em defesa do candidato de

⁵⁶ A Autonomia Federativa foi inaugurada com a República e dava autonomia aos entes estaduais que compunham a federação brasileira. Os estados aproveitaram essa atribuição para consolidar as regulamentações e os novos controles sobre o seu território e sobre a sua população (QUEIROZ, 1994, p. 23).

⁵⁷ O Anuário Estatístico do Brasil mostra somente os veículos em circulação antes de 1912.

Hermes da Fonseca, e *O Condor de Haia*, em favor de Rui Barbosa. A luta política não estava concentrada somente na imprensa teresinense. Na cidade de Picos, em 15 de novembro de 1910, surgiu o jornal *O Aviso*, do Coronel Joaquim das Chagas Leitão⁵⁸. Nos primeiros anos de circulação, esse jornal devotou algumas páginas para exaltar o presidente Hermes da Fonseca e o militarismo, como pode ser observado abaixo:

Encorporando o nosso advento as homenagens por eutre as quaes decorrera n'este recanto da Patria de Deodoro, a grande data nacional que marca um dos mais gloriosos e mais nobilitantes feitos do Exército e Armada nacionaes, assignalando em sua passagem o grandioso acontecimento da investidura do honrado Marechal Hermes da Fonseca, no cargo de Presidente da República (O NOSSO ADVENTO, *O Aviso*, Picos, n.2, p. 1, 30 nov. 1910, [sic.]).

Foi também no contexto de 1910 que, segundo Silveira (2019), foi criada uma comissão em Teresina pelo corpo de diretores da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba* para angariar donativos direcionados à aquisição de um quarto navio para a Liga Marítima Brasileira. Os membros da comissão piauiense foram indicados pelo Governador Antonino Freire da Silva⁵⁹. Silveira (2019, p. 83) considera que “a formação dessas comissões abre um espaço maior no campo das redes de poder econômico-político ampliando a visibilidade dessas personagens históricas”. A relação de membros da comissão formada no Piauí em 1910 foi divulgada pelo jornal *O Paiz*⁶⁰, do Rio de Janeiro, em 29 de maio do mesmo ano. O município de Picos tinha uma subcomissão cujos membros foram escolhidos pela comissão de Teresina.

Segundo o jornal *O Aviso*, os integrantes da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba* na cidade de Picos eram: Coronel Joaquim das Chagas Leitão (Deputado Estadual) Urbano Maria Eulálio (Juiz de Direito da Comarca), Milciades Lopes (Juiz de Direito e

⁵⁸ “Comerciante e político. Tabelião Público em Picos. Deputado Estadual oito vezes consecutivas (1900–1932). Ganhador de eleições. Em Teresina, notadamente em Picos, exerceu profunda influência. Com o seu prestígio, elegeu vários intendentes e conselheiros à Câmara Municipal do atual município modelo do Piauí. O seu nome foi vitorioso em eleições consecutivas à conquista da cadeira de Deputado Estadual. Materialmente, o coronel Leitão não amealhou grandes capitais” (GONÇALVES, 2003, p. 220-221).

⁵⁹ “Foi Vice-governador do Piauí na chapa de Anísio de Abreu (1908–1909). Depois, foi eleito Governador do Piauí (1910–1912). Eleito Vice-governador do Piauí, na chapa chefiada pelo Dr. Anísio de Abreu, de 01 de julho de 1908 a 01 de julho de 1912. Governador eleito, Dr. Anísio de Abreu, faleceu em 12 de junho 1909. Em 20 de janeiro de 1910, foi eleito Governador do Piauí, assumindo o governo em 15 de março de 1910. Antônio Freire liderou o estado até 1º de julho de 1912. Deputado Federal, foi eleito para as legislaturas de 1915–1917, 1918–1920, 1927–1929. Foi Senador da República de 1919 a 1926. Deputado Federal de 1927 a 1929. Fundou os jornais *A Pátria* e *A Imprensa*. Dirigiu o jornal *Habeas-corpus*. Colaborou com *O Nortista*, *Cidade de Teresina* e com *O Piauí*” (GONÇALVES, 2003, p. 370-371).

⁶⁰ “*O Paiz* foi um jornal diário de grande circulação lançado em 1º de outubro de 1884, no Rio de Janeiro (RJ), por João José dos Reis Júnior, o Conde de São Salvador de Matozinhos. Conservador e de grande expressão, considerado o mais robusto órgão governista da República Velha, foi um dos maiores formadores de opinião na política e na sociedade brasileiras entre o fim do século XIX e o começo do século XX. Durou até 18 de novembro de 1934, quando foi fechado pela Revolução de 1930” (BRASIL, 2015).

Promotor Público da Comarca), José Joaquim Pereira Nunes (Coletor Estadual) e Antônio Rodrigues da Silva⁶¹ (Presidente do Conselho Municipal e Agente do Imposto de Consumo) (O NOVO <<RIACHUELO>>. **O Aviso**, Picos, n.1, p. 3, 15 nov. 1910). Usando discursos de patriotismo, o jornal *O Aviso* convidou o “povo em geral” e intimou o “funcionalismo público” a participarem das atividades culturais que gerariam fundos para a obtenção do novo Riachuelo (O NOVO <<RIACHUELO>>, **O Aviso**, Picos, n.1, p. 3, 15 nov. 1910).

A agitação maior estava por vir com a luta pelo governo estadual entre Miguel Rosa⁶² e Odilo Costa em 1912. Sem demora, os grupos políticos e seus respectivos partidos iniciaram os preparativos para o processo eleitoral de 1912 através da imprensa, que apresentava toda a hostilidade dos partidos. Conforme Pinheiro Filho (1997), Odilo Costa foi apoiado por dois grandes jornais católicos: *O Apóstolo* e *A Cidade de Teresina*. Já Miguel Rosa sentiu-se fraco diante do opositor e recorreu aos jornais dos Coronéis do interior do estado, que já o tinham apoiado no passado, e conseguiu organizar um batalhão patriótico forte para o combate político. Os dois travaram uma batalha feroz e a imprensa serviu de palco para esse combate (PINHEIRO FILHO, 1997).

O novo regime também fez surgir questões entre o Bispado e a Maçonaria na imprensa teresinense e do interior. Segundo Queiroz (1994), o propósito da Igreja perpassava a intenção catequética, missionária e pedagógica, pois a instituição intervia nas lutas partidárias com a finalidade de construir uma posição de mando. A luta entre a Igreja e a Maçonaria no Piauí foi, portanto, um desdobramento de uma disputa política no sentido mais amplo. Os embates entre Miguel Rosa (defensor dos ideais maçônicos) e Odilo Costa (católico) geraram uma verdadeira guerra entre o jornal *O Apóstolo*, órgão da diocese de Teresina, e *O Aviso*, jornal da cidade de Picos que apoiou a candidatura de Miguel Rosa para as eleições de 1912.

Conforme já apontado, Pinheiro Filho (1997) assegura que Miguel Rosa contou com a ajuda da imprensa do interior. O jornal picoense *O Aviso* foi um dos que colaborou prontamente com a campanha de Miguel Rosa divulgando em suas páginas que “artigos publicados imprensa Rio, aplaudem candidatura Miguel Rosa, Governador Piauhy combatendo Cruz”

⁶¹ O Coronel Antônio Rodrigues da Silva fazia oposição ao Coronel Joaquim das Chagas Leitão no Conselho Municipal da cidade de Picos. Natural da Fazenda Riachão, distrito do município de Picos (PI). Foi Intendente da cidade de Picos entre 1912 e 1918.

⁶² “Nasceu em Teresina-PI em 15 de dezembro de 1876. Político, jornalista, advogado e professor. Juiz em Floriano. Foi Procurador da República no Piauí. Governador do Piauí de 1912 a 1916. Envolveu-se com os principais jornais piauiense, entre eles: O Norte (1899), A Luz (1901), O Reator (1902), A Pátria, A Notícia (1917), Jornal de Notícias (1917) e O Combate (1910). Miguel Rosa assumiu o governo em uma fase de ressentimentos, intrigas e acúmulo de ódio. Seu governo foi marcado por percalços, confrontos e radicalização. Existiam rixas e traições entre os seus correligionários. A sua administração foi marcada também por motins, rebeliões, flagelo do banditismo e cangaço” (GONÇALVES, 2003, p. 348).

(TELEGRAMMAS. **O Aviso**. Picos, n. 19, p. 2, 16 out. 1911).

Em 1912, Abdias Neves lamentou o fato de que desde a origem da imprensa no Piauí, quase um século ainda não tinha sido o suficiente para livrar os impressos dos males que os viciaram. Segundo ele, os excessos continuavam os mesmos, uma vez que todos os jornais se limitavam a fazer a defesa de amigos e a atacar adversários, segundo Pinheiro Filho (1997).

Outro momento de grande movimentação política no Piauí aconteceu na década de 1920. Em 1921, Nilo Peçanha esteve em Teresina para articular sobre as campanhas presidenciais de 1922. O piauiense Marechal Firmino Pires Ferreira⁶³ declarou apoio à campanha de Nilo Peçanha. Este último foi o candidato escolhido para representar a Reação Republicana⁶⁴ nas campanhas de 1922 contra o candidato do grupo político “café com leite” Arthur Bernardes. Segundo Castro (2008), em outubro desse mesmo ano, Nilo Peçanha chegou à Teresina e se encontrou com o Governador João Luís Ferreira para confirmar o pacto para as eleições presidenciais de 1922. Enquanto isso, a oposição estava dando apoio à candidatura de Artur Bernardes, patrocinada pelo tenentismo.

Os tenentes do Piauí também apoiaram Artur Bernardes, que ganhou as eleições de 1922. De acordo com Castro (2008, p. 162), tratava-se de “[...] jovens oficiais rebeldes, artífices em seguida da coluna prestes, tinham como padrinho o velho marechal e ex-presidente da república, Hermes da Fonseca, correligionário em Teresina de Pires Ferreira, que acusava Félix Pacheco de ter fraudado as eleições no Estado”.

No Piauí, as conspirações que levaram ao golpe de 1930 começaram com as ideias revolucionárias de oficiais do exército que chegaram ao estado. Eles foram destacados de muitos lugares distantes e fixados em Teresina como punição por atitudes consideradas inconvenientes pelas forças armadas, em tempos conturbados das primeiras décadas do século XX, aponta Castro (2008).

O golpe de 1930 provocou agitação em todo o país e foi um acontecimento importante na história republicana brasileira que deu fim ao período da República Velha. O movimento atingiu o Piauí e deu destaque a três figuras: a primeira foi o Desembargador Joaquim Vaz da Costa⁶⁵, que estreou no jornal *A Voz do Sertão* (1912), em São João do Piauí; a segunda foi o

⁶³ “Natural de Barras do Piauí, pertencente ao clã dos Pires Ferreira, exerceu grande domínio político no Piauí durante a Primeira República. Começou a vida militar 1866, e participou de várias batalhas. Ingressou na vida política após a proclamação da república (1889). Em 1890 foi promovido a Coronel. Em 1894 foi eleito senador do Piauí, com mandato de nove anos. Voltou ao cargo de Senador pelo Piauí em 1903 e depois em 1912. Encerrou seu último mandato em 1921” (LOPES, [s.d.], p. 1).

⁶⁴ Movimento encabeçado pelos estados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Distrito Federal, em junho de 1921.

⁶⁵ “Nasceu em São Raimundo Nonato-PI (1886) e morreu em Teresina-PI (1972). Líder da Revolução de 1930 no Piauí. Magistrado, jornalista e político. Bacharel em Direito do Recife. Um dos fundadores da Faculdade de

Pe. Cirilo Chaves Carneviva⁶⁶, que dirigiu o jornal *A Liberdade* (1928-1930) e era vigário da igreja do Amparo em Teresina; a terceira foi o Pe. Astolfo Serra, de Timon (MA), que se destacou por fazer sermões revolucionários a favor de Getúlio Vargas, na Igreja do Amparo, com a permissão do Vigário. Segundo Pinheiro Filho (1997), a “revolução” de 1930 eliminou as articulações políticas entre as oligarquias regionais no Brasil, que sobrepujassem seus interesses particulares aos interesses do estado e da nação como um todo.

A imprensa do interior do Piauí também participou das lutas políticas antes e durante o golpe de 1930. Foi o caso do jornal *Aviso*, de Picos, que intensificou a produção e a reprodução de notícias a favor da Aliança Liberal e do candidato Getúlio Vargas. Além disso, ampliou as propagandas com campanhas em defesa do político riograndense, como pode ser observado no anúncio: “Picoenses! Votae em Getúlio Vargas e João Pessoa – candidatos da Aliança Liberal, essa imensa, valorosa e inexpugnável phalange de libertadores da Patria” (MANIFESTAÇÃO DA ALLIANÇA LIBERAL AO SENADOR EPITÁCIO PESSOA. *Aviso*. Picos, n. 168, p. 1, 18 jan. 1930)

Pinheiro Filho (1997) menciona que, somente a partir de 1930, um grupo de pessoas célebres, inteiramente dedicado ao jornalismo, alguns piauienses e outros de estados vizinhos, compartilharam muitos feitos que culminariam no desenvolvimento e grandeza da imprensa do Piauí. A partir do momento em que vários indivíduos⁶⁷ chegaram ao estado, com experiências em grandes veículos, o Piauí finalmente ingressou no modelo desenvolvimentista brasileiro, demonstrando capacidade de apreensão das rápidas modificações técnicas em conformidade com as determinações mundiais.

Os pequenos jornais que circularam entre 1880 e 1930, impressos nas tipografias dos órgãos políticos, permitiram identificar no Piauí centenas de jovens aspirantes à carreira das letras e interessados no movimento cultural do período em questão. Esse interesse não se restringia a Teresina; nas cidades do interior do Piauí muitos pequenos veículos foram publicados, destacando-se Amarante, Picos e Parnaíba, segundo Queiroz (1991). Acrescenta-se ainda o importante papel do jornal para a construção e conservação dos partidos e toda a sua

Direito do Piauí e professor catedrático de Direito Civil. Magistrado. Promotor público em Amarante. Juiz de Direito em São João do Piauí e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Jornalista ardoroso e brilhante. Revolucionário em 1930. Foi também um dos líderes da deposição do Governador Humberto de Arêa Leão, em 29 de janeiro de 1931, pela Polícia Militar, assumindo o governo do estado por algumas horas: de 12 às 21 horas” (GONÇALVES, 2003, p. 134).

⁶⁶ Nasceu em Fortaleza-CE (9/07/1894) e faleceu no Rio de Janeiro-RJ (21/04/1936). Seguiu a carreira do magistério, foi jornalista e comprometido com as causas eclesásticas. Ordenou-se em Teresina. Fundou e dirigiu o jornal *A Liberdade* em 1928, órgão político e noticioso. Tinha como redatores Higino Cunha, Leão Marinho e Júlio Fontenele (GONÇALVES, 2003).

⁶⁷ Destacaram-se: Élder Feitosa, Pompílio Santos, Vanderlei Barbosa, Macário Oliveira e Raimundo Ribeiro e Silva” (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 169).

estrutura na República Velha e, além disso, para ressignificação da cultura política no interior do Estado do Piauí nesse contexto.

3 O AVISO: O NASCIMENTO DA IMPRENSA PICOENSE DURANTE A EFERVESCÊNCIA DA POLÍTICA PARTIDÁRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

No interior do Estado, em novembro de 1910, surgiu o jornal *O Aviso*, na cidade de Picos, sendo de propriedade do coronel Joaquim das Chagas Leitão. *O Aviso* caracterizava-se como jornal partidário, uma vez que esteve ligado aos partidos durante toda a sua existência. Quando foi criado, em 1910, estava coligado ao Partido Republicano Conservador (PRC); a partir de 1917 aparece alinhado ao Partido Republicano Autonomista (PRA); e, em 1930 se juntou à Aliança Liberal. O jornal *O Aviso* foi mantido durante vinte anos pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Nesse período, pode-se observar que *O Aviso* foi utilizado como ferramenta política, beneficiando o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e combatendo os Coronéis picoenses Antônio Rodrigues da Silva¹, Francisco Santos² e Josino Ferreira³, criando fatos políticos sobre eles. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão também utilizou o jornal *O Aviso* para defender os ideais da Aliança Liberal e a campanha eleitoral de Getúlio Vargas em 1930.

3.1 Características gerais do município de Picos (PI) na passagem do século XIX para o século XX

Até meados do século XIX, a área geográfica em torno da atual cidade de Picos tinha uma povoação escassa e dividida em unidades familiares de produção, isoladas umas das outras. A criação de bovinos era predominante. As atividades agrícolas e extrativistas começavam a ganhar adeptos, mas ainda eram baseadas na autossuficiência. Existiam várias fazendas, dentre elas: Bucãina, Retiro do Curralinho, Canabrava, Jenipapeiro, Riachão, Tapera e Patrocínio. Ao longo do século XX, essas fazendas tornaram-se cidades, respectivamente: Bocaina, Picos, São João da Canabrava, Francisco Santos, Monsenhor Hipólito, São José do Piauí e Pio IX (FONSECA, 2004).

¹ O Coronel Antônio Rodrigues da Silva fazia oposição ao Coronel Joaquim das Chagas Leitão no Conselho Municipal da cidade de Picos. Natural da Fazenda Riachão, distrito do município de Picos (PI). Foi Intendente da cidade de Picos entre 1912 e 1918.

² Durante a administração do Coronel Antônio Rodrigues (1912-1918), o Coronel Francisco Santos auxiliou o Intendente de Picos nos embates contra Coronel Joaquim das Chagas Leitão na política partidária. O Coronel Francisco Santos assumiu a administração de Picos em 1918 com a morte do Coronel Antônio Rodrigues.

³ “Fazendeiro e político. Secretário de Governo (1896). Chefe de Polícia (1890). Secretário de Estado da Fazenda em duas oportunidades. Deputado Provincial em duas legislaturas (1882-1885). Foi diretor da Escola de Aprendizes e Artífices (1929)” (GONÇALVES, 2003, p. 167).

Os primeiros moradores de Picos (PI) ocuparam a margem direita do rio Guaribas, mas, com o crescimento urbano, o rio passou a cortar toda a extensão do centro da cidade (SOUSA, 2005). O município de Picos (ver Figura 1) fica a mais de 80km da antiga capital Oeiras (PI) e a mais de 300km da nova capital, Teresina (PI).

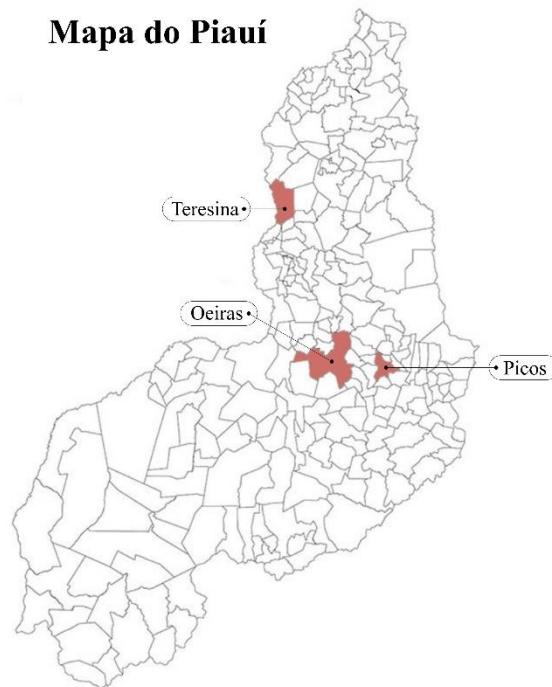


Figura 1 – Mapa do Estado do Piauí.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Durante o período de povoamento do território da atual cidade de Picos, por volta de 1754, a região se desenvolveu em uma grande extensão de fazendas, fazendo com que a figura do vaqueiro se destacasse (SOUSA, 2005). A Fazenda Curralinho teve um crescimento mais expressivo em comparação com as demais fazendas próximas, segundo Fonseca (2004), devido aos privilégios naturais que favoreciam a agricultura e por estar localizada próxima das “trilhas” que ligavam Oeiras (PI) aos portos de Recife (PE) e Fortaleza (CE).

A criação da cidade Picos deu-se no século XVIII, a princípio com a criação da fazenda Curralinhos, por intermédio do vaqueiro português Félix Borges Leal. *A priori*, o objetivo desse personagem e de sua expedição da Bahia ao interior do Piauí era buscar minérios e, depois, garantir o controle das terras em nome da Casa da Torre⁴. Apesar de não ser vantajosa para a

⁴ “O processo de expansão colonial portuguesa do litoral para o interior do Nordeste Brasileiro foi conduzido pela Casa da Torre de Garcia D’Avila e seus descendentes, através dos empreendimentos feudais de apropriação de terras e escravização, expulsão ou massacre dos povos indígenas da nação Tupi, processo que durou até o Governo do Marquês de Pombal, em 1777” (FONSÊCA, 2004, p. 33).

exploração mineral, a região tinha outros potenciais. Por estar situada às margens do rio Guaribas, a região era favorável para a agricultura e criação de gado.

A Ocupação do lugar onde hoje está localizada a cidade de Picos começou com uma das fazendas pertencentes à família Borges Leal, sediada na Bocaina mas com ramificações na Sussuapara, Umari, Samambaia, etc. O sítio original chamava-se Retiro do Curralinho, instalado por um Borges Marinho (Félix Borges Leal) entre o riacho do Moura riacho da Gameleira, à margem direita do rio Guaribas, numa pequena área mais elevada justo na confluência do Riacho do Moura com o Guaribas. (FONSECA, 2004, p. 35).

Os membros da família Borges Leal foram os primeiros a chegar a Picos e logo constituíram o núcleo populacional que deu origem à localidade. A abundância de montes picosos, onde a comunidade se desenvolveu, motivou o nome do lugar. As primeiras famílias se interessavam pela criação de gado, lavoura e plantio, devido à qualidade do solo e à abundância de água para a irrigação e pastagem. Esses recursos chamaram a atenção dos fazendeiros de Pernambuco e da Bahia, que logo começaram a comprar terras, promovendo uma crescente aglomeração urbana de Picos (FONSECA, 2004).

Em uma fase avançada do desenvolvimento, o território de Picos foi separado de Oeiras e a vila foi elevada a freguesia de Nossa Senhora dos Remédios em 11 de setembro de 1851, pela Resolução Civil Nº. 308. O constante progresso da freguesia resultou na elevação da mesma à categoria de Vila em 20 de novembro 1855, pela Resolução Provincial Nº. 397 (ALBANO; SILVA, 2001). No entanto, a instalação da Vila somente se efetivou quatro anos depois e foi marcada pela chegada das instituições estruturadoras da vida social e política. Quer dizer, devido à presença de agentes do Estado e da Igreja Católica e de suas correlações (FONSECA, 2004). Em 1890, a cidade de Picos já contava com 14.667 habitantes (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1898).

Segundo Queiroz (1994), enquanto o século XX apontava no horizonte, o poder de uma casta burguesa picoense teve uma importante ascensão, motivada por vínculos consanguíneos que surgiram pela relação com outras importantes famílias da região:

Estudo contemplando a elite política e burocrática do Piauí até o final do império mostraria que a origem, as bases e a concentração de poder ainda, estavam nas mãos das grandes famílias entrelaçadas e aparentadas da região compreendida pelos municípios de Picos, Jaicós, Oeiras, Valença e áreas de influência. Observação em torno dos principais políticos provinciais atuantes na década de 1880 apresenta como resultado a continuidade da dominação das antigas famílias do centro e sudeste da Província, como os Freitas, os Sousa Martins e famílias correlacionadas, os Sousa Mendes, os Silva Moura, cujo o apogeu político ocorreu nos meados e na segunda metade do século XIX

(QUEIROZ, 1994, p. 223).

No início da Primeira República, a cena política picoense foi marcada pela disputa de dois grupos pela hegemonia local: o grupo do Coronel Helvídio Clementino de Sousa Martins⁵ e o do Coronel Raimundo Antônio de Macedo⁶. Em 1900, a concretização do conflito entre os dois grupos provocou a ascensão do Coronel Joaquim das Chagas Leitão, que apoiava o Coronel Raimundo Antônio de Macedo.

Picos ainda era uma cidade pequena com características rurais nos primeiros anos do século XX. Nesse período, o poder dos “Coronéis” era predominante na sociedade picoense. Essa estrutura coronelista apresentava-se por intermédio da troca de favores, do compadrio, do controle dos cargos da burocracia, do voto de cabresto e da supremacia do poder “mandonista” em relação à propriedade rural, à posse de gado, ao prestígio político e aos privilégios dos bancos (SOUSA, 2005).

Segundo Duarte (1991), na primeira metade do século XX, Picos tornou-se um importante entreposto de comercialização das matérias-primas, que nada mais eram do que “gêneros de exportação”, produzidas nas fazendas da região. O progresso dependia do envolvimento de donos de terras, trabalhadores rurais e exportadores que começaram a fazer parte do cotidiano da cidade. Eram produtos de exportação: cera de carnaúba, algodão, peles domésticas e silvestres, couros espichados, borracha, goma e polvilho de mandioca, oiticica, mamona etc.

Antes do estabelecimento da imprensa em Picos, a circulação de informações era lenta e restrita. As elites obtinham informações por meio de cartas e dos exemplares de veículos de comunicação da capital, de outras cidades do interior ou de outras províncias. Somente no início do século XX, em 1900, a sociedade picoense viu um importante avanço da área da comunicação. O engenheiro Elesbão Veloso fez a instalação da linha telegráfica que ligava Teresina a Picos (ALBANO; SILVA, 2011).

Em 1929, chegam a Picos as primeiras professoras normalistas para a instalação do Grupo Escolar Coelho Rodrigues, autorizada pelo Decreto 1.006 de 03 de novembro de 1929. Eram três educadoras: Maria das Neves Cardoso, Alda da Mata Rodrigues e Ricardina de Castro Neiva (SOUSA, 2005; ALBANO; SILVA, 2011).

A instrução na primeira metade do século XX era orientada às elites. Nesse período, os

⁵ Filho do primeiro Intendente da cidade de Picos – Clementino de Sousa Martins (1890–1892) – após a proclamação da República. Foi o segundo Intendente da cidade de Picos (1892–1896) (ALBANO e SILVA, 2011).

⁶ O jornal *O Aviso* não mostra outras informações a respeito de Raimundo Antônio de Macedo.

professores se deslocavam para as fazendas para ministrar as aulas. Sousa (2005) explica que havia em Picos os mestres ambulantes – equivalentes aos professores particulares – que eram contratados pelas famílias e se dirigiam até a casa do estudante para ministrar as primeiras letras.

Ainda sobre a educação no Piauí na passagem do século XIX para o século XX, Ferro (1996) destaca que a família ainda era responsável pela escolarização dos filhos. No interior do Piauí, principalmente, as primeiras letras eram ensinadas no próprio ambiente doméstico por pais, parentes ou professores contratados pelos familiares. Após essa instrução básica, as famílias mais abastadas enviavam os filhos para Teresina, onde continuavam o ensino secundário no Liceu Piauiense ou em instituições privadas. Depois rumavam para outras capitais. Na passagem do século XIX para o XX, o Piauí sofreu com a escassez de recursos para a manutenção do ensino público, ou seja, para a construção de escolas e para melhorar o salário dos professores.

As estatísticas do *Anuário Estatístico do Brasil* comprovam a situação de fragilidade da educação no Piauí na passagem do século XIX para o século XX. Em 1890, o Piauí tinha 267.609 habitantes e 241.082 pessoas que não sabiam ler, ou seja, 90% da população era analfabeta (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1898, p. 373). Em 1950, o Piauí tinha 880.074 habitantes e 694.739 pessoas que não sabiam ler, isto é, 78% da população era analfabeta (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1952, p. 16). Não foi encontrado no *Anuário Estatístico do Brasil* dados sobre a educação no Piauí no início do século XX. No entanto, a partir desses dados de 1890 e 1950, pode-se concluir que, se na metade século do XX a porcentagem de analfabetos chegava a 78%, entre 1910 e 1930 esse indicador era ainda pior.

O analfabetismo foi mais um dos inconvenientes que recaiu sobre a sociedade piauiense da Primeira República. Segundo Queiroz (2008), durante a primeira década do século XX, o poder público mostrava-se preocupado com as questões educacionais, contudo, não apareciam grandes investimentos. Ou seja, não existia uma quantidade suficiente de escolas e normalistas formadas para contemplar a população escolarizável. A partir de 1912, o “Piauí continuou como uma das unidades da Federação em que o número de analfabetos guardava maior proporção em relação à população total”, afirma Queiroz (2008, p. 13).

Ferro (1996) aponta algumas características da realidade do período republicano no Piauí até meados do século XX. Entre elas está o baixo nível educacional da maioria dos piauienses. Certamente, as dificuldades no desenvolvimento da educação no estado estavam relacionadas a outros fatores apontados pela autora: uma extrema desigualdade econômica e

uma população essencialmente rural vivendo isoladamente e espalhada por um vasto território.

Durante a Primeira República, segundo Ferro (1996), a realidade da educação do Piauí espelhava a do restante do país, que passou por diversas reformas descontínuas. Queiroz (2008) considera que, no contexto do início do século XX, pelo menos duas mudanças foram mais significativas na realidade educacional do estado. A primeira foi a substituição dos professores interinos por normalistas, incorporando-as na rede oficial de ensino em Teresina e no interior, e a segunda foi o suporte mais eficaz dado à educação, conferindo as condições materiais de que necessitava, como a construção de prédios destinados às escolas públicas.

Esses progressos aconteceram a partir dos governos de João Luis Ferreira⁷ (1920–1924) e de Matias Olímpio⁸ (1924–1928). Apesar disso, Ferro (1996) afirma que a influência do poder político no ensino público e no controle ideológico dos professores era visível e muito forte no Piauí. As decisões sobre as exonerações, transferências e substituições, por exemplo, eram puramente políticas. Os professores foram impelidos a concordar com o novo regime, bem como assinaram compulsoriamente um documento que averbava a adesão. Esses fatores revelam o controle ideológico e de coação que os republicanos exerceram quando tomaram o poder no Piauí.

Queiroz (1994) acrescenta que as condições materiais na educação do Piauí se transformavam lentamente, mas as mudanças na legislação escolar eram sucessivas e frequentes entre 1910 e 1930:

[...] as medidas que visavam a solucionar o problema da educação popular variavam da decretação da obrigatoriedade do ensino da criança em idade escolar com ameaças de punições (multa ou prisão) aos pais ou responsáveis que não atendessem a essa norma; ao chamamento das municipalidades para assumir sua parte no ônus da instrução e à criação de mecanismos mais centralizadores e de possível maior eficácia no controle do sistema escolar, por exemplo, atuação dos inspetores escolares (QUEIROZ, 1994, p. 58).

⁷ “Nasceu em Teresina-PI (23/04/1881) e faleceu no Rio De Janeiro-GB (08/07/1927). Engenheiro Civil e político. Governador do Estado do Piauí (01/07/1920 a 01/07/1924). Deputado Federal (1925–1927). A administração de João Luís Ferreira foi marcada por grandes realizações; empossado Governador, voltou-se prioritariamente para os problemas da educação e do ensino. Criou o primeiro posto de saúde de Teresina. Responsável pela construção do majestoso prédio da Escola Normal Oficial. Responsável pela criação de um plano de construção de rodovias. Projetou e construiu a estrada de rodagem Floriano-Oeiras. Realizou a inauguração da estrada de ferro São Luís-Teresina. Realizou a inauguração do telégrafo Teresina-Rio de Janeiro. Participou da promulgação do Código de Processo Civil e Comercial do Estado” (GONÇALVES, 2003, p. 165–166).

⁸ “Nasceu em Barras do Marataoan-PI (15/09/1882) e faleceu em Teresina-PI (28/06/1967). Magistrado, jornalista, político e escritor. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife (1904). Secretário de governo em três administrações no Piauí. Governou o Piauí de 1924 a 1928. Encontrou o Estado com sua vida perturbada pelas violências das lutas partidárias no sul do estado; conflitos esses que degeneraram em formação de bandos de cangaceiros armados, que saqueavam e promoviam o desassossego da população. Combateu a Coluna Prestes no estado” (GONÇALVES, 2003, p. 255–256).

Os cargos da educação também serviram como moeda de troca nos arranjos políticos. De acordo com Ferro (1996), no início do século XX, as interferências políticas na contratação de professores na rede pública eram comuns. As pessoas de prestígio ou com poder político eram responsáveis pelas indicações e não se preocupavam com a qualificação, preparação ou capacidade do indivíduo para o exercício da profissão.

De acordo com Rêgo (2003), desde o segundo reinado, no Piauí, educação e ocupação caminham lado a lado. Uma elite letrada oriunda das famílias proprietárias de terras ocupava os principais cargos no aparelho estatal e nos cargos do executivo, legislativo e judiciário. Dessa forma, era esta mesma elite letrada que ocupava funções no serviço público e na carreira política que atuava na imprensa piauiense. Dessa maneira, a imprensa piauiense, assim como a brasileira, nasce da relação entre a elite letrada e os partidos políticos, que criam folhas autônomas para servirem de “[...] extensão dos fóruns de debates e os grandes jornalistas, em geral, atuam como políticos” (RÊGO, 2003, p. 8). Tal comportamento examinado pela pesquisadora Rêgo (2003) no segundo reinado também pode ser observado na Primeira República, como será analisado a seguir.

3.2 Joaquim das Chagas Leitão: o “Coronel” da imprensa picoense

Joaquim das Chagas Leitão nasceu em 20 de maio de 1866, na cidade de Príncipe Imperial (atual cidade de Crateús, Ceará), sendo filho do casal Antônio das Chagas Leitão e Maria Ursulina Cavalcanti de Albuquerque. Ainda moço, foi morar e estudar em Teresina na casa de Manoel Cavalcanti, tio materno.

Em 1º de setembro de 1885, sentou praça o jovem Joaquim das Chagas Leitão, com 19 anos e solteiro (ALBANO; SILVA, 2011). Ainda no ano de 1885 foi promovido ao posto de Sargento Secretário Ajudante e bem elogiado pela dedicação e comprometimento com a função.

Em 1886, chegou em Picos com sua jovem esposa Ana Clara de Castro Leitão, primeira professora diplomada que a vila de Picos teve. Nesse ano, foi designado pelo presidente da província para comandar o destacamento militar de Picos. Segundo Fonseca (2004), desse primeiro casamento nasceram as filhas: Lucila, Antonieta, Helena, Arabela e Albertina. Leitão casou-se uma segunda vez, com Anísia Pereira Nunes, com quem teve os seguintes filhos: Brocardo, Hélio, Ofélio, Petrônio e Getúlio.

Em 1887, recolheu-se ao quartel em Teresina e requereu baixa de serviço, que lhe foi concedida no ano seguinte. Em 1890, Joaquim das Chagas Leitão retorna a Picos, fixando

residência, uma vez que fora nomeado pelo Governador do Estado, para o exercício vitalício do ofício de 1º Tabelião de Notas e Escrivão do Crime e Órgãos do termo de Picos.

Em 1896, foi Deputado Estadual e era conhecido como “Coronel Leitão”. Foi Deputado Estadual até 1911, quando saiu do PRC e não participou de novas disputas até que, em 1928, volta à cadeira da Assembleia Legislativa⁹ do Piauí, onde permaneceu até o fim da Primeira República (1930). Foi Prefeito (Intendente) de Picos entre 1900 e 1902.

Foi proprietário e redator do primeiro jornal em Picos, de nome *O Aviso*, que começou a circular em 15 de novembro de 1910. De circulação quinzenal, *O Aviso* “orientou, instruiu, educou e avisou” a população dos sertões da região de Picos, segundo Albano e Silva (2011).

Na vida pública, foi Deputado Estadual em vários mandatos, entre 1890 e 1930, e tabelião durante quase 51 anos, quando se aposentou em 1938. Faleceu em Teresina, a 20 de abril de 1939, aos 73 anos de idade.

Segundo Albano e Silva (2011), com o golpe de 1930, o coronel Joaquim das Chagas Leitão, que apoiou a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas, reassumiu as posições políticas locais junto com Joaquim Pereira Nunes.

Joaquim das Chagas Leitão (ver Figura 2), coronel de patente, foi um entusiasta das questões políticas (através do PRF) e econômicas na cidade de Picos entre o final do século XIX e o início do século XX. Era um personagem envolvido na vida social, política, econômica e uma figura representativa da elite picoense. Também teve presença forte na esfera política estadual, uma vez que representou o Piauí na cadeira de Deputado Estadual nas primeiras décadas do século XX, durante 28 anos, segundo o jornal *O Macambira* de 31 de agosto de 1982. Era constantemente mencionado em notícias da imprensa piauiense, mesmo antes de lançar o primeiro jornal de Picos, *O Aviso*. À medida que adentrava no campo jornalístico, mais combativo se tornava politicamente.

⁹ Infere-se que ele tenha se candidatado pelo PRA.



Figura 2 – Coronel Joaquim das Chagas Leitão.
Fonte: O MACAMBIRA. Picos, 31 out. 1982.

Apesar de não ser latifundiário, o coronel Joaquim das Chagas Leitão apresentava características coronelistas. Primeiro, pela sua posição de poder como chefe do Destacamento Policial de Picos em 1866 e Escrivão do Crime, ofertados pelo Governador do estado em 1890, e segundo por atuar fortemente no agronegócio local e no escoamento da produção do município. Além disso, o coronel detinha uma quantidade considerável de votos, provindos dos eleitores da família Sousa Martins ou de um sistema de filhotismo criado na cidade por ele com a ajuda de governantes da esfera estadual e/ou nacional. Leal (1997) afirma que durante a Primeira República, o principal componente da liderança da cidade era o “Coronel”, que capitaneou uma grande porção de “votos de cabresto” por meio de métodos próprios. O poder eleitoral confere-lhe prestígio político, a mais alta conquista de seu privilegiado status econômico e social como senhorio.

Na década de 1890, o coronel Joaquim das Chagas Leitão embarcou na reação do Coronel Raimundo Antônio de Macedo contra os Sousa Martins, oligarquia que comandava o município de Picos. Segundo Fonseca (2004, p. 49), os dois “partiram para a aglutinação das forças que logo desbancaram ordem comandada pelos Sousa Martins”.

A coligação entre os dois coronéis funcionou. Como resultado, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão conseguiu chegar a Intendente da cidade de Picos em 1901. Para Albano e Silva (2011), a sua escalada havia começado com a morte de Helvídio Clementino de Sousa Martins,

quando usou da oportunidade de desfalque da oligarquia dominante para crescer no poder em todas as posições políticas de âmbito estadual. Quando foi Intendente da cidade de Picos, em 1901, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão elaborou o Código de Postura do Município (ALBANO; SILVA, 2011).

No Piauí do início do século XX, ainda era comum ter médicos, advogados, militares e políticos, dentre outras áreas comuns aos sujeitos oriundos da elite rural, na posição de jornalistas. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão estudou no Liceu Piauiense, mas não saiu do estado, como muitos outros, em busca de graduação. Chegou em Picos no dia 19 de março de 1886 para comandar o destacamento de Picos, enviado pelo Coronel Lisandro Francisco Nogueira¹⁰. Em Picos, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão iniciou a sua jornada política e o jornal *O Aviso* o ajudou nessa construção. Dessa maneira, é possível inferir que a prática política influenciava no fazer político do Coronel Joaquim das Chagas Leitão.

O *Almanak Laemmert* do ano de 1907, informa que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão era o agente¹¹, de Picos, do jornal *Piauí* (órgão oficial e do comércio), de Teresina (PICOS. **Almanak Laemmert**, Rio de Janeiro, ano 64, p. 2074, 1907). Esse dado mostra que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão já tinha relação com a imprensa mesmo antes de inaugurar o jornal *O Aviso*, em 1910. A presença do Coronel Joaquim das Chagas Leitão nos embates políticos da imprensa teresinense demonstra a força política que ele tinha e a ameaça que ele representava aos demais no campo político. Era destruindo a imagem dos oponentes que *O Aviso* ajudava a construir o capital político do Coronel Joaquim das Chagas Leitão no município de Picos. A sua intenção, enquanto sujeito em posição de poder, era a de utilizar o jornal *O Aviso*, também, como ferramenta de vigilância quanto aos desvios de conduta de certos políticos, em especial. Quando o período de campanha política se aproximava, as fiscalizações sob os adversários ficavam cada vez mais intensas.

O Aviso mantinha o Coronel Joaquim das Chagas Leitão como “agente politicamente ativo” dentro do campo político, uma vez que o impresso possibilitava que ele se defendesse e permanesse dinâmico nos embates políticos de Picos e de Teresina. Sobre o campo político, Bourdieu (1989, p. 164) apresenta a seguinte definição:

¹⁰ Nasceu em Valença-PI em 5 de outubro de 1846, faleceu em 13 de março de 1907 em Teresina-PI. Militar e político. Foi juiz do Tribunal de Contas do Estado (1899). Diretor do Departamento de Obras Públicas. Coronel no comando da Polícia Militar (15/07/1891 a 11/12/1891). Conselheiro e presidente do Conselho de Intendência de Teresina em duas legislaturas (1870-1875). Herói da Guerra do Paraguai, participando das batalhas de Lomas Valentina, Tuiuti e Humaitá (GONÇALVES, 2003, p. 281).

¹¹ O *Almanak Laemmert* não mostra outras informações a respeito deste dado. Pode-se inferir que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão colaborava enviando informações oficiais referentes ao seu cargo de Escrivão do Crime e Tabela de Notas da cidade de Picos.

É o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de <<Consumidores>>, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.

A estratégia de manter um veículo local era crucial para o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Por isso, diante dos embates políticos, o jornal *O Aviso* buscava construir uma imagem de “herói” para o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, como símbolo de um “guerreiro” que estava lutando pela “moralidade” da sociedade picoense.

O “capital político”, segundo Bourdieu (1989, p. 187-188), “é um crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem”. Quer dizer, o “capital político” é uma forma de “capital simbólico”, resultante da aprovação social que torna alguns sujeitos mais aceitáveis do que outros como atores políticos e, portanto, habilitados para a política.

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão, sujeito que representava o conhecimento jornalístico, político e jurídico, estava em uma posição de poder, fosse porque os instruídos eram minoria no início do século XX, fosse porque o jornal sempre foi um instrumento de produção, acúmulo e transmissão de saber e verdade. Observa-se que, ao dar visibilidade a determinados discursos, o jornal *O Aviso* construía, fortalecia e consolidava o poder do Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Para além disso, o jornal sustentava, em seus discursos, a promessa de “dizer a verdade”, firmando um contrato de credibilidade com o leitor.

O jornal *O Aviso* correspondia ao lugar de difusão das regras do jogo e a uma instância do controle dos sujeitos à medida que os indivíduos eram vigiados através e/ou a partir das leis definidas pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão, que rememorava o Código de Postura do Município de Picos, escrito por ele, sempre que havia desordem. Por meio dele, as pessoas eram representadas em sua individualidade, ou seja, o veículo idealizava os espaços de representatividade à medida que categorizava os sujeitos e definia qual espaço eles deveriam ocupar na sociedade.

Pode-se concluir que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão preservava um posicionamento conservador e, por vezes, revelava no jornal *O Aviso* um tom autoritário proveniente, talvez, da sua experiência militar do passado. Até os anos quarenta do século XX alguns proprietários de terras da elite picoense ainda ostentavam a patente de “Coronel” oriunda da Guarda Nacional (DUARTE, 1991). É provável que o seu empoderamento tenha nascido do

processo de militarização nos Estados promovido pelo presidente Hermes da Fonseca entre 1910 e 1920. Durante a gestão de Hermes da Fonseca, o objetivo era retirar o poder das mãos dos grandes fazendeiros, que comandavam as oligarquias, dando-o aos seus subalternos.

Além do controle da opinião pública através do jornal *O Aviso*, entre 1910 e 1930, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão ostentava uma posição de poder, oriunda do “filhotismo”¹², que rendera o cargo de Tabelião de Notas e Escrivão do Crime e Órgãos de Picos. Ele poderia usar os cargos vitalícios que obteve para intervir nos processos eleitorais do município – com a intenção de prejudicar os adversários ou para conquistar votos – sem que tomassem o seu lugar de poder.

3.3 Folheando *O Aviso*: aspectos gerais do primeiro jornal picoense

O Aviso começou a circular no dia 15 de novembro de 1910, acompanhando as mudanças que aconteciam no país com relação à produção de informações em escala industrial. Apesar de não ter equipamentos muito sofisticados – como acontecia na imprensa da capital federal que contava com os tipos móveis a vapor – o veículo conseguiu manter-se até 1930. O veículo possuía tipografia própria. O jornal *O Aviso* apresentava discursos combativos e notícias de cunho político, que se intensificavam no período de campanhas eleitorais. O jornal *O Aviso* apresentava características de veículo político-partidário, uma vez que, de acordo com Rüdiger (1993), esse tipo de jornal era um meio de formação doutrinária da opinião pública, seguindo os termos do partido ao qual estava alinhado. Vale ressaltar que o jornal *O Aviso* nasceu em um período de intensos embates políticos na imprensa de Teresina, oriundos de questões políticas do século XIX, como aponta Nunes (2001).

Analisando o nome do jornal, *O Aviso*, pode-se verificar uma relação direta com o “autoritarismo” e o “mandonismo”, prática frequentemente adotada pelos “Coronéis” durante a Primeira República. Partindo do pensamento de Mouillaud (1997), de que o contexto influencia os nomes dos jornais, pode-se dizer que a nomenclatura do jornal *O Aviso* era uma extensão da autoridade e do comando do Coronel Joaquim das Chagas Leitão na região de Picos. Através do jornal, o Coronel pretendia estender o seu poder para um número maior de sujeitos. O nome do jornal *O Aviso* chama atenção não só por sua grafia em letras robustas, mas também pela sua posição centralizada no topo da primeira página. Antes, a nomenclatura do

¹² Troca de favores entre os “amigos” políticos, comum na prática coronelista (LEAL, 2012). O Coronel teve uma relação de confiança com o presidente da província do Piauí Gabino Besouro (1890) de quem recebeu os cargos vitalícios de Tabelião de Notas e Escrivão do Crime da comarca de Picos-PI.

jornal *O Aviso* serve para preparar o leitor, em seu primeiro contato, a respeito dos conteúdos “combativos” que o impresso carrega. O Coronel queria alertar a todos sobre a sua intenção combativa: “[...] pela salvação publica, empregaremos todos as nossas energias e impunharemos as nossas principaes armas de combate: a penna, a verdade e a lei.” (O NOSSO PROGRAMMA. **O Aviso**. Picos, n. 1, p. 1, 15 nov. 1910).

O jornal *O Aviso* carregou a epígrafe “*Salus Populi suprema lex*” em todos os exemplares analisados¹³. A expressão é eventualmente atribuída ao significado: “a saúde pública é a lei suprema”. O termo *Salus* vem do latim e representa segurança, cura e bem-estar. Provém da antiga deusa romana da saúde, *Salus*.

Segundo Oakeshott (2018) existem variações de significado do termo *Salus* que também podem definir a epígrafe “*Salus Populi suprema lex*”. Para ele, o termo “salvação”, dentre outros, é muito aceitável para completar o sentido da expressão ora em análise.

Na sua primeira edição, de 15 de novembro de 1910, o exemplar do jornal *O Aviso* era vendido na oficina e existiam planos de assinatura para os leitores interessados em acompanhar as notícias que o periódico reportava: 10\$000 por ano, 6\$000 por mês, \$500 por exemplar, e as edições passadas eram comercializadas por \$600 cada. O jornal *O Aviso* era direcionado a uma pequena parcela letrada da população picoense, e também circulava em outros municípios que estavam a um pequeno raio de distância.

Além das assinaturas, o jornal *O Aviso* vendia espaços de publicidade para o comércio local, e os proventos serviam para a manutenção do veículo. Em 1910, as publicidades apareciam timidamente, mas ganharam força nas edições dos anos seguintes. As publicidades eram voltadas para divulgar produtos vendidos no comércio local – bens produzidos em Picos ou importados de outros municípios ou estados –, os serviços de advocacia, os atendimentos médicos e, principalmente, para propagar a eficácia dos produtos da indústria farmacêutica.

A primeira página (ver Figura 3) era elaborada com uma notícia mais extensa, geralmente sobre política, e sem ilustrações; apenas alguns fios que separam as colunas e seções. Dentro do jornal, a seção “Gazetilha” (ver Figura 4) destacava-se pelo seu teor político ou pelos assuntos polêmicos que apresentava.

¹³ Alguns exemplares apresentavam a epígrafe com a variação na escrita: “*Salus Populus suprema lex est.*”. Infere-se que as expressões tenham a mesma significação.



Figura 3 – Capa da primeira edição do jornal *O Aviso*, em 1910.
Fonte: O AVISO. Picos, anno I, n. 1, p. 1, 15 nov. 1910.

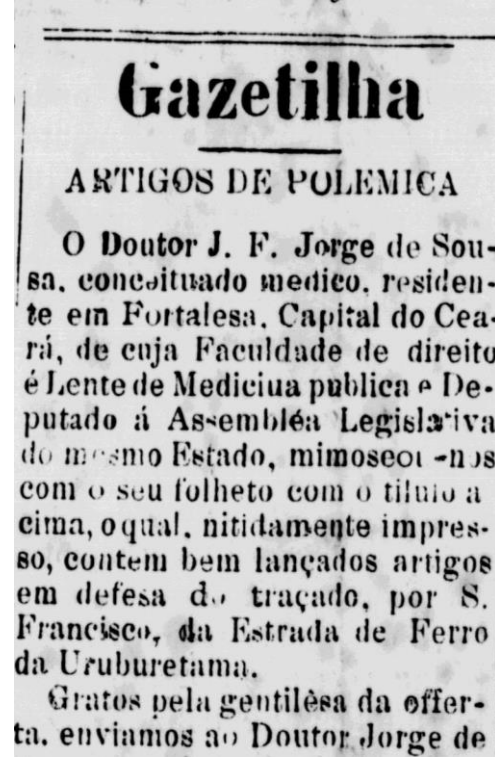


Figura 4 – Seção “Gazetilha” do jornal *O Aviso* destinada a assuntos políticos.
Fonte: O AVISO. Picos, anno I, n. 1, p. 2, 15 nov. 1910.

A grafia dos títulos das notícias mais importantes do jornal *O Aviso*, as que precisavam chamar mais atenção, eram grafadas com letras robustas e fontes diferenciadas. Em outras palavras, era uma forma de classificar as seções, para localizar o leitor em relação às notícias mais interessantes. De acordo com Mouillaud (1997, p. 29), “se jornal gerou os títulos, como a cidade gerou as vitrines e as tabuletas, os títulos ‘fazem’ o jornal e as tabuletas a cidade, da qual elas são a receita”.

Infere-se que, pela falta de espaço na folha e pela quantidade reduzida de páginas, o tipógrafo do jornal *O Aviso* precisava reduzir o tamanho das letras (tipos) em algumas das seções “menos importantes”, como as colunas de entretenimentos e necrologias. Observa-se, também, a existência de textos em angulações diferentes para possibilitar o encaixe dos caracteres. Segundo Mouillaud (1997, p. 34), o jornal é um dispositivo porque é um lugar físico no qual o texto deve ser inscrito. Portanto, o texto e o dispositivo são geradores um do outro e a sua relação é dinâmica. Uma pressão dos textos “fora de norma” pode deformar o dispositivo e até mesmo fazer com que ele imploda.

O jornal *O Aviso* tinha periodicidade quinzenal. É possível inferir que os altos custos de produção não permitiriam uma periodicidade menor do jornal. Por se tratar de um veículo em

uma cidade rural, com uma população letrada pequena, provavelmente o reduzido número de assinaturas era insuficiente para cobrir os gastos com as tiragens.

Identificou-se também a presença de pelo menos dois sujeitos que dividiam as funções do jornal *O Aviso* entre 1910 e 1930. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão, proprietário do jornal e Diretor que também desempenhava o papel de redator, vendedor do jornal/assinaturas e vendedor dos espaços publicitários, e José Francisco da Silva, Diretor da Oficina e Tipógrafo, responsável pela diagramação e pelo manuseio do prelo (NECROLOGIAS. **O Aviso**. Picos, 1911, n. 17, p. 4, 15 set. 1911). Mais tarde, na segunda fase de circulação do jornal¹⁴ a partir de 1917, Braulio Leitão¹⁵ assumiu o cargo de Diretor da Oficina do jornal *O Aviso* (GENETHLIACOS. **O Aviso**. Picos, n. 175, p. 2, 15 mai. 1930).

Durante a análise, foi possível perceber que a denominação do jornal *O Aviso* sofreu alteração. Identificou-se que ele teve duas fases: até 1911 o seu nome aparece como *O Aviso* e a partir de 1917 começa a circular como *Aviso*. Embora tenha mudado a grafia, não foi observada nenhuma outra mudança significativa na linha editorial. O jornal permaneceu servindo aos interesses políticos do Coronel Joaquim das Chagas Leitão e combatendo os adversários.

A primeira década do século XX foi marcada por avanços e melhorias que impactaram o dia a dia da sociedade picoense. Um desses avanços foi a implantação do telégrafo, que representou progresso para a comunicação na cidade. O aparato técnico possibilitou o envio e recebimento de mensagens entre Picos e a capital Teresina, localizada a mais de 300km. *Almanak Laemmert*¹⁶ aponta o nome do responsável técnico pela operação do equipamento em Picos: Antônio Lopes Filho (PICOS. **Almanak Laemmert**, Rio de Janeiro, ano 64, p. 2074, 1907).

A implantação do jornal *O Aviso* foi um marco tecnológico e de progresso para Picos. É relevante acrescentar que a novidade não excluiu o meio de comunicação existente antes dele: o telégrafo. Os dois passaram a coexistir. O telégrafo foi incorporado como ferramenta de captação de informações que iriam compor o jornal *O Aviso*. A parceria era tão evidente que a operação telegráfica possuía uma seção intitulada “Telegrammas¹⁷” (ver Figura 5).

¹⁴ Nas edições analisadas, entre 1910 e 1930, observa-se que o nome do jornal sofreu alteração – muda de *O Aviso* (1911) para *Aviso* (1917) – para marcar a nova fase do impresso. No entanto, a única mudança, além da grafia, foi a substituição do Diretor da Oficina. Em decorrência da falta de exemplares entre 1911 e 1917, a nova denominação do jornal só pode ser observada em 1917.

¹⁵ O jornal *O Aviso* não mostra outras informações a respeito de Braulio Leitão.

¹⁶ Esse almanaque faz uma compilação de informações administrativas, comércio e indústria do Rio de Janeiro e outras cidades do Brasil.

¹⁷ Vale frisar que a incorporação dos telegramas nos jornais era uma tendência empregada por vários jornais e *O Aviso* replicou essa prática.



Figura 5– Seção destinada a publicação de telegramas.
Fonte: O AVISO. Picos, anno I, n. 1, p. 2, 15 nov 1910.

O telégrafo contribuiu de duas formas para *O Aviso*, a saber: primeiro, como fonte de matéria-prima para as notícias do jornal e, segundo, como mensageiro – considerando que não existiam redes telegráficas nas cidades vizinhas, os telegramas chegavam através das páginas do jornal.

Até boa parte da primeira metade do século XX, a imprensa brasileira ainda não contava com manuais de estilo, manuais jornalísticos e códigos de ética. Esses aspectos aparecerão mais tarde no campo jornalístico. Na sua ausência, verifica-se que, corriqueiramente, os proprietários dos jornais e seus respectivos diretores e jornalistas definiam as regras de produção da notícia por meio do discurso autorreferencial. No caso do jornal *O Aviso*, a estratégia fica explícita na matéria intitulada “Os Mandamentos da Lei Typographica”, que foi republicada em muitas de suas edições, na qual aparecem três regras carregadas de imposições para os leitores e outras sete que institui normas para o funcionamento do veículo:

OS MANDAMENTOS DA LEI TYPOGRAPHICA

- 1.º – Pensarás que uma typographia é propriedade particular.
- 2.º – Não a confundir as com uma caverna ou botequim.
- 3.º – Pagarás os annuncios e as obras que mandaram em publicar.
- 4.º – Entraras no estabelecimento como em um templo de arte.
- 5.º – Não palestrarás no escriptorio, nem empatar as os typografos com perguntas ciosas.
- 6.º – Não te approximas da mesa de revisão.
- 7.º – Não te chegarás para os prelos nem para as caixas a ler ou abiscoitar os originaes, o que vale a censura de que te esqueceste da educação que te deram.
- 8.º – Não terás estudadas pretensões liderarias, nem arrancar as os tipos com tuas neciedades.
- 9.º – Escreverás limpa, clara e ortographicamente e o que publicares seja teu e não plagiado.
- 10.º – Corrigir as duas provas, mas, a tempo e sem exigir que te mandem a casa, e ao revisá-las, não augmentarás períodos, nem eliminar as parágraphos, causa de embirramento para qualquer typographo.

-

“O 3.º mandamento: pagarás os annuncios e as obras que mandaram publicar

e o 7.º não te chegarás para os prelos nem para as caixas a ler ou abiscoitar os originaes, o que vale a censura de que te esqueceste da educação que te deram” devem ser decorados por aqueles que costumam proceder de modo contrário. (OS MANDAMENTOS DA LEI TYPOGRAPHICA. **O Aviso**. Picos, n. 22, p. 4, 30 nov. 1911).

São dez os “Mandamentos da Lei Typographica”. Segundo o proprietário do veículo, Coronel Joaquim das Chagas Leitão, os três primeiros indicam a honra do público e os outros sete servem a paz e o proveito do dono do estabelecimento. Como nos mandamentos da Igreja Católica, essas dez regras expressavam de forma sintetizada a lei moral do jornal, que figurava como uma forma de estabelecer uma relação de saber/poder.

Os “Mandamentos da Lei Typographica” coagiam a sociedade ou as instituições a não exercerem pressão com relação à produção discursiva do jornal *O Aviso*. As principais regras eram: o primeiro mandamento – “Pensarás que uma typographia é propriedade particular” – deixa bem claro que o veículo é uma entidade privada, ou seja, tentava blindar os discursos produzidos por ele. O quinto mandamento – “Não palestrarás no escriptório, nem empatarás os typographos com perguntas occiosas” – explicita que o jornal não permitia contestações a respeito dos discursos produzidos por ele.

A coação também aparecia no corpo do jornal pela forma impositiva do texto. Entende-se que os exemplares chegavam às residências e, talvez, devido à posição de mando do dono do jornal *O Aviso*, o leitor acabava assinando-o por medo de retaliações, como mostra a nota publicada no dia 30 de novembro de 1910, com o título “Prevenindo”:

As pessôas que receberem esta folha e que, porventura, não queirão aceitar a respectiva assignatura, deverão restituil-a á redacção, dentro do praso maximo de 24 horas para as residentes na Cidade, de 10 dias para as do interior do municipio e de um mez para as de outros municípios do Estado. Quem é assim não o fará, será considerado assignante, e como tal deverá mandar saptisfazer a importancia da assignatura (PREVENINDO. **O Aviso**. Picos, n. 2, p. 3, 30 nov. 1910).

A citação acima mostra que a venda de assinaturas acontecia através de coação. Sem solicitar, algumas pessoas recebiam o jornal em casa e se tornavam assinante automaticamente caso não devolvesse no prazo estipulado pelo veículo. Era uma estratégia de natureza autoritária. O jornal dava o prazo de devolução de vinte e quatro horas para quem morava em Picos, dez 10 dias para quem fosse de outra cidade e até um mês para quem morava em outro Estado, como fica evidente no fragmento transcrito acima.

Para além do exposto, a “Lei Typographica”, proposta pelo Coronel Joaquim das Chagas

Leitão, representava um “manual de jornalismo”, fosse para orientar os tipógrafos com relação às regras do veículo, fosse para construir uma imagem de si, para assegurar o seu lugar de produção e circulação de sentidos. Segundo Fausto Neto (2008), a autorreferencialidade é utilizada pela mídia como estratégia para estabelecer um contrato de confiança entre o sistema de produção e a comunidade leitora, com a intenção de construir vínculos.

Além da “Lei Typographica”, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão também instituía regras aos colaboradores – normas de conduta que mais se pareciam com “códigos deontológicos”¹⁸ –, apresentadas no “Expediente” do veículo, como forma de adequar a prática jornalística e o comportamento profissional às normas do jornal *O Aviso*:

Para que possa ser publicado a correspondência enviada, é preciso que venha acompanhada da responsabilidade legal.
 Não será aceito o artigo que não for por escripto em linguagem moralizada e comedida.
 Serão publicados gratuitamente os de interesse do commércio, da lavoura e da instrução; e bem assim os que digam respeito ou interessarem por qualquer modo a um amigo contribuinte (EXPEDIENTE. **O Aviso**. Picos, n. 1, p. 2, 15 nov. 1910).

Os manuais só apareceram no Brasil em meados do século XX por meio de uma adaptação dos manuais norte-americanos. Foi Pompeu de Sousa¹⁹ que criou as “Regras de Redação do Diário Carioca”, em 1950, estimulado pelas experiências adquiridas nos veículos dos Estados Unidos, por onde passou (ANASTÁCIO, 2016).

O jornal *O Aviso* enfrentou dificuldades para circular em vários momentos. Os investimentos para imprimir o jornal eram poucos. Além disso, no início do século XX, o preço do papel era alto e o transporte dos insumos era difícil. A redação se limitava a duas ou três pessoas, os leitores pagavam o preço do papel com a contratação de assinaturas. Por muitas vezes, os correligionários do proprietário do jornal *O Aviso* ajudavam na manutenção do veículo com doações de suprimentos para contribuir com a circulação do impresso, como pode ser observada na notícia “Mais um valioso donativo”, publicada em 30 de setembro de 1911 no

¹⁸ Foi o Filósofo e Economista inglês Jeremy Bentham quem inaugurou o conceito, em sua obra *Deontology or the Science of Morality*, um trabalho póstumo publicado em 1834. A deontologia é considerada uma espécie de gênero moral - mas também ligada à ética -, ou seja, é uma atividade que não trata de como o indivíduo é (ontologia), mas, de como o indivíduo deve ser (deontologia). Tem por finalidade o imperativo da existência de regras morais e/ou jurídicas que regem uma determinada ação funcional (PAULIN, 2014).

¹⁹ Formou-se em psicologia e sociologia pela antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi professor de português no Colégio Pedro II e na Escola Amaro Cavalcanti (1936-1938) e de técnica jornalística durante o curso Departamento Nacional de Filosofia, atual Departamento de Comunicação da UFRJ (1945), participou da formação da Associação Brasileira de Escritores (1945) e da União dos Trabalhadores Intelectuais (1946) (ROBERTO Pompeu de Sousa Brasil, [s.d.], p. 1).

jornal *O Aviso*: “O nosso esforçado e leal amigo capitão José Polycarpo de Sousa, honrado commerciante deste municipio. veio ao nosso escriptorio e offereceu nos espontaneamente duas resmas de bom papel de impressao para o nosso jornal.” (MAIS UM VALIOSO DONATIVO. **O Aviso**. Picos, n. 18, p. 3, 30 set. 1911).

De fato, o jornal *O Aviso* encontrou dificuldades durante a sua existência. Em carta enviada por Olympio Costa²⁰ ao impresso, observa-se que os obstáculos enfrentados pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão para manter o veículo permaneceram até 1930:

Fundar e manter um jornal nesses rincões, onde a absoluta falta de material apropriado, pessoal tecnico, anuncios, público legente ou meio circulante é mais do que esforço e abnegação – é um verdadeiro heroísmo. Só os espíritos altamente emprehendedores, compenetrados de sua missão social, capazes de dominar e de vencer a ação hostil dos zoilos tomam a seus hombros tarefa tão espinhosa (CARTAS DE PICOS. **Aviso**. Picos, n. 176, p. 1, 31 maio 1930).

É possível observar que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão costumava encaminhar as edições do seu jornal para as redações de outros veículos que comungavam do mesmo posicionamento político. Um telegrama publicado pelo jornal *O Aviso* no dia 15 de fevereiro de 1911 mostra que o jornal *O Commercio*²¹, de Teresina, era um dos veículos que fazia permuta de informações com o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, como é possível ver abaixo:

Recebemos e assas agradecemos a visita d’O Aviso, jornal que acaba de sahir à luz, na cidade de picos, d’este estado. tem como redactor chefe o coronel Joaquim das Chagas Leitão. Vêm no mesmo bem traçados artigos o apresenta-se com um programma de interesses geraes, que incontestavelmente reaes serviços ha de prestar às diversas classes. com praser já iniciamos a nossa permuta. (O Commercio. **O Aviso**. Picos, n. 7, p. 3, 15 de fev. 1911).

O jornal *O Aviso* estava um passo atrás das empresas que se constituíam na imprensa dos grandes centros. Atraso motivado, talvez, pela falta de capital para investir em equipamentos com tecnologias modernas. As renovações tipográficas do jornal eram as únicas inovações que aconteciam no veículo. Em 15 de agosto de 1911, o jornal *O Aviso* noticiou sobre a renovação dos seus “typos”, através de doação feita pelo Coronel Jonas de Moraes Correia²²:

²⁰ Olympio Costa foi contemporâneo do Coronel Joaquim das Chagas Leitão no Liceu Piauiense.

²¹ “Redação de Totó Rodrigues. Político, noticioso e literário. Quase nenhuma colaboração de intelectuais da terra, pois trazia mais transcrições de autores maranhenses.” (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 230)

²² Nasceu em Parnaíba-PI em 15 de janeiro de 1874, onde também faleceu em 27 de setembro de 1915. Comerciante e político. Foi prefeito de Parnaíba (1901-1904). Conselheiro e presidente do Conselho de Intendência em várias legislaturas. Deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa (1912-1916). Jornalista corajoso e apaixonado, defendeu a necessidade de criar um Porto de Amarração e o tráfego ferroviário. Patrono da Cadeira nº 24 da Academia Piauiense de Letras (GONÇALVES, 2003, p. 127).

Conforme se ver do telegramma inserto na secção competente, o nosso distinto amigo Coronel Jonas Correia, – prestigioso chefe político do norte do Estado e um dos mais denodados campeões do progresso da terra que ele deu o berço, – honra de offerecer a esta folha diversos kilos de typos novos, sahidos de uma das fundições do Rio de Janeiro, d’onde veio de regressar. Agradecendo tão valioso donativo, hypothecamos ao illustre piauiense, aquem o <<O Aviso>>, Já devia elevaudos e inestimaveis serviços, – a nossa sincera gratidão (LEITÃO, Joaquim das Chagas. **O Aviso**. n. 15, p. 3, 15 ago. 1911).

Diferentemente da transmissão telegráfica ou da comunicação por cartas, a chegada da imprensa a Picos significou outra mudança importante. *O Aviso* possibilitou a propagação de informações em larga escala. O veículo inaugurou o processo de industrialização das notícias, provocou mudanças na cultura do consumo de informações e, conseqüentemente, gerou transformações na opinião pública da cidade de Picos.

Observa-se que o jornal *O Aviso* desempenhou um papel decisivo na transformação da cultura política picoense, promovendo a congregação dos indivíduos na tomada de decisões e influenciando diretamente o funcionamento das questões partidárias do município. Os discursos do jornal *O Aviso* atravessavam o imaginário social da cidade de Picos, carregados de símbolos provenientes do republicanismo: “ordem”, “progresso”, “civildade” e “liberdade”. Promovia, portanto, modificações na cultura política da cidade de Picos, utilizando um arsenal simbólico que prometia desvencilhar o Brasil do passado obscuro da monarquia.

Berstein (1998) afirma que a cultura política é um conjunto de normas, valores, tradições, práticas e expressões que são transmitidas e compartilhadas por indivíduos em suas experiências em um determinado cenário histórico e cultural. Os detentores dessa cultura política utilizam discursos codificados, onde o vocabulário é utilizado, com repetições e palavras-chaves, produzindo um efeito de transformação nos indivíduos que se relacionam. Ademais, a cultura republicana, por exemplo, era baseada em duas linhagens filosóficas: a do iluminismo, que defendia a liberdade política, econômica e religiosa assegurada pela lei, e a do positivismo, que defendia o progresso social através da disciplina e da ordem.

O jornal *O Aviso* defendia repetidamente o seu propósito de existência, de promover a “salvação pública”, através de textos autorreferenciais. Além disso, buscava validar o papel da imprensa perante a República com o discurso de que o jornalismo era ferramenta essencial para manter o país no caminho da civildade e o novo regime.

As informações não eram publicadas no jornal *O Aviso* se fossem desinteressantes para o proprietário ou irrelevantes para o seu partido. Por ser o único veículo de comunicação de Picos, ele orientava o fluxo de informações que circulavam na cidade. Da mesma forma que o

jornal *O Aviso* evidenciava alguns assuntos, também proibia outros. Essa prática se estabelecia porque o diretor/proprietário do jornal encontrava-se em uma posição de poder que o permitia controlar os assuntos que eram impressos. Por isso, a sociedade picoense era alvo constante de conteúdos combativos da política partidária difundidos pelo jornal *O Aviso*.

Habitualmente, o redator/proprietário do jornal *O Aviso* reservava a primeira página para uma notícia de maior relevância, geralmente de algum fato atual que se enquadrasse na linha editorial do veículo, ou seja, questões político-partidárias. Por vezes, agendava-se através de notícias publicadas pelos veículos da mesma vertente partidária da capital federal ou na capital do estado.

As notícias do jornal *O Aviso* eram sempre novidade, principalmente por ser o único veículo de comunicação da cidade. No entanto, o telégrafo proporcionou às informações um estatuto de atualidade, uma vez que tornou possível encurtar o tempo de transporte entre o acontecimento e o leitor. Antes, o veículo dependia da morosidade dos Correios. Diante do exposto, considera-se que esse avanço tecnológico contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento do primeiro jornal picoense. Com a facilidade e agilidade da comunicação telegráfica, foram criadas rotinas mais alinhadas ao prisma da novidade, atualidade e volume de matéria-prima.

A comunicação sempre foi imprescindível para os indivíduos, por isso foram criados meios e ferramentas para tal ao longo da história, ainda que não atingisse um grande público. A sociedade picoense foi impactada com a nova tecnologia da informação porque, a partir dela, aconteceram processos midiáticos relevantes que provocaram mudanças sociais, culturais e políticas. Ao observar os anos de circulação de *O Aviso* (1910–1930), fica evidente que o jornal teve um importante papel no debate político da cidade de Picos, com contribuições notáveis que impactaram decisões políticas da sociedade, principalmente durante os períodos de campanhas eleitorais municipais, estaduais e federais.

3.4 “Os jornais se pareciam com partidos políticos”: a relação entre o jornal *O Aviso* e os partidos

A autora Capelato (1988) usa a máxima de que às vezes os jornais se pareciam com partidos políticos para explicar que antes do jornal-empresa, entre o final do século XIX e início do século XX, o exercício e as lutas político-partidárias se (con)fundiam com as práticas jornalísticas.

Pequenas empresas jornalísticas se adaptavam ao mercado, lançavam tabloides,

publicavam semanalmente e buscavam inovar na forma e no conteúdo devido aos recursos financeiros e técnicos limitados. Alguns deles se estabeleceram como jornais combativos, operaram em diferentes momentos e contribuía para a abertura política (CAPELATO, 1988).

Uma figura piauense de muita representatividade, conquistou espaço no campo jurídico e alcançou importantes posições políticas no cenário nacional e estadual, trata-se de Antônio Coelho Rodrigues. Ele fundou, em 1869, o jornal *O Piauí*²³, na cidade de Teresina (ALABANO; SILVA, 2011). Segundo Queiroz (1994), o indivíduo em questão consolidou o seu poder até a década de 1890 com o auxílio dos Governadores militares. Ao mesmo tempo, o Militar do Exército Firmino Pires Ferreira também ascendeu, mostrando-se poderoso depois de tornar-se um dos mais importantes articuladores políticos do estado, cuja influência perdurou até o final da Primeira República.

As mudanças no sistema político impulsionadas pela proclamação da República, especialmente nos primeiros anos, impulsionaram o realinhamento de antigos grupos conservadores e liberais no Piauí e provocaram até mesmo a eliminação de algumas lideranças políticas – inclusive abandonando os interesses partidários. Nessa nova ordem, antigas lideranças políticas uniram-se para formar o PRF, o Partido Republicano Democrata e o Partido Republicano Legalista (PRL). O PRF foi resultado de uma aliança dos antigos líderes do Partido Conservador – como Gabriel Ferreira e Teodoro Pacheco – e líderes liberais – como o Barão de Uruçuí (João da Cruz e Santos). O PD, de oposição, originou-se de cisões do PL. Tinha Mariano Gil Castelo Branco (depois Barão de Castelo Branco) como chefe. Este último possuía uma forte liderança no centro-norte da Província, onde encontravam-se quase todos os seus familiares envolvidos no jogo político (QUEIROZ, 2011).

No contexto de formação do PRF nacional, o governador José Coriolano de Carvalho e Silva (1892-1896) governava o Piauí. Era uma gestão marcada por ataques promovidos pela imprensa que se opôs ao seu mandato. A sua primeira medida foi a de fechar a Assembleia Legislativa e substituir os servidores dos cargos administrativos. Além disso, foi durante o seu comando que a segunda Constituição do Estado do Piauí foi elaborada e promulgada, em 13 de junho de 1892. A Assembleia Constituinte garantiu-lhe a manutenção do cargo de governador para o período de 1892 a 1896 (LOPES, [s.d.]).

O estatuto do PRF estipulava a necessidade de mobilizar uma convenção provisória para apontar os candidatos que disputariam a próxima eleição presidencial de 1894. A base

²³ Este jornal aparece em dois momentos da história: primeiro foi lançado por Antônio Coelho Rodrigues, como órgão do Partido Conservador, do qual era líder no estado; depois, reapareceu após a Proclamação da República como órgão do Partido Republicano Federal (Partido Federal).

estatutária que constituía o partido político em questão buscava dar aos estados e municípios grande autonomia. A intenção era fazer com que essa descentralização promovesse estruturas de convenções ou diretórios locais e, além disso, que cada unidade fosse responsável pela seleção de representantes para a convenção geral do partido (SETEMY, [s.d.]).

Enquanto o Capitão Coriolano de Carvalho e Silva era execrado pela imprensa de oposição no estado, o jornal *O Piauí* – que no segundo momento de circulação passou a integrar o PRF – publicou uma defesa ao partido na edição do dia 19 de dezembro de 1895, na coluna intitulada “Gazetilha”, redigida pelo político supracitado. Na ocasião, ele manifestou reprovação quanto à filiação do Senador Coelho Rodrigues ao recém-criado PD. Além disso, reclamou da manifestação de ódio desferida contra o PRF através de telegrama.

Os primeiros anos da República no Piauí foram marcados pela cisão dos líderes políticos e pela organização de novos grupos partidários. O jornal *O Piauí* informou no dia 19 de dezembro de 1895, na coluna “Gazetilha”, que Glicério agradeceu ao Governador do Piauí, Coriolano de Carvalho e Silva, através de telegrama, pela sua adesão ao PRF. Nesse contexto de 1895, a cena política brasileira estava organizada da seguinte forma: de um lado estava o Partido Federal (Partido Republicano Federal), os considerados “jacobinos”²⁴, eram chefiados por Quintino Bocaiúva e Francisco Glicério²⁵; do outro lado estavam os Democratas, chefiados por Almeida Barreto, João Severiano, Virgílio Damásio, Ottoni, Matta Machado e Bezerra de Menezes (GAZETILHA. **O Piauí**. Teresina, n. 238, p. 4, 19 dez. 1895).

O Partido Republicano Constitucional (PRC), fundado no Rio de Janeiro em julho de 1893, deu lugar ao PRF, um partido político que atuou em âmbito nacional. Foi promovido pelo republicano paulista Francisco Glicério e pelo Senador Aristides Lobo. A reunião de fundação presidida por Saldanha Marinho contou com a presença de muitos parlamentares, como Quintino Bocaiúva, Prudente de Moraes, Manuel Vitorino e Júlio Mesquita. Francisco Glicério tinha o intuito de constituir uma agremiação nacional coesa e disciplinada que respeitasse e defendesse a Constituição da República, resolvendo assim a falta de um núcleo político de apoio ao novo regime, e controlar os problemas e travamentos que dificultassem a implementação do

²⁴ “Termo importado da Revolução Francesa, cujo significado mudou através dos tempos. No Império, definia os republicanos ardorosos; após a República, os partidários do presidente Floriano Peixoto. Devido às manifestações ruidosas que estes promoviam, jacobino tornou-se sinônimo de desordeiro e hoje identifica o revolucionário radical e extremista” (SILVA, [s.d.], p. 1).

²⁵ Francisco Glicério de Cerqueira Leite, mais tarde conhecido como General Glicério, nasceu em Campinas (SP) em 15 de agosto de 1846. Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de abril de 1916, antes do término de seu mandato no Senado. Ele era um abolicionista. Foi Deputado Federal de 1894 a 1899. O fundador e chefe do Partido Republicano Federal (PRF), formado por 20 estados e pelo Distrito Federal, foi reeleito Deputado Federal para o mandato legislativo de 1894-1896 e reeleito para a Câmara dos Deputados da Legislatura de 1897-1899 (JUAREZ JUNIOR, 2017).

sistema parlamentar ou que motivasse o retorno da monarquia (SETEMY, [s.d.]).

A atuação dos militares em relação à formação de partidos políticos deve ser analisada em duas etapas. Primeiro, durante o governo interino e os governos provisórios de Floriano Peixoto, nos quais o autoritarismo dos militares foi um obstáculo firme para a formação de qualquer partido político. Além disso, pela perspectiva militar, os partidos do período do Império foram a razão de tantas turbulências políticas durante o período da monarquia. Os militares, como representantes da classe média, não reconheceram nenhum movimento partidário que pudesse significar que as elites agrárias ascenderiam à liderança do governo. O PRF, ancorado inteiramente em Floriano Peixoto, teria sido formado quando o governo foi desafiado por uma rebelião naval em 1893. Segundo, os militares se sentiram obrigados a entrar no jogo político de acordo com as regras da elite agrária. Essa mudança de postura do exército fora implementada durante a política dos governadores. Os militares não obstruíram a estratégia da elite agrária de evitar partidos políticos durante a política dos governadores. Naquela época, uma classe média tentava desestruturar a oligarquia nacional fundada pelos latifundiários rurais com a campanha de Rui Barbosa. Como resultado, a posição do exército mudou de um componente da força de oposição à elite agrícola para se conformar com as forças. Nos dois momentos o exército apresentou forças contrárias aos partidos, ora como parte da classe média que tinha a intenção de impedir a ascensão da elite agrícola, ora como parte da elite que pretendia impedir o surgimento de lideranças políticas no setor intermediário (MOTTA, 1971).

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão proferiu sobre os desentendimentos entre os chefes do PRF piauiense na notícia “Tribuna do Povo” do jornal *O Piauhy*, publicada em 8 de agosto de 1896, mas não aprofundou-se no assunto, uma vez que envolvia pronunciar sobre os muitos conflitos ao redor do seu correligionário e/ou “padrinho político”, o Governador José Coriolano de Carvalho e Silva, que governou o Piauí entre 1892 e 1896.

Nos discursos pronunciados ao diretório do PRF, divulgados pelo jornal *O Piauhy* em 8 de agosto de 1896, é possível observar que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão esteve alinhado ao Governador José Coriolano de Carvalho e Silva (1892–1896). O primeiro tentava coibir a crise gerada na imprensa oposicionista contra o segundo. A ligação desses dois correligionários se estreitou, ora pelos laços ideológicos, ora pela relação de filhotismo.

Helvídio Clementino de Sousa Martins foi o segundo Intendente da cidade de Picos, vindo de família com influência política e econômica local – era o principal nome político da família Sousa Martins –, mas passou por um processo de desgaste político. Com o seu falecimento em 1896, Joaquim das Chagas Leitão assumiu o controle político local e começou a construir o seu caminho; com isso, usufruiu primeiramente do cargo de Deputado Estadual,

alcançado com auxílio do Governador Coriolano de Carvalho e Silva (ALBANO; SILVA, 2011).

Segundo Nunes (2001), o PRF entrou no Piauí na década de 1890 por intermédio do Conselheiro Antônio Coelho Rodrigues, figura piauienses influente na política nacional. É possível que o Conselheiro Antônio Coelho Rodrigues tenha inspirado os políticos picoenses a aderirem ao PRC. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão, por exemplo, aproximou-se do PRF contribuindo como agente do jornal *O Piauí*, órgão do PRF piauiense.

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão, redator e proprietário do jornal *O Aviso*, iniciou a sua ligação com o PRF instalado na cidade de Picos no final do século XIX, como mencionado na edição de 8 de agosto de 1896 do jornal *O Piauí* (1896, n. 269, p. 3), no momento em que o grupo político se encontrava em instabilidade. O desequilíbrio aconteceu em decorrência da separação entre o Coronel Helvídio Clementino de Souza Martins, Chefe do Partido na cidade de Picos, e o Governador José Coriolano de Carvalho e Silva, Chefe Estadual do Partido e Governador do Piauí. Joaquim das Chagas Leitão, que havia sido convidado para assumir como Secretário do Partido, confirmou que existiram questões no jogo político da capital que levaram ao apartamento dos dois representantes do partido. Em suma, o Coronel Helvídio Clementino de Souza Martins deixou a presidência do partido, fato que incentivou a organização de um novo diretório.

Surgiram algumas desavenças entre os grupos dentro do partido, sobretudo entre o Presidente Prudente de Moraes e o Líder do Partido, Francisco Glicério. Os desentendimentos se intensificaram em 1895, levando a rupturas no partido que começaram no Rio de Janeiro e depois alastraram-se por todo ou quase todo o país. O PRF começou a declinar a partir disso, até que se desintegrou e desapareceu em 1897 (SETEMY, [s.d.]). Segundo Motta (1971, p. 20), “enquanto existiu, o PRF foi útil, proporcionando apoio ao candidato Prudente de Moraes, que veio a ser o primeiro presidente civil”.

Também foi com a ajuda do posto de Secretário no diretório do PRF que o Coronel Chagas Leitão ascendeu na carreira política municipal e estadual. Além disso, com a intenção de ampliar o seu capital político, cercou-se de nomes consolidados na cena política estadual; além do Governador Coriolano de Carvalho e Silva, também estreitou laços com Raimundo Artur de Vasconcelos²⁶.

²⁶ “Nasceu em Teresina em 29 de março de 1866. Apoiou a primeira campanha do marechal Floriano Peixoto para a presidência da República. Era militar, e, em 1893 foi promovido a capitão. Sua vida política começou em 1895, quando se elegeu deputado federal pelo Piauí. Em 1896 foi eleito governador do Piauí, sucedendo o mandato de Coriolano de Carvalho e Silva” (LOPES, [s.d.], p. 1).

Como dito antes, os militares deixaram de depender da classe média durante a política dos governadores e passaram a ser instrumento da oligarquia nacional. Portanto, essa mudança representou uma transformação fundamental para o exército. Motta (1971) afirma que o processo usado pelas elites rurais para controlar o exército é desconhecido entre os escritores brasileiros, embora existam evidências desse controle nas eleições presidenciais de 1910, quando o exército e as elites apoiaram o mesmo candidato, Hermes da Fonseca. O Exército também apoiou a criação do PRC para competir com o movimento civilista liderado por Rui Barbosa.

A nova e a velha geração de literatos do Piauí – em sua maioria envolvidos na política –, no início do século XX, de uma forma ou de outra, estiveram envolvidas no movimento unipartidário que tomou o estado em apoio ao governo de Hermes da Fonseca, por motivos familiares ou pela manutenção dos cargos na burocracia. Na realidade, o espaço de ação política “contra” o sistema era muito limitado, portanto, existia apenas o PRC. Além disso, o Partido Liberal Republicano (PLR) não era fundamentalmente diferente do seu opositor (QUEIROZ, 1994).

As comemorações em alusão ao dia da Proclamação da República marcaram a inauguração do jornal *O Aviso*, em 15 de novembro de 1910. A construção simbólica em torno do dia 15 de novembro produzida pelo jornal *O Aviso* remetia o leitor a uma ideia de que o país comemorava a “mudança” e a “prosperidade”. *O Aviso* convidava a sociedade picoense a festejar a Proclamação da República como um marco para o “progresso” do Brasil. Por ser um batalhador empenhado com a causa republicana, era evidente que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão utilizaria o espaço do seu jornal para rememorar a própria luta. Foi o jornal que mobilizou a população picoense, através dos seus leitores, a elite, para os festejos em alusão à “grande conquista”.

Ao contrário da significação majestosa que o jornal *O Aviso* explicitava para o público, a República não traria grandes benefícios para a sociedade. Logo, a mudança de regime privilegiava a elite que permanecia ascendente economicamente e permitia a manutenção da velha política na cidade de Picos. As mesmas famílias e grupos políticos permaneceram no poder.

Segundo Motta (1971), a adesão pública às comemorações da data cívica que exaltava a Proclamação da República instaurava uma ordem que elevava a classe política a um patamar hegemônico. Ao longo dos anos, com a formação e o colapso dos partidos, a política republicana se desdobrou em uma atmosfera de incerteza. Portanto, o governo pareceu acreditar que era necessário que o povo se adaptasse às características da nova estrutura partidária para

que ela fosse aceita.

Os discursos do jornal *O Aviso* reforçavam os ideais republicanos na sociedade picoense do início do século XX, corroborando a existência e/ou permanência de uma polaridade que havia nascido ainda no período colonial entre monarquistas e republicanos. O jornal *O Aviso* foi um dos instrumentos da luta motivada pelos ideais republicanos. *O Aviso* produzia notícias que reforçavam o prestígio do regime republicano e, assim, possibilitava a manutenção do *status quo*. Segundo Motta (1971, p. 1-2), “os primeiros partidos políticos brasileiros, representavam princípios praticamente inconciliáveis: monarquia e república”.

A Proclamação da República foi uma resposta dos militares ao tratamento da elite dominante da monarquia, para quem os partidos políticos eram ferramenta útil. Portanto, a Proclamação da República é considerada uma campanha inteiramente militar. Também foi uma espécie de intervenção da classe média, na qual o exército foi empregado como ferramenta para tomar o poder (MOTTA, 1971). A reforma do sistema eleitoral, que aboliu a representação baseada na renda e estabeleceu um sistema de eleição direta para Governadores, deu às pessoas da classe média da sociedade um desejo permanente de alcançar o poder (MOTTA, 1971).

Em 22 de maio de 1909, o Senador gaúcho José Gomes Pinheiro Machado, um político muito influente da época, organizou a convenção de Senadores e Deputados para lançar oficialmente o nome de Hermes da Fonseca como oposição à Rui Barbosa. Ainda mais, os dois travaram um combate em 1906 contra Edmundo Bittencourt, dono do jornal carioca *Correio da Manhã*. Este último utilizava o seu veículo para perseguir o Senador Pinheiro Machado, um dos representantes da Política dos Governadores. A declaração da campanha de Hermes da Fonseca foi apoiada por situacionistas em vários estados e, também, nas esferas militares e civis, com suporte declarado da imprensa situacionista (LEMOS, [s.d.]). Este foi o caso do jornal *O Aviso*. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão logo colocou o seu jornal à disposição do hermismo, da ideologia militar e da manutenção do regime republicano.

O jornal *O Aviso* nasceu envolvido com o PRC, contra o civilismo e atravessado pelos ideais “hermistas”. Um casamento que começou a se desenhar com a participação do Coronel Joaquim das Chagas Leitão no PRF do Piauí. Alguns dos protagonistas do PRF passaram a compor o PRC, organizado em 1910, como foi o caso do General Quintino Bocaiúva, que se tornou Presidente do Diretório do Partido, segundo o jornal *O Aviso* (TELEGRAMMAS. **O Aviso**. Picos, n. 3, p. 2, 16 de dez. 1910).

Em 1910, Rui Barbosa liderou um movimento que representou ameaça às elites rurais que, por sua vez, tiveram de organizar-se para ingressar no PRC. Todavia, o poder dos Coronéis e da máquina eleitoral era consideravelmente resistente para ser derrubado por qualquer

movimento de oposição (MOTTA, 1971).

Hermes da Fonseca nasceu no seio de uma família de militares, tinha ambições conservadoras e ligação direta com o Partido Conservador do Império (LEMOS, [s.d.], p. 1). No período republicano, foi enviado pelo Arsenal de Guerra da Bahia para comandar as tropas em Niterói para combater a “Revolta da Armada”, movimento que se instaurou no Rio de Janeiro, em 1893, contra o governo do Presidente Floriano Peixoto (LEMOS, [s.d.], p. 3). Ganhou a eleição presidencial da república após uma acirrada campanha eleitoral em 1909 contra o adversário civilista Rui Barbosa.

Hermes da Fonseca foi empossado em 15 de novembro de 1910, após concorrer em um processo eleitoral conturbado marcado por denúncias de fraude. Durante sua administração, formou um círculo político centrado em membros das forças armadas e nos grupos dominantes nos estados (LEMOS, [s.d.]). O Coronel Joaquim das Chagas Leitão materializava os preceitos “hermistas” no jornal *O Aviso* por dois motivos: em primeiro lugar, sempre esteve alinhado aos discursos militaristas, visto que ocupou por algum tempo a função de militar; e, em segundo lugar, aproveitou a influência de Hermes da Fonseca sob os grupos dominantes estaduais para alavancar-se politicamente. Segundo Albano e Silva (2011), o Coronel Joaquim das Chagas Leitão deixou o serviço militar em 1888 por requerimento próprio antes de tornar-se Tabelião de Notas e Escrivão do Crime e Órgãos, cargos vitalícios, do termo de Picos.

A “política das salvagens” caracterizou o governo de Hermes da Fonseca. Sua principal estratégia era substituir os grupos de poder nos estados por outros de sua confiança utilizando estratégias eleitorais ou com uso da força a pretexto de defender a integridade das instituições republicanas (LEMOS, [s.d.]).

Os discursos dos primeiros anos do jornal *O Aviso* supõem que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão aproveitou a influência que tinha dentro da carreira nos diretórios republicanos para fortalecer o seu grupo político e/ou para ascender no poder. Isso explica por que o jornal apoiou o presidente Hermes da Fonseca quando estourou o conflito com os marinheiros no Rio de Janeiro, em 1910. O jornal *O Aviso* manifestou-se contra os marinheiros combatentes da Revolta da Chibata e a favor do Presidente, que conseguiu reestabelecer a ordem, como ditavam os preceitos do PRC (TELEGRAMMAS. **O Aviso**. Picos, n. 3, p. 2, 16 dez. 1910).

Os primeiros anos do governo de Hermes da Fonseca foram marcados pelo apoio dos Governadores ao PRC. Com o Piauí não foi diferente. No ano de 1911, o Governador do Piauí Antonino Freire da Silva aderiu ao PRC (PELA POLÍTICA. **O Aviso**. Picos, n. 15, p. 2, 15 ago.

1911). *O Piauí*²⁷, que havia nascido como órgão do PRF, passou a ser órgão do PRC piauiense a partir de 1911 (PINHEIRO FILHO, 1997).

Enquanto a Bahia continuava apoiando a candidatura de Rui Barbosa e o programa civilista, as oligarquias dos outros estados somaram-se ao PRC. Na época, o movimento civilista se organizou ao abrigo do Partido Republicano Liberal (PRL) e ruiu logo após o fracasso de seu candidato (MOTTA, 1971; MOURÃO, 2008).

O jornal *O Aviso* era, por vezes, operado como vitrine de indicação política, ou melhor, instrumento onde os políticos do PRC se manifestavam e indicavam os seus candidatos para concorrer à cadeira de Deputado Federal (PELA POLÍTICA. **O Aviso**. Picos, n. 15, p. 2, 15 ago. 1911). Essa prática não era exclusiva do periódico em questão, pois é possível observar que outros veículos da mesma vertente partidária também utilizavam essa estratégia durante a Primeira República. Foi o caso dos jornais *O Monitor*²⁸ e *Piauí*, ambos de Teresina. Observa-se uma ritualização nesses jornais, uma vez que ambos seguiam os parâmetros definidos pelo partido, ou seja, se firmaram como instituições e instrumentos políticos. O partido definia, priorizava e selecionava os discursos para promover um alinhamento do grupo com a finalidade de transmitir um ideal uníssono à opinião pública.

Os diretórios principais do PRC no Piauí estavam localizados em Teresina, Picos e Parnaíba. Cada um desses municípios contava com um ou mais jornais para a transmissão/divulgação dos atos e reuniões ou para servir de palco dos embates políticos. *O Aviso* atendia às necessidades do PRC na cidade de Picos.

As notícias partidárias do jornal *O Aviso* serviam para criar, intermediar e fortalecer consensos ou criar um simulacro da opinião pública por meio de seu poder, incluindo tentativas de influenciar o comportamento da sociedade picoense. No período das eleições de 1930, por exemplo, o jornal *O Aviso* construiu uma imagem do guerreiro que salvaria a nação para enaltecer o candidato Getúlio Vargas, enquanto atribuiu a Júlio Prestes a culpa pelos episódios de violência ocorridos durante a campanha. Essas notícias não passavam de representações de fenômenos questionáveis (fatos políticos) de uma campanha eleitoral de curto prazo. Essa estratégia revelava discórdias, conspirações, lutas e poder.

No final do século XIX e início do século XX, a imprensa praticada no Piauí era

²⁷ A princípio, foi dirigido por Anísio de Abreu até 1909. Depois, por Miguel Rosa. Gonçalo de Castro Cavalcante e Matias Olimpio (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 227).

²⁸ “*O Monitor* (01/11/1905 a 1912). Anticlerical. Redação de Higinio Cunha, Mathias Olympio de Melo e Bonifácio de Carvalho, este sob pseudônimo de Lineu. Teve uma segunda fase sob a direção de Abdias Neves. Em 1909 teve como redator Valdivino Tito. Trazia como legenda o lema de Teodoro Roosevelt: ‘*Be sure you are right, and then go ahead*’” (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 230).

organizada em torno de partidos. Segundo Rego (2002), os jornais nesse contexto eram fundados por famílias para exercerem a função de porta-vozes de suas ideias e anseios. *O Aviso* questionava constantemente a competência dos funcionários do estado na comarca de Picos que não eram “gente do Coronel” dono do jornal. Isto é, os embates eram produzidos contra aqueles indivíduos que estavam no cargo público e que se encontravam ligados a grupos de oposição aos anseios do jornal *O Aviso*.

Entre 1910 e 1930, dois grupos políticos atuaram fortemente na cidade de Picos. As bases desses dois grupos eram compostas pelos seguintes sujeitos: de um lado, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão; e, de outro, o Coronel Antônio Rodrigues da Silva, o Coronel Francisco Santos²⁹ e o Coronel Josino José Ferreira³⁰. Esses Coronéis eram responsáveis pela dinâmica política da cidade de Picos. Eram os detentores do poder e do voto.

O jornal *O Aviso* mostrava uma troca de informações entre veículos de imprensa da mesma direção político-partidária de diferentes estados e cidades do Piauí. Muitas das seções eram ocupadas, frequentemente, com matérias envolvendo partidos e figuras políticas. A imprensa na cidade de Picos nasceu com um arquétipo do jornalismo doutrinário ainda presente no século XX, no qual predominavam os textos munidos de parcialidade. As matérias publicadas apresentavam claramente o ponto de vista do jornal nas notícias e seguiam um editorial partidário bem delineado. O primeiro jornal de Picos era atravessado pelo modelo opinativo/ideológico – característica da imprensa político-partidária atuante no Brasil desde o seu surgimento.

As alianças políticas se manifestavam no jornal *O Aviso*, quer como reprodução de notícias relacionadas a política partidária, quer quando os jornais se defendiam nas batalhas discursivas. Em 1910 e 1911, o jornal *O Aviso* tinha como aliados principais o jornal *O Piauí* e *O Monitor*, e como adversário o jornal *O Apóstolo*. De 1912 a 1930, após a expulsão do Coronel Joaquim das Chagas Leitão do PRC, o jornal *O Piauí* começou a aparecer nos discursos do jornal *Aviso* como adversário político.

Com a derrotada da Campanha Civilista, o PRC foi extinto em 1914, pois perdera sua razão de ser (MOTTA, 1971). O Coronel Joaquim das Chagas Leitão permaneceu no PRC piauiense até o final de 1911 e, depois disso, *O Aviso* moderou os discursos sobre as lutas

²⁹ Por mais que aparecesse nas notícias do jornal *Aviso*, na passagem de 1917 para 1918, o Coronel Francisco Santos era coadjuvante do Coronel Antônio Rodrigues da Silva nos embates com o Coronel Joaquim das Chagas Leitão.

³⁰ “Fazendeiro e político. Secretário de Governo (1896). Chefe de Polícia (1890). Secretário de Estado da Fazenda em duas oportunidades. Deputado Provincial em duas legislaturas (1882-1885). Foi diretor da Escola de Aprendizes e Artífices (1929)” (GONÇALVES, 2003, p. 167).

políticas que aconteciam no cenário nacional e passou a focar nos embates estaduais e locais. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão aparece no jornal *Aviso* do dia 15 de agosto de 1917, na notícia “Alistamento Eleitoral”, como chefe local do Partido Republicano Autonomista (PRA) em Picos. O jornal passou a difundir informações sobre o PRA na cidade de Picos. A notícia “Dr. Joaquim Pires”, publicada em 15 de janeiro de 1918, mostra que o jornal *Aviso* apoiou o candidato Joaquim Pires³¹ que disputaria a cadeira de governador do Piauí no processo eleitoral 1918.

Em 1930, o jornal *Aviso* se envolveu novamente com as questões políticas nacionais e aliou-se à corrente da Aliança Liberal no Piauí. Após as eleições de 1930, o jornal *Aviso* dedicou-se a defender a vitória de Getúlio Vargas enquanto denunciava as fraudes da outra chapa, que tinha Júlio Prestes do PRP como candidato.

³¹ Nasceu em Barras do Maratoan-PI em 15 de julho de 1868. Faleceu no Rio de Janeiro-RJ em 23 de dezembro de 1958. Advogado e político. Foi Secretário da Presidência da República no governo do Marechal Floriano Peixoto. Assumiu a cadeira de Deputado Federal de 1895 a 1930, com uma pausa de 1922 a 1926. Foi Senador em 1930, reeleito em 1947, permanecendo no Senado até 1955. Presidente da Comissão de Redação do Senado Federal. Foi membro da comissão de 21 redatores do Código Civil. Durante o governo do presidente Wenceslau Brás, se opôs à entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial e participou de acalorados debates na Assembleia Nacional (GONÇALVES, 2003, p. 166).

4 AS BATALHAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS E DISCURSIVAS DO CORONEL JOAQUIM DAS CHAGAS LEITÃO ATRAVÉS DO JORNAL *O AVISO* (1910–1930)

Este capítulo tem o objetivo de colocar em prática a interpretação do material empírico, partindo dos conceitos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, de orientação francesa, oferecida por Foucault (1996; 1998). Assim, buscou-se identificar no corpus em análise as relações de poder nos discursos político-partidários que atravessavam o jornal *O Aviso*.

Com base em vieses teórico-metodológicos, as reflexões aqui empreendidas centram-se nos enunciados, que são as menores unidades dos discursos, do jornal *O Aviso*, que em confronto com outros enunciados e práticas sociais constituem, em conjunto, o dispositivo ora em análise.

Os procedimentos adotados para a Análise do Discurso obedeceram a ordem: 1. Organização das edições do jornal *O Aviso*, realização de leitura ampla do recorte e observação de indicadores para a interpretação do material. 2. Identificação dos enunciados referentes ao movimento político-partidário presentes nos discursos do jornal *O Aviso* através de uma leitura mais apurada. 3. Agrupamento dos enunciados em categorias comuns, com base no problema e nos objetivos específicos da pesquisa. 4. Tratamento dos resultados e interpretação.

A análise do jornal *O Aviso* foi empreendida a partir da concepção de que os discursos de poder são ações que atravessam todas as relações sociais (FOUCAULT, 1998). O discurso jornalístico, bem como os discursos políticos, religiosos, educacionais, conferem propriedades singulares e papéis preestabelecidos aos sujeitos que falam, segundo Foucault (1996). Os sujeitos ativos no campo político, vinculados aos partidos, estavam habilitados ao discurso da imprensa partidária. Para além disso, o campo político e jornalístico, no contexto da Primeira República, eram compostos, em grande parte, por membros da elite. Existem regras para selecionar os indivíduos que podem ter acesso aos discursos do campo político e do jornalístico. Foucault (1996, p. 36-37) considera que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”.

O discurso está vinculado ao desejo e ao poder, por esse motivo, Foucault (1996) considera que as lutas e os sistemas de dominação existem pelo desejo de dominação do discurso. No contexto da Primeira República, os políticos utilizavam a imprensa, um lugar privilegiado de fala, para munir a opinião pública com discursos favoráveis aos interesses partidários e/ou para a manutenção do poder.

A política partidária também se apropria do campo jornalístico, onde acontecem as disputas pelo discurso político, afim de criar uma relação de poder com a sociedade, com o

objetivo de controlar os sujeitos. Na imprensa, a política partidária tem interesse de gerar debates e/ou controlar a opinião pública, sobretudo os eleitores. Para Foucault (1998), as relações de poder acontecem em vários níveis, ou seja, é uma rede de relações onde todos os indivíduos estão envolvidos. O poder de controle sobre os corpos é chamado por Foucault (1998, p. XVII) de poder disciplinar, procedimento que não é próprio das prisões, escolas e fábricas, mas consiste em "uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder, são 'métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade...'

A mídia impõe à sociedade sua representação ritualizada das coisas, principalmente quando a produção de mensagens visa, prioritariamente, a legitimação dos interesses econômicos e políticos do poder instituído. A publicidade e a imprensa política partidária são aliadas de uma prática discursiva que visa o confronto com os opositores e/ou o controle dos sujeitos. Foucault (1996, p. 39) define o ritual como:

[...] a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção.

O desejo pelo poder revelava-se nas páginas dos jornais, através das guerras discursivas travadas entre os diferentes grupos políticos durante as disputas partidárias. As narrativas da imprensa político-partidária, especialmente no final da República Velha, eram construídas a partir de fatos políticos com a finalidade de manter os grupos no poder ou para prejudicar os adversários.

4.1 Os desacordos entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio

Os partidos, as competições políticas e as fraudes formavam a base dos processos eleitorais na Primeira República. Os discursos do jornal *O Aviso* mostram que esse modelo de política também era praticado na cidade de Picos, bem como revela os atores envolvidos nessa estrutura. Além disso, o primeiro jornal picoense serviu de ferramenta para que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, dono do veículo, atingisse a opinião pública local com os seus

discursos políticos e partidários. O veículo contribuiu para consolidar o lugar de fala do Coronel Joaquim das Chagas Leitão dentro de uma estrutura de poder constituída pelas oligarquias da cidade de Picos.

As contendas pessoais e políticas entre o Juiz de Direito Urbano Eulálio¹ e o Coronel Joaquim das Chagas Leitão eram antigas. Em 1904, o Governador Álvaro de Assis Osório Mendes (1904–1907)², chefe do PRC no Piauí, ainda tentou fazer a conciliação. A relação amistosa durou enquanto existiam interesses do Juiz de Direito Urbano Eulálio pelo prestígio do Coronel Joaquim das Chagas Leitão durante o governo de Álvaro de Assis Osório Mendes. A campanha presidencial de 1910 foi a justificativa para uma manifestação pública de rivalidade entre os dois: enquanto o Juiz de Direito Urbano Eulálio aderiu à corrente civilista de Rui Barbosa, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão comandou as campanhas locais para Hermes da Fonseca.

Nos anos de 1910 e 1911, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio entraram em desacordo resultando em vários embates partidários na cidade de Picos. As desavenças aconteciam em consequência das brigas pelo voto e das divergências partidárias. De um lado estava o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, coligado ao PRC; de outro, o Juiz de Direito Urbano Eulálio, aliado forte da União Popular³ e dos políticos do clero de Teresina.

As brigas entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio – que escrevia no jornal *O Apóstolo* protegido pelo anonimato – tiveram início junto com o nascimento do jornal *O Aviso* em 1910, como aponta a notícia “Plano e philaucia”, publicada na coluna “Gazetilha” do dia 15 de novembro de 1910:

[...] O titulo que nos salta da penna para cognominar um anonymo inserto no <<O Apóstolo>> de 9 de outubro passado a que tem por epigraphe -

¹ Urbano Maria Eulálio nasceu em 6 de novembro de 1868 em Campo Maior (PI). Filho de Antônio Maria Eulálio e Josefa Maria de Jesus Eulálio. Formou-se Bacharel em Direito em maio de 1894 pela Faculdade Federal de Olinda (PE). Iniciou a carreira pública como promotor de Justiça na cidade de Imperatriz (MA). Mudou-se para a cidade de Picos (PI) para assumir o cargo de segundo Juiz de Direito do Município (URBANO Maria Eulálio, [s.d.], p. 1).

² Nasceu em Oeiras-PI (31 de maio de 1852). Governou o estado do Piauí de 1904–1907. Magistrado, jornalista, escritor e político. Foi chefe da Polícia do Piauí três vezes. Foi eleito Governador em 1º de julho de 1904 para um mandato de quatro anos, mas faleceu em Teresina, em pleno serviço do mandato, no dia 5 de dezembro de 1907. Jornalista militante e cultural. Instalou o serviço telefônico em Teresina; instalou o bispado no Piauí ao ordenar seu primeiro bispo, Dom Joaquim Antônio de Almeida, em 4 de fevereiro de 1906 (GONÇALVES, 2003, p. 259).

³ A convenção denominada <<União Popular>> surgiu em Teresina e era chefiada pelos doutores Elias Martins, Augusto Ewerton, Collect Fonseca; cônegos Raimundo Gil e Fernando Lopes, com apoio do bispo diocesano Dom Joaquim Antônio d’Almeida. (Cf. EM DEFESA. **O Monitor**. Teresina, n. 178, p. 4, 3 mar. 1910). Os chefes da União Popular estavam vinculada diretamente ao jornal *O Apóstolo* de Teresina.

<<Picos>>, – no qual o reбуçado e chulo *escriptor guaribano*, – a proposito do arrombamento da cadeia publica d’esta cidade, garatuja umas tantas inverdades para molestar o nosso chefe Coronel Leitão, e produsir effeito ao longe.

O nosso reforido chefe, que paira n’uma esphera onde não poden chegar os cobardes, que nem siquer team coragem de assignar o que rabiscam, -não desce da sua dignidade para responder a anonymos; não somente porque muito tem em que se occupar, como ainda porque não se bate com sombras (PLANO E PHILAUCIA. **O Aviso**. Picos, n. 1, p. 2, 15 nov. 1910).

As primeiras edições do jornal *O Aviso*, em novembro de 1910, começam a desenhar os embates da política partidária em curso na cidade de Picos. *O Aviso* inicia mostrando que o Juiz de Direito Urbano Eulálio suspendeu o Coronel Joaquim das Chagas Leitão do cargo de Escrivão do Judicial – lugar que ocupava desde o governo de José Coriolano de Carvalho e Silva (1892–1896)⁴. As divergências políticas e ideológicas entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio eram, em grade parte, motivadas pelas articulações políticas do Coronel Antônio Rodrigues da Silva. Era de interesse desse último que Joaquim das Chagas Leitão fosse impedido de exercer a sua função de Escrivão do Judicial para refrear os seus poderes na cidade de Picos.

As divergências entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio que afloraram no jornal *O Aviso*, em novembro de 1910, foram resultado de acontecimentos no contexto da política teresinense no ano de 1909, onde vê-se o rompimento político entre o Bispo Diocesano Dom Joaquim Antônio d’Almeida⁵ e o Governador Anísio Auto de Abreu⁶. Essa cisão resultou em um “racha” no jogo político picoense: de um lado, o Juiz de Direito Urbano Eulálio atendia aos interesses do Coronel Antônio Rodrigues da Silva,

⁴ Nasceu em Barras do Maratoan-PI (23 de maio de 1858) e faleceu no Rio de Janeiro-RJ (9 de março de 1921). Policial Militar e Político. Em 11 de fevereiro de 1892, o Capitão Coriolano de Carvalho e Silva assumiu como Governador do Piauí. Um dos primeiros atos de sua administração foi a dissolução da Assembleia Legislativa e a convocação das eleições em 5 de maio do mesmo ano. Ao proclamar a nova constituição, em 13 de junho de 1892, foram realizadas eleições para um novo dirigente. Ele foi eleito Governador para os quatro anos de 1892–1896. A posse ocorreu no dia seguinte à sua eleição (GONÇALVES, 2003, p. 371-372).

⁵ Nasceu no Rio Grande do Norte (1868–1948). O primeiro Bispo a ser nomeado para a Diocese do Piauí foi Dom Antônio Fabrício de Araújo Pereira. No entanto, ele renunciou. Em seguida, Dom Joaquim Antonio de Almeida foi nomeado Bispo do Piauí em 19 de janeiro de 1905. Foi consagrado como Bispo em 2 de abril de 1906 na Catedral de Nossa Senhora das Neves (PB). Dom Joaquim Almeida chegou a Teresina no início de março de 1906 com sua comitiva com um seletto grupo de padres. Sua posse na Diocese do Piauí ocorreu em cerimônia na Catedral de Teresina, em 12 de março de 1906, e continuou na direção da Diocese até 1911 (GONÇALVES, 2003, p. 27).

⁶ Foi Secretário de Estado da Polícia do Piauí no governo de Coriolano Carvalho (1892–1896). Foi eleito Deputado Estadual pelo Constituinte Piauiense. Foi um dos autores da Carta Magna de 13 de junho de 1892. Representante federal entre 1894–1908. Chegou a ser Senador da República (1908–1909). Governador do Piauí de 7 de janeiro de 1908 a 12 de junho de 1909. Colaborou em jornais de Pernambuco, especialmente no Diário de Recife. No Piauí, apareceu nos jornais *Fiat Lux*, *A Democracia*, *O Piauí* e em outros veículos (GONÇALVES, 2003, p. 11).

ligado ao movimento político-ecclesial de Teresina; e, de outro, o Coronel Chagas Leitão apoiava o Governador Anísio Auto de Abreu.

Em 2 de janeiro de 1910, após a cisão entre Dom Joaquim Antônio d’Almeida e o Governador Anísio Auto de Abreu, o jornal *O Apóstolo* denunciou, na matéria “Picos”, que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão queria, de forma impositiva, que os membros do Conselho Municipal votassem uma “Moção” em total apoio ao Governador Anísio Auto de Abreu contra o Bispo Diocesano Dom Joaquim Antônio d’Almeida, como pode ser observado abaixo:

O Conselho Municipal da cidade de Picos, Estado do Piauí, interpetando fielmente os sentimentos de seus Municipales, protesta á sua mais inteira solidariedade, decidido e franco apoio ao inclito Governador do Estado, excellentissimo senhor doutor Anisio Auto de Abreu, seja qual for a attitude que elle assumir na questão com o senhor Bispo Diocesano, que pelo jornal <<O Apóstolo>>, acaba de romper em opposição ao patriotico, honesto e alevantado governo de tão distincto Piauíense, honra e gloria de nossa chara Patria. (PICOS. **O Apóstolo**. Teresina, n. 134, p.1, de 2 de jan. 1910).

O Coronel Antônio Rodrigues da Silva não concordava com o fragmento “seja qual for a attitude que elle assumir” (PICOS. **O Apóstolo**. Teresina, n. 134, p.1, de 2 de jan. 134) apresentado na “Moção” proposta pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão em 1909. Para o Coronel Antônio Rodrigues da Silva, a maioria do Conselho Municipal não era conivente com qualquer attitude que o Governador fosse tomar contra o Bispo Diocesano Dom Joaquim Antônio d’Almeida.

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão lançou a sua defesa no jornal *O Monitor*, em 3 de março de 1910. A “Moção” que apoiava o Governador Anísio Auto de Abreu tinha por trás a necessidade da manutenção do poder do PRC no jogo político do Estado, a luta contra Rui Barbosa nas eleições de 1910 e o combate ao grupo político da União Popular. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão publicou em resposta ao jornal *O Apóstolo*:

N’ella sou accusado como inimigo ferrenho da religião o como hypocrita tão somente porque, na qualidade de conselheiro municipal e de politico, apresentei uma moção de apoio e solidariedado ao governo do extincto piauíense dr. Anisio Auto de Abreu, de saudosa recordação (EM DEFESA. **O Monitor**. Teresina, n. 178, p. 4, 3 mar. 1910).

Desde o início da sua circulação, em 1910, o jornal *O Aviso* empenhou-se em denunciar os problemas da cidade de Picos: as deficiências sanitárias, a falta segurança da população e a necessidade de organização do centro urbano. Na matéria “O asseio”, publicada no dia 16 de dezembro de 1910, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão queria passar à população uma

imagem negativa da administração de Armínio Benevides de Araújo Rocha⁷. O jornal *O Aviso* procurava criar um sentimento de indignação na população, através da produção de textos em que reforçava a ideia de que a cidade estava passando por um processo de atraso, enquanto o momento era de modernidade e de progresso para o Brasil.

Os embates políticos mostrados na primeira edição do jornal *O Aviso*, de 15 de novembro de 1910, estavam diretamente ligados às disputas de poder na cidade de Picos, onde, de um lado, estava o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e, de outro, o Prefeito Armínio Benevides de Araújo Rocha, o conselheiro Coronel Antônio Rodrigues da Silva e o Juiz de Direito Urbano Eulálio. Os confrontos estavam atrelados, principalmente, aos acontecimentos que antecederam as últimas disputas eleitorais, realizadas no dia 28 de agosto de 1910: denúncias de fraudes no processo de comprovação de renda e de residência dos eleitores, briga pelos cargos oficiais do município, entraves com a guarda municipal e combate na formação da comissão de revisão eleitoral⁸. *O Aviso* denunciava que as escolhas para as funções referentes ao processo eleitoral estavam sempre atreladas a causas particulares e interesses da política partidária. O veículo serviu de palco para muitos embates partidários, mas, por trás de todos esses discursos, existia a intenção do Coronel Joaquim das Chagas Leitão de formar maioria nos cargos que estavam diretamente ligados ao sistema eleitoral.

Em 1910, uma série de infortúnios recaíram sobre os correligionários do Coronel Joaquim das Chagas Leitão na cidade de Picos, encomendados pelos adversários políticos. A notícia “O Jury”, publicada pelo jornal *O Aviso* no dia 30 de dezembro de 1910, mostra que o Juiz de Direito Urbano Eulálio – alinhado com o Prefeito Armínio Benevides de Araújo Rocha e o conselheiro Coronel Antônio Rodrigues da Silva – multou os aliados⁹ do Coronel Joaquim das Chagas Leitão que faziam parte da lista de jurados¹⁰ do município em decorrência da

⁷ Foi Intendente da cidade de Picos em dois momentos: de 1902 a 1904 e de 1908 a 1912.

⁸ Segundo a Lei Nº 1.269, de 15 de novembro de 1904, Art. 9º, “a Comissão de Alistamento compor-se-á na sede da comarca, do juiz de direito ou do seu substituto legal em exercício; nos municípios que não forem sede e comarca, da autoridade judiciária estadual de mais elevada categoria, e onde não houver autoridade judiciária estadual, do ajudante do procurador da República, como presidente, só com voto de qualidade; dos quatro maiores contribuintes domiciliados no município, que sejam cidadãos brasileiros e saibam ler e escrever, sendo dois do imposto predial e dois dos impostos sobre propriedade rural, qualquer que seja a sua denominação, e de três cidadãos eleitos pelos membros efetivos do governo municipal e seus imediatos em votos, em número igual” (BRASIL, 1904).

⁹ Os jurados multados no valor de 10\$000 contos de réis, cada um, pelo Juiz de Direito da Comarca, na sessão do júri, visto não terem, dentro do prazo legal, apresentado documentos justificativos das faltas foram: Raymundo do Rego Barros, Antonio Evencio da Luz, Camillo Rodrigues da Silva, Germano Francisco de Mattos, Antonio Cypriano de Sousa Britto, José Borges Junior, Raymundo Antonio de Sousa Leal, Eugenio João de Sá, Pedro Moreira da Rocha, Claro José de Sousa Britto, Jovino Leal do Sousa Britto, José Gomes da Rocha, Adelino Francisco Rodrigues do Moura, Jacome Sttoppel, Justiniano Caminha de Macêdo, Joaquim Theotonio da Luz, Jovino Francisco da Luz, João Leal Nunes, Anacleto Francisco da Luz, José Augusto Campos, e Acylyno Manoel Theotonio da Luz (Cf. PELO JURY. *O Aviso*. Picos, n. 1, p. 3, 15 nov. 1910).

¹⁰ Após muitas discussões, quando a Constituição dos Estados Unidos do Brasil foi aceita em 24 de fevereiro de

ausência destes na sessão do júri. O jornal *O Aviso* desqualificou os jurados escolhidos pelo conselho municipal para rebater a punição:

Defeito de sua composição, pela falta de pessoal habilitado e pela demasiada complacência na lista dos jurados. organizada [sic.] pelo conselho municipal, que no maior numero de casos é levado por intenções partidárias, querendo que no tribunal, predomine a politica de sua facção, no intuito de proteger aos seus adherentes,— o jury, entre nós, é composto, em sua absoluta maioria, de inconscientes, completamente ignorantes dos principios e das regras do direito e da technica juridica, a ponto de não entenderem os debates, nem os quesitos de factos propostos a sua solução pelo presidente. (O JURY. **O Aviso**. Picos, n. 4, p. 1, 30 dez. 1910)

O jornal *O Aviso* saiu em defesa dos correligionários do Coronel Joaquim das Chagas Leitão, demonstrando que a lista de jurados havia sido construída a partir de intenções partidárias e/ou com interesses pessoais. O Prefeito Armínio Benevides de Araújo Rocha e o conselheiro Coronel Antônio Rodrigues da Silva almejavam eliminar os adversários da lista de jurados para terem maior número de aliados nesse posto. *O Aviso* argumentou que o Juiz de Direito Urbano Eulálio multou os jurados ilegalmente com o objetivo de hostilizar o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Como apresentado pelo jornal *O Aviso* na matéria “Ainda o caso das multas”:

– O illustre juiz multador,— que, como já dissemos em editorial anterior, cochilou e foi tão benigno e complacente nos annos anteriores, deixando de multar a membros que não compareceram nunca as sessões — é um cidadão prestimavel, não negamos; mas procedendo, como procedeu no caso das multas referidas, mostrou que lhe falta uma das primeiras virtudes dos juises — a paciencia.” (AINDA O CASO DAS MULTAS. **O Aviso**. Picos, n. 7, p. 1, 15 fev. 1911).

O ano de 1911 inicia com vários impasses, ainda sobre os casos das multas aplicadas nos membros da comissão do Júri¹¹ no final de 1910. O choque entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio ficava mais intenso, como mostra a notícia

1891, foi aprovado o texto da emenda ao art. 72, §31 que dizia “é mantida a instituição do Júri”. Assim, o Júri se manteve com a sua soberania. Era de sua competência: a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida (BISINOTTO, 2011, p. 1).

¹¹ “No Brasil, o Júri surgiu em 1822, pelo Decreto do Príncipe Regente Dom Pedro, era composto por vinte e quatro cidadãos “bons, honrados, inteligentes e patriotas”, inicialmente, em razão do contexto político e social da época, para julgamentos de crime de abuso cometido pela imprensa, que eram revisados pelo Regente, assim, a Constituição do Império de 1824 dispunha que os jurados poderiam julgar causas cíveis e criminais, conforme determinassem as leis que, por vezes, alteravam a competência do júri para incluir e excluir crimes. O Decreto 848 de 1890 criou o Júri Federal no Brasil e a Constituição Republicana de 1891, em seu art. 72, §31, conservou o Tribunal do Júri, desta feita, no tópico que tratava dos direitos e garantias individuais” (MELO, 2021, p. 1).

“Mais uma infração de lei” do jornal *O Aviso*, publicada no dia 15 de janeiro de 1910. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão denunciava a falta de transparência em relação à lista de jurados aprovados pelo Juiz de Direito Urbano Eulálio, o que inviabilizava a solicitação de recurso por parte dos excluídos. A lista não foi divulgada no mural do prédio do Conselho Municipal de Picos – onde comumente afixavam os ofícios – e não foi divulgada pela imprensa. Além disso, não seguiu a exigência da Lei Estadual Nº. 679, cujo artigo 1 tornava obrigatória as publicações dos atos votados pelos Conselhos Municipais no jornal oficial do estado; e cujo artigo 4 obrigava a publicação dos atos votados pelos Conselhos Municipais na imprensa local quando houvesse no município. Diante disso, *O Aviso* afirmou que a estratégia do Presidente da comissão de alistamento eleitoral, o Juiz de Direito Urbano Eulálio, era boicotar os correligionários do Coronel Joaquim das Chagas Leitão em razão de interesses partidários: “[...] o Conselho Municipal, na organização da lista dos jurados, ‘é no maior numero de casos levado por intenções partidárias, querendo que no Tribunal, predomine a política de sua facção, no intuito de proteger aos seus adherentes’” (MAIS UMA INFRAÇÃO DA LEI. *O Aviso*. Picos, n. 5, p. 2, 15 jan. 1911).

O jornal *O Aviso* denunciou na matéria “Qualificação de jurados”, do dia 1º de março de 1910, os problemas sanitários no centro urbano e o desprezo do Prefeito Armínio Benevides de Araújo Rocha em relação ao asseio da cidade de Picos. *O Aviso* criava a ideia de que o Prefeito Armínio Benevides de Araújo Rocha fazia uma “má” gestão municipal, com a intenção de desestruturar o grupo situacionista – aliados do Juiz de Direito Urbano Eulálio. A estratégia era rebater a ação do Juiz de Direito Urbano Eulálio quanto ao boicote orquestrado contra os correligionários do Coronel Joaquim das Chagas Leitão na comissão do Júri. Sobre os problemas sanitários da cidade de Picos e a gestão do prefeito Armínio Benevides de Araújo Rocha, *O Aviso* publicou o seguinte:

As condições de asseio e hygiene, os nossos cemitérios, dão a mais triste idéa do patriotismo e zelo da maioria de nossos edis, que em vez d’essas vinganças pequeninas e sórdidas, deviam lançar suas vistas para a casa do mercado público, aliás feito as expensas do Estado, e cujas paredes, carcomidas, estão a ameaçar breve ruina; para o lixo que das ruas cresce a infestar a Cidade, insultando a hygiene e a civilização (QUALIFICAÇÃO DE JURADOS. *O Aviso*. Picos, n. 8, p. 2, 1 mar. 1911).

O jornal *O Aviso* tentava desqualificar a administração Armínio Benevides de Araújo Rocha com a finalidade de criar animosidade na sociedade em relação ao seu grupo de poder, chefiado pelo Juiz de Direito Urbano Eulálio e pelo Coronel Antônio Rodrigues da Silva. Além

disso, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão também utilizou o jornal *O Aviso* para denunciar que os seus rivais realizaram o alistamento de pessoas mortas e outras práticas ilegais para aumentar os sufrágios nas eleições de 1910. Certamente, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão pretendeu mostrar que para a efetivação dessa prática era fundamental ter o poder judicial envolvido na manipulação, uma vez que os nomes precisavam passar pelo Juiz de Direito da Comarca na revisão dos alistamentos eleitorais.

As divergências entre o Juiz de Direito Urbano Eulálio e o Coronel Joaquim das Chagas Leitão se intensificaram em 1911; era um anúncio dos confrontos que aconteceriam nas campanhas para a sucessão da intendência municipal de 1912. Em vista disso, as notícias sobre os embates entre o Juiz de Direito Urbano Eulálio e o Coronel Joaquim das Chagas Leitão se dilatavam no jornal *O Aviso*, que a cada nova edição trazia em suas páginas um novo embate. Na edição de 1 de março de 1911, o veículo informou, através da matéria “Recursos *sui generis*”, que alguns cidadãos perderam o prazo de entrega dos requerimentos de alistamento que deviam ser entregues à comissão de revisão eleitoral. Os documentos deveriam ter sido entregues até o final do expediente da comissão de revisão eleitoral, às quinze horas do dia 10 de fevereiro de 1911, como mostra a notícia “Alistamento eleitoral”, publicada em 15 de fevereiro de 1911. O Presidente da comissão de revisão eleitoral, o Juiz de Direito Urbano Eulálio, tentou prorrogar o prazo para que os documentos fossem entregues após às quinze horas do dia 10 de fevereiro de 1911, contudo, a maioria dos membros da comissão, que eram correligionários do Coronel Joaquim das Chagas Leitão, rejeitou o pedido. A retaliação prejudicaria os interesses políticos dos aliados do Juiz de Direito Urbano Eulálio.

O grupo político que fazia oposição ao Coronel Joaquim das Chagas Leitão e ao PRC, por não ter uma tipografia na cidade de Picos, recorria aos jornais de Teresina para revidar ou atacar seus adversários políticos e o jornal *O Aviso*. O veículo mais utilizado entre 1910 e 1911 foi o jornal *O Apóstolo*, órgão da Diocese de Teresina. A estratégia dos adversários era desgastar a imagem do Coronel Joaquim das Chagas Leitão, bem como destruir o seu capital político e afetar as relações de poder que ele construiu na esfera municipal e estadual.

O capital político é uma forma de capital simbólico, ligado às operações de “crédito”, firmado na “crença” e no “reconhecimento”, segundo Bourdieu (1989). “O homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança, fazendo aparecer à luz do dia os actos e os ditos secretos, escondidos, do presente e do passado” (BOURDIEU, 1989, p. 188-189). O capital político está ligado à necessidade de reconhecimento e legitimidade do sujeito para atuar no campo político. *O Aviso* tinha um papel crucial para a composição do capital político do

Coronel Joaquim das Chagas Leitão em meio aos embates políticos da imprensa, o jornal era arma para rebater os fatos políticos e atacar os adversários.

No contexto de 1910, os embates entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e os seus rivais políticos, representados pelo Juiz de Direito Urbano Eulálio, estavam ganhando mais espaço na imprensa, como pode ser observado no próprio título da matéria: o “Ódio velho” (ODIO VELHO. **O Aviso**. n. 8, p. 2, 1 mar. 1911). O título “Ódio velho” faz referência às brigas pessoais e políticas entre o Juiz de Direito Urbano Eulálio e o Coronel Joaquim das Chagas Leitão antes da existência do jornal *O Aviso*. É importante observar que a edição do jornal *O Apóstolo* de 21 de agosto de 1910 já trazia os problemas na revisão eleitoral e as divergências pessoais e/ou políticas entre o Juiz de Direito Urbano Eulálio, o Coronel Joaquim José Pereira Nunes¹² – que foi posto no cargo de Coletor com a ajuda de Gabriel Luiz Ferreira¹³ – e o Coronel Joaquim das Chagas Leitão.

O jornal *O Aviso* se envolveu em embates de várias origens, no entanto, as discussões que se destacavam eram aquelas entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio. O primeiro questionava a parcialidade do segundo em relação à tomada de decisão no processo de revisão eleitoral e argumentava que o posicionamento partidário do magistrado não era compatível com o cargo que exercia. A resposta chegava pelo jornal *O Apóstolo* com muitos agravos direcionados ao Coronel.

O jornal *O Apóstolo* do dia 21 de agosto de 1910 saiu em defesa de Urbano Eulálio quando o Coronel Joaquim José Pereira Nunes acusou-o, na edição 191 do jornal *O Monitor*, de ser o líder do grupo político situacionista picoense e de comandar alguns membros da comissão eleitoral, a saber: João Gracindo Marques, Pedro Rodrigues de Sousa Martins e Mariano Gomes Pereira (RODRIGUES, Pedro. **O Apóstolo**. Teresina, n. 166, p. 3, 21 ago. 1910). O Coronel Joaquim José Pereira Nunes e o Coronel Joaquim das Chagas Leitão acreditavam que o Juiz de Direito Urbano Eulálio agia baseado em interesses particulares ou em favor do seu grupo político, por isso, criava entraves para os seus opositores, tanto na participação dos membros da comissão de alistamento, quanto nos alistamentos dos eleitores.

Em 29 de janeiro de 1911, o jornal *O Apóstolo* ressuscitou o problema da comissão eleitoral e denunciou, na notícia “Picos”, a falta da quantidade mínima obrigatória de membros

¹² O jornal *O Aviso* não mostra outras informações a respeito de Joaquim José Pereira Nunes.

¹³ Nasceu em Valença-PI (18 de março de 1848) e faleceu no Rio de Janeiro-RJ (15 de fevereiro de 1905). Começou cedo sua vida jornalística, ingressando no *Fiat Lux*, jornal republicano de propriedade de sua família. Posteriormente, trabalhou no jornal *A Pátria* como redator, ao lado de Abdias Neves. No Rio de Janeiro, foi um dos editores do *Jornal do Comércio*, um importante veículo carioca. Em 1894, foi nomeado Subprocurador da República do antigo Distrito Federal. Deputado Federal em 1896. Primeiro Governador Constitucional do Estado do Piauí, eleito pela Assembleia Legislativa em 28 de maio de 1891 (GONÇALVES, 2003, p. 164).

presentes para que a reunião acontecesse. Acontece que *O Apóstolo* acusou o Coronel Joaquim das Chagas Leitão de desprezar os direitos dos cidadãos e ainda o responsabilizou pela falta de número legal para o funcionamento da comissão de revisão eleitoral. Além disso, *O Apóstolo* acusava o Governador Antonino Freire de consentir com as insubordinações do Coronel Joaquim das Chagas Leitão, como pode ser observado no trecho a seguir: “o governo *moralizado* do engenheiro Antonino Freire, fecha propositalmente os olhos a tudo isso, entregando municípios á typos nas condições de um Leitão. Só entes n’estas condições servirão para auxiliar os de um governo já tão tristemente celebre!” (PICOS. **O Apóstolo**. Teresina, n. 189, p. 1, 29 jan. 1911).

O grupo político alinhado ao Juiz de Direito Urbano Eulálio empregou várias estratégias discursivas, através do jornal *O Apóstolo*, para atingir o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. A finalidade dos oponentes era obstruir as articulações e refrear os seus poderes na política local e estadual. A coligação entre o grupo político situacionista picoense chefiado, no contexto de 1911, pelo Juiz de Direito Urbano Eulálio e o Coronel Antônio Rodrigues da Silva e a imprensa católica da capital piauiense davam pistas da presença de um grupo maior conspirando contra as articulações do Coronel Joaquim das Chagas Leitão, como mostra a matéria “Odio velho”, publicada no jornal *O Aviso* do dia 1 de março de 1911:

– O orgam unionista trahiu a causa determinante, dando arras ao seu desapontamento por ver contrariadas as suas pretenções de mando e poder. É que este ano a Comissão referida ficou composta, em sua maioria, de amigos políticos do Coronel Leitão, que por signal que foram multados pelo Juiz Presidente, que por isso bem mereceu os aplausos opposicionistas. (ODIO VELHO. **O Aviso**. Picos, n. 8, p. 2, 1 mar. 1911).

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão possuía muitos cargos públicos¹⁴ no município de Picos – funções destinadas a ele principalmente no período em que José Coriolano de Carvalho e Silva (1892-1896) governou o Estado. Alguns desses cargos serviram de moeda de troca por votos e outras funções eram destinadas aos correligionários que trabalhavam pela manutenção do poder do Coronel Joaquim das Chagas Leitão e de José Coriolano de Carvalho e Silva. Para isso, os políticos buscavam introduzir os membros do seu grupo político nas funções que tinham ligação direta ou indireta com a tomada de decisões da política local.

¹⁴ O jornal não faz menção às funções, mas é possível que *O Aviso* esteja se referindo aos cargos da Guarda Nacional, como o que foi dado a Antônio Rodrigues da Silva pelo Governador Álvaro Mendes (1904–1907) a pedido do Coronel Joaquim das Chagas Leitão (A PHILAUCIA em agonia. **O Aviso**. Picos, n. 23, p. 2, 16 dez. 1911).

Em 1911, o Juiz de Direito Urbano Eulálio intensificou o envio de telegramas ao jornal *O Apóstolo* com textos acusatórios contra o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. As publicações eram assinadas com o pseudônimo “anonymo”. Nesse mesmo ano, o Agente dos Correios João Baptista de Carvalho revelou ao Coronel Joaquim das Chagas Leitão que o Juiz de Direito da comarca de Picos era o anônimo que escrevia para o jornal *O Apóstolo*. Segundo *O Aviso*, o funcionário dos Correios também passou a ser “vítima de acusações injustas por parte do órgão dominical, cujos rasgados dithyrambos ao Juiz de direito d’esta comarca, são bem conhecidos” (CONFIRMAÇÃO. **O Aviso**. Picos, n. 12, p. 1, 30 abr. 1911) depois que revelou ao Coronel Joaquim das Chagas Leitão o nome do sujeito por trás do anonimato. O Juiz de Direito Urbano Eulálio articulou de várias formas para que o Agente dos Correios, João Baptista de Carvalho, fosse exonerado: “o administrador exoneraria do cargo o digno funcionario, que teve a ousadia de fornecer certidões relatando a verdade e a summa petulancia de continuar firme no seu posto de politico dedicado ao nosso chefe” (CONFIRMAÇÃO. **O Aviso**. Picos, n. 12, p. 1, 30 abr. 1911).

Como forma de retaliação, o Juiz de Direito Urbano Eulálio se queixou por telegrama ao redator do jornal *O Apóstolo*, Elias Martins¹⁵ – que tinha forte ligação com o Diretor Geral dos Correios, Joaquim Ignácio Tosta –, informando que não estava recebendo o jornal *Diário do Piauí*¹⁶ através dos Correios. Entende-se que o Juiz de Direito Urbano Eulálio alegou que lhe foi negado reiteradamente o direito de receber o jornal oficial, enquanto os outros servidores do município de Picos recebiam o impresso normalmente. A notícia “Pelo correio”, publicada no jornal *O Aviso* no dia 30 de abril de 1911, mostra que a verdadeira intenção do Juiz era prejudicar o Agente dos Correios de Picos em razão da delação. Para defender o Agente dos Correios João Baptista de Carvalho, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão denunciou no jornal *O Aviso* que o Juiz de Direito Urbano Eulálio não tinha assinatura do órgão oficial e por esse motivo não o recebia.

O *Diário Oficial do Estado* também comunicou através de telegrama que o funcionário dos Correios não recebeu nenhuma edição destinada ao Juiz de Direito de Picos por não existir assinatura em seu nome. A publicação da imprensa oficial corroborou a asserção do Coronel Joaquim das Chagas Leitão de que as denúncias contra o Agente dos Correios eram infundadas

¹⁵ Um dos chefes da União Popular e redator do jornal *O Apóstolo* de Teresina. Também era correligionário do civilista Coelho Rodrigues (Cf. PELO RIO. **O Apóstolo**. Teresina, n. 131, p. 2, 12 dez. 1909).

¹⁶ *O Diário do Piauí* funcionava como órgão oficial do governo do Piauí (PINHEIRO FILHO, 1997). Era distribuído aos funcionários públicos do estado pelos Correios.

e se tratavam de rivalidade política e abuso de poder (CONFIRMAÇÃO. **O Aviso**. Picos, n. 12, p. 2, 30 abr. 1911).

O Juiz de Direito Urbano Eulálio, mesmo exposto pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão no jornal *O Aviso*, continuou utilizando o jornal *O Apóstolo* para atacar o adversário picoense, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Na matéria “Picos” do jornal *O Apóstolo* do dia 26 março de 1911, o Juiz de Direito Urbano Eulálio acusou o Coronel Joaquim das Chagas Leitão de atrapalhar o processo de alistamento eleitoral na cidade de Picos. Além disso, denunciou o Coronel Joaquim das Chagas Leitão por procurar o médico Pacífico R. da Luz, em Jaicós (PI), para comprar um atestado de invalidez para o Capitão Enéas da Silva Vieira¹⁷, um de seus correligionários. Enquanto isso, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão utilizou a estratégia de autodefesa na notícia “Rebatendo”, publicada pelo jornal *O Aviso* no dia 11 de abril de 1911, para gerar uma imagem positiva do Coronel Joaquim das Chagas Leitão na sociedade picoense:

[...] como tenhamos descoberto o gato escondido com o rabo de fora, vimos, em saptisfação ao publico, desfazer as insidiosas acusações arguidas ao nosso chefe Coronel Leitão, cuja competência, applicação ao trabalho e rigidez do character, atormenta aquelles que se querem impôr pelas deslumbranças de sua riqueza, já que não possuem as do talento, que se forma na tranquillidade, como o character na tormenta do mundo (REBATENDO. **O Aviso**. Picos, n. 11, p. 1, 11 de abr. 1911).

O Juiz de Direito Urbano Eulálio denunciou no jornal *O Apóstolo* que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão utilizava de práticas ilegais para beneficiar os seus correligionários e/ou eleitores – como foi o caso da compra do atestado para invalidez – em troca de favores políticos. Como estratégia para rebater as acusações do Juiz de Direito picoense e o grupo situacionista da política local, a comissão de revisão eleitoral¹⁸, onde o Coronel Joaquim das

¹⁷ Aliado do Coronel Joaquim das Chagas Leitão na comissão de alistamento eleitoral de Picos, no ano de 1911.

¹⁸ Segundo o Art. 40 da Lei Nº 1.269 de 15 de novembro de 1904, “no dia 10 de janeiro de cada anno reunir-se-ão as commissões de alistamento, observadas as formalidades prescriptas no capitulo II desta lei, afim de procederem á revisão do alistamento sómente para os seguintes fins: I, eliminar os eleitores que houverem fallecido, mediante certidão de obito de autoridade competente; os que houverem mudado de residencia para fóra do municipio, sendo a requerimento do proprio eleitor, ou em face de documento que prove ter elle aceitado emprego ou exercer, em outro municipio, função que determine obrigatoriamente a sua residencia ahi, e os que houverem perdido a capacidade civil, ou a politica [...]; II, alistar os cidadãos que requererem e provarem, na forma estabelecida por esta lei, achar-se em condições de ser alistados.” O Art. 41 determina que, “na revisão dos alistamentos, as respectivas commissões serão presididas pela autoridade de que trata o art. 9º e compor-se-ão de quatro contribuintes da receita publica, sendo dois do imposto predial, sorteados dentre os quinze maiores contribuintes da classe, e dois dos impostos sobre propriedades ruraes, ou, na falta destes, dos de industrias e profissões (art. 9º, ultima parte), igualmente sorteados dentre os quinze maiores contribuintes da respectiva classe, e de tres cidadãos eleitos, por voto uninominal, pelos membros do governo municipal e seus immediatos em votos, em numero igual” (BRASIL, 1904).

Chagas Leitão tinha maioria, decidiu que as certidões de batismo só seriam aceitas para o alistamento eleitoral se extraídas em “pública forma” – só poderiam ser emitidas por Tabeliões para que tivessem valor jurídico. Dessa forma, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão voltava a participar indiretamente do processo de alistamento eleitoral como Tabelião para reduzir as chances de fraude por parte dos opositoristas.

Em maio de 1911, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão ausentou-se do jornal *O Aviso* para resolver assuntos políticos e da sua legislatura em Teresina. Enquanto isso, Paulo Pereira dos Santos¹⁹ assumiu o posto de Redator/Diretor, mas só fez circular duas edições do jornal. *O Aviso* ficou sem circular entre maio e agosto de 1911, em decorrência da ausência do proprietário.

Considerando os constantes ataques da oposição e o afastamento do Coronel Joaquim das Chagas Leitão do seu jornal, observa-se que o momento político não era favorável para ele, tanto dentro do PRC quanto na Assembleia Legislativa do Estado. A súbita necessidade de transferir-se para Teresina em 1911 aconteceu em meio a uma acirrada luta partidária que se desenrolava na cidade de Picos.

Enquanto o Coronel Joaquim das Chagas Leitão permaneceu em Teresina, o Coronel Benjamin de Moura Siqueira²⁰ assumiu o jornal *O Aviso*. Ele produziu uma edição, em 31 de maio de 1911, atacando o Prefeito Antônio Rodrigues da Silva com a matéria “Pela saúde pública”, que tratava da falta de cuidado do Prefeito com a higiene de Picos. O jornal *O Aviso* ficou sem circular do mês de junho a agosto de 1911. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão preparou um conjunto de notícias enaltecidas para o seu retorno e publicou no jornal *O Aviso* do dia 15 de agosto de 1911. Nesses textos observa-se uma supervalorização dele enquanto político e do seu trabalho na Assembleia Legislativa do Estado:

No seio da Câmara Legislativa Estadual, onde é conhecido pela intelligencia, pelo trabalho e pela sua pratica adquirida em 5 legislaturas successivas, e ainda pela assiduidade, tanto mais notável Quanto é certo que na sessão que vem de encerrar-se não faltou um só dia, - tomou parte em todas as questões suscitadas, em todos os projetos, discutindo e voltando sempre com a consciência dos políticos firmes, abnegadas, disciplinados e intransigentes (CORONEL JOAQUIM DAS CHAGAS LEITÃO. *O Aviso*. Picos, n. 15, p. 1, 15 ago. 1911).

¹⁹ Subdelegado de Polícia da cidade de Picos em 1911 (Cf. PELA POLÍCIA. *O Aviso*. Picos, n. 13, p. 2, 16 maio 1911).

²⁰ O jornal *O Aviso* não mostra outras informações a respeito de Benjamin de Moura Siqueira.

A perseguição do Juiz de Direito Urbano Eulálio contra o Coronel Joaquim das Chagas Leitão fez com que este perdesse força no campo político de Picos e na liderança do PRC. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão usou o jornal *O Aviso* para lutar pelo seu lugar de poder na política local, intensificando os ataques ao Juiz de Direito Urbano Eulálio. Observa-se que, o confronto empreendido pelo jornal *O Aviso*, com a matéria “A nevrose de um juiz”, publicada na edição do dia 30 de agosto de 1911, resultou na suspensão do Coronel Joaquim das Chagas Leitão da função de Escrivão do Judicial, sanção aplicada pelo Juiz de Direito Urbano Eulálio. O jornal *O Aviso* dizia o seguinte:

[...] não tendo outro meio para ferir ao nosso chefe Coronel Leitão, cuja Nobre altivez todos li reconhecem que aquém não amedronta o seu poder, – o dito juiz, pretextando falsos motivos, suspendera das funcções de Escrivão do judicial e mais annexos, que há mais de 20 annos exerce nesta cidade, sem haver nesse longo de curso sofrido, siquer, censura de qualquer outro Juiz que não seja um bacharel Urbano (A NEVROSE DE UM JUIZ. **O Aviso**. Picos, n. 16, p. 2, 30 ago. 1911).

Logo em seguida, o jornal *O Aviso* publicou na capa da edição de 15 de setembro de 1911 uma notícia com o título “A opressão de um Juiz”, que repudiava o abuso de poder do Juiz de Direito Urbano Eulálio sobre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. O impresso argumentava sobre a ilegalidade moral do ato do Juiz de Direito na decisão do afastamento do Escrivão do Judicial. No entanto, o magistrado justificou que o afastamento se fez após o Coronel Joaquim das Chagas Leitão ter recusado-se a realizar intimações solicitadas por ele. A condenação foi determinada pela portaria do dia 16 de agosto de 1911, que decretava o afastamento temporário do Coronel Joaquim das Chagas Leitão do cargo de Escrivão do Judicial por 30 dias.

O caso ganhou repercussão estadual e o jornal *O Monitor* do dia 2 de setembro de 1911 publicou uma matéria em defesa do Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Entre as informações divulgadas, o impresso revelou que o Juiz de Direito Urbano Eulálio pretendia prejudicar o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, que respondia como Escrivão do Judicial. O Juiz determinou através de portaria, no dia 16 de agosto de 1911, que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão comparecesse três vezes na semana à sua residência para cumprir o expediente e participar das audiências. Em 16 de agosto de 1911, *O Aviso* rebateu a portaria expedida pelo Juiz de Direito Urbano Eulálio através da coluna “Gazetilha”. O jornal argumentava sobre a ilegalidade de obrigar o funcionário do estado a comparecer ao trabalho em residência particular, uma vez que na cidade existia a casa pública para essa finalidade: “cumpre-me diser-

vos que, tendo vos constituído meu inimigo pessoal ao ponto de negar-me os cumprimentos de simples cortesia, e havendo n'esta Cidade casa publica, destinada para as audiencias do juizo, so comparecerei a ellas na referida casa publica-a do conselho municipal.” (DOCUMENTOS. **O Aviso**. Picos, n. 17, p. 4, 15 set. 1911).

O magistrado queria que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão agisse com obstinação para justificar as sanções applicadas a ele. A estratégia deu certo, o Escrivão do Judicial declinou da decisão da portaria e o Juiz de Direito Urbano Eulálio prontamente procurou o jornal *O Apóstolo*, que defendeu o magistrado picoense na notícia “Solicitadas” com o subtítulo “Ao Senhor Tabelião publico e escrivão do Judicial, em Picos, Joaquim das Chagas Leitão”:

[...] o senhor Joaquim das Chagas serve-se de seu nojento pasquim para sob pretexto de doutrinamento, extravassar o odio concentrado, desde muito tempo, contra o juiz que em Picos, tem de altivez, a inaudita coragem de reagir, dentro da lei, contra os seus desmandos e prepotência (SANTOS, João Clementino de Sousa. (SOLICITADAS. **O Apóstolo**. Teresina, n. 220, p. 5, 20 de ago. 1911).

Em uma tentativa de desqualificar o magistrado, o jornal *O Aviso* publicou a matéria “Força Violável” no dia 30 de setembro de 1911 para denunciar os abusos de poder do Juiz de Direito Urbano Eulálio contra o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Segundo o veículo, o Juiz de Direito Urbano Eulálio obrigava o Escrivão do Judicial a desempenhar funções que não eram compatíveis com o seu cargo.

No final de 1911, havia uma articulação do grupo político situacionista formado pelo Prefeito Armínio Benevides de Araújo Rocha, pelo Juiz de Direito Urbano Eulálio e pelo Coronel Antônio Rodrigues da Silva, com a anuência de vários membros do PRC, para a exclusão do Coronel Joaquim das Chagas Leitão do partido. Em razão disso, *O Aviso* noticiou em 16 de outubro de 1911 que “o Partido Republicano Conservador d'esta localidade se acha fracionado” (A encenação da philaucia. **O Aviso**. Picos, n. 19, p. 1, 16 out. 1911).

Se até 1911 a preocupação do Coronel Joaquim das Chagas Leitão estava concentrada em combater o Juiz de Direito da comarca, Urbano Eulálio, o jornal *O Aviso* passou a combater o Coronel Antônio Rodrigues da Silva com mais intensidade, porque ele começou a articular os votos para concorrer à intendência de Picos nas campanhas de 1912. O Coronel Antônio Rodrigues da Silva começou a trabalhar com manobras fortes para derrubar a oposição e, por isso, fez articulações estratégicas na política local.

Enquanto isso, o Juiz de Direito Urbano Eulálio continuou os seus ataques contra o Coronel Joaquim das Chagas Leitão por intermédio do jornal *O Apóstolo*: “Pesada atmospheria

de agitações caiu, de ha muito, sobre o infeliz povo picoense. Coronel Joaquim das Chagas Leitão era, ha uns quatro annos, o unico mandachuva daquela Terra. Sempre solicito em viver rodeado de um pessoal de peor especie” (DESORDENS E COVARDIA. **O Apóstolo**. Teresina, n. 228, p. 2, 8 de out. 1911).

O Apóstolo anunciava as mudanças nas relações de poder da política partidária na cidade de Picos e, de fato, começaram a acontecer no final de 1911. O Coronel Antônio Rodrigues da Silva, através das suas articulações, conseguiu afastar o Coronel Joaquim das Chagas Leitão do PRC. Além disso, cogitou o afastamento dos correligionários e protegidos do Coronel Joaquim das Chagas Leitão dos cargos oficiais do município.

A instabilidade de poder na política partidária fez com que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão partisse para uma nova estratégia. Ele priorizou a candidatura de Miguel Rosa nas eleições para Governador do estado, referente ao quadriênio de 1912 a 1916, com o objetivo de ampliar o seu capital político em Picos e no estado. Por esse motivo, o Juiz de Direito Urbano Eulálio teve mais abertura no jornal *O Apóstolo* – adversário declarado do político Miguel Rosa – para expandir os ataques contra o Coronel Joaquim das Chagas Leitão.

Enquanto o jornal *O Apóstolo* desferia ataques contra o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, *O Aviso* publicava, em 16 de outubro de 1911, um telegrama informando que a “Convenção reunida Theresina, Edifício Câmara Deputados, escolheu unanimemente para Governador e Vice-Governador eminentes Piauhenses Dr. Miguel Rosa e Coronel Raimundo Borges” (SAPIENCIA. **O Aviso**. Picos, n. 19, p. 2, 16 out. 1911). Na verdade, segundo a notícia “Sucessão governamental” publicada em 16 de outubro de 1911, os dois candidatos que disputariam a cadeira do governo do estado eram do PRC, sendo que Miguel Rosa era apoiado pela situação, enquanto Odylo de Moura Costa contava com o suporte de Joaquim Antônio da Cruz, Ribeiro Gonçalves e da União Popular.

No final de 1911, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão perdeu força no campo político, como efeito das lutas contra o Juiz de Direito Urbano Eulálio e como consequência da entrada do Coronel Antônio Rodrigues da Silva no diretório do PRC de Picos. Além de ser afastado do PRC, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão viu os seus correligionários sendo destituídos dos cargos oficiais no município de Picos pelo Governador Antonino Freire da Silva (1910–1912) e ficou de fora da disputa para Deputado Estadual por recomendação do Governador. Algumas dessas decisões foram tomadas por intermédio do diretório do PRC sob a influência do Coronel Antônio Rodrigues da Silva.

Sem os cargos oficiais em Picos para exercer a prática clientelista, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão precisava manter e/ou ampliar os seus votos para construir novas relações

dentro do jogo político local. Ele necessitava de uma nova estratégia, uma maneira de aproveitar a sua função como Escrivão do Judiciário e a sua proximidade com os processos da máquina eleitoral. Contudo, o projeto do Coronel Joaquim das Chagas Leitão requeria novos aliados fortes para bater de frente com a situação.

Os correligionários do Coronel Joaquim das Chagas Leitão formavam a maioria na comissão eleitoral, que, entre outras atividades, era responsável por definir os locais das mesas eleitorais. Não por acaso, o imóvel que abrigava o jornal *O Aviso* serviu de local de votação nas eleições de 1912. Dessa forma, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão conseguiu ter o controle de uma das urnas no processo eleitoral de 1912, de maneira que seria mais fácil para ele aplicar ou impedir as fraudes no local de votação da oficina do jornal *O Aviso*. O município de Picos ficou dividido em sete seções que abrigaram as mesas eleitorais:

1ª Primeira secção, – Casa do Conselho municipal; 2ª, – Casa em que funciona agência dos Correios; 3ª, – Casa em que funciona a estação telegráfica; 4ª, Casa de propriedade do Coronel Benjamim de Moura Siqueira; 5ª, Casa em que funciona a redação d’este periódico; 6ª, Casa da residência do Capitão Joaquim Gomes Ferreira; e 7ª, Casa de propriedade do Capitão Antônio Nogueira da Silva (DIVISÃO DO MUNICÍPIO. **O Aviso**. Picos, n. 22, p. 2, 30 nov. 1911).

Dos sete pontos de votação relacionados acima, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão tinha acesso e/ou controle de pelo menos quatro: a seção da agência dos correios, visto que o agente, João Baptista de Carvalho, era seu correligionário; a seção da casa do Coronel Benjamim de Moura, seu amigo e correligionário; a seção do jornal *O Aviso*, de sua propriedade; e a seção da casa do Capitão Joaquim Gomes Ferreira, seu correligionário e membro da comissão de revisão de alistamento eleitoral. No comando das seções eleitorais, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, ou qualquer outro político, conseguia manipular eleitores, praticando o “voto de cabresto” e as fraudes eleitorais. De acordo com Leal (2012), o “voto de cabresto” representava um lote considerável de sufrágios comandado pelo elemento primário de liderança municipal representado pelo “Coronel”.

Trapacear no processo eleitoral era uma demonstração de que os candidatos não estavam seguros com relação aos resultados do pleito, fazendo com que o Coronel Antônio Rodrigues da Silva e seus correligionários tentassem aumentar a quantidade de sufrágios por meio de fraudes. Além disso, as fraudes simbolizavam o mando, o controle e o poder do Coronel Joaquim das Chagas Leitão – ou dos outros Coronéis que atuavam na cidade de Picos – para destinar os votos ao governo do estado.

Segundo Leal (2012, p. 75), “o governo, além do conformismo do eleitorado ‘coronelista’, ainda se valia da fraude e da coação para vencer nas urnas”. Para ganhar uma eleição, os “Coronéis” se valiam de todo tipo de prática. Até os analfabetos votavam, visto que os políticos entregavam aos seus eleitores um papel que já estava preenchido com o nome do candidato, restando apenas para o eleitor rabiscar o nome na cédula e depositá-la na urna de votação. Leal (2012) considera ainda que, um eleitor analfabeto sempre podia, com paciência e boa vontade, rabiscar seu nome, ou reproduzir, em garranchos para participar do processo eleitoral.

O jogo eleitoral em Picos era uma disputa que envolvia tanto a capacidade de angariar eleitores quanto a aptidão de denunciar os adversários. A imprensa tinha um importante papel na contestação dos resultados. Ou seja, denunciar fraudes também era um modo de os concorrentes tentarem sobrepor-se aos adversários.

A matéria intitulada “Comissão de alistamento”, do jornal *O Aviso* de 15 de novembro de 1911, chamava a atenção dos membros da comissão de alistamento para a reunião que realizar-se-ia no dia 16 de novembro de 1911, com o objetivo de criar uma nova divisão do município e definir os locais onde funcionariam as mesas eleitorais para as eleições federais. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão antecipou-se e através do seu jornal pediu para que os seus correligionários, maioria na comissão, não faltassem. Seria imprescindível que todos participassem da reunião porque a definição dos locais de votação era parte importante para planejar ou inibir o esquema de fraude eleitoral.

O jornal *O Comércio* de Teresina lançou uma notícia, em 12 de novembro de 1911, sobre a filiação do Coronel Antônio Rodrigues ao PRC de Picos – partido que teve forte contribuição do Coronel Joaquim das Chagas Leitão desde a sua implantação no município. O diretório picoense do PRC precisava desarticular o “curral eleitoral” do Coronel Joaquim das Chagas Leitão para vencer nas urnas nas campanhas municipais de 1912. O Coronel Antônio Rodrigues buscou forças com o Governador do Piauí, à época, Antonino Freire da Silva, para desarmar o poder do Coronel Joaquim das Chagas Leitão e proibi-lo de eleger outro nome para a administração da cidade de Picos ou impedir que os seus eleitores votassem no candidato Miguel Rosa, com o uso de violência.

Para chegar ao PRC, o Coronel Antônio Rodrigues da Silva criou, secretamente, um diretório local do partido, composto por indivíduos que atendiam aos seus interesses pessoais, e, através deles, nomeou-se chefe do partido. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão acusou o Coronel Antônio Rodrigues da Silva de simular a reunião política que aconteceu no dia 2 de setembro de 1911 com a participação de 202 eleitores. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão

disse pelo jornal *O Aviso*, na matéria “A philaucia em agonia” do dia 16 de dezembro de 1911, que o processo de escolha do chefe do PRC foi fraudado e que a nomeação da presidência do partido foi elaborada a partir de instruções vindas do governo do estado. *O Aviso* afirmou que “[...] o tal directório mandado organizar foi simulado, nada representando além dos interesses de um grupo que, bafejado pelas auras do governo do Estado, empolgou todas as posições oficiais da localidade” (A PHILAUCIA em agonia. **O Aviso**. Picos, n. 23, p. 2-3, 16 dez. 1911).

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão ainda lutou pelo seu lugar no PRC, utilizando o jornal *O Aviso* para combater a entrada do Coronel Antônio Rodrigues da Silva no partido. Sem sucesso, as forças do Coronel Joaquim das Chagas Leitão dentro do PRC se esvaíram. Os membros do PRC permitiram a entrada do Coronel Antônio Rodrigues da Silva. Os situacionistas foram bem-sucedidos nos seus planos, restava buscar meios para aumentar o número de sufragistas.

Contrariado, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão ainda travou algumas lutas na imprensa para recuperar o seu lugar dentro do PRC, mas os esforços eram irrelevantes porque as articulações contra ele tinham ganhado dimensão na política no diretório estadual do PRC. O jornal *O Aviso* revelou na notícia “A philaucia em agonia” do dia 16 de dezembro de 1911 que até mesmo o Governador Antonino Freire da Silva estava envolvido na exclusão do Coronel Joaquim das Chagas Leitão do jogo político da cidade de Picos.

Traído e excluído do jogo político local e estadual, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão apelou para os leitores do seu jornal. Pediu para que não votassem nos candidatos ligados ao Coronel Antônio Rodrigues da Silva ou em seu grupo político (PELA Política. **O Aviso**. Picos, n. 24, p. 2, 31 dez. 1911). O Coronel Joaquim das Chagas Leitão tinha uma vantagem no jogo político de Picos, uma vez que possuía a maioria na junta organizadora eleitoral para estruturar as mesas eleitorais, portanto, havia a possibilidade de eleger o Governador se elaborasse uma boa estratégia para alcançar a maioria dos votos nas eleições de 1912. Os discursos do jornal *O Aviso* do final de 1911 mostram que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão não tinha interesse na luta pela administração municipal na eleição de 1912. O seu foco era o candidato Miguel Rosa no cargo de Governador do Piauí.

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão precisava de uma estratégia que envolvesse a sua função de Tabelião Público e o seu veículo de comunicação. No entanto, teria que manobrar os eleitores com a finalidade de direcionar os seus votos para o candidato Miguel Rosa. Em vista disso, a saída que encontrou foi oferecer gratuitamente o reconhecimento de firma para os documentos que seriam submetidos à Junta Organizadora das Mesas Eleitorais. O jornal *O Aviso* publicou uma matéria intitulada “Boletim d’O Aviso”, em 31 de dezembro de 1911,

convocando o eleitorado picoense com o objetivo de reunir o maior número de eleitores da cidade para “negociar” os votos.

O fôlego político do Coronel Joaquim das Chagas Leitão dependia da vitória de Miguel Rosa nas eleições para Governador do Piauí. Para impulsionar a campanha, o jornal *O Aviso* intensificou as propagandas sobre o candidato Miguel Rosa e replicou informações dos veículos de imprensa dos correligionários. Do Ceará, um telegrama informava que nos “artigos publicados imprensa Rio, applaudem candidatura Miguel Rosa, Governador Piauhy combatendo Cruz” (TELEGRAMMAS. **O Aviso**. Picos, n. 19, p. 2, 16 out. 1911).

Apesar de tantas lutas travadas pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão no final do ano de 1911, os arranjos políticos municipais estavam definidos para favorecer o Coronel Antônio Rodrigues da Silva. Este último ganhou as eleições em Picos e assumiu a administração do município entre 1912 e 1916. Nas campanhas estaduais, o candidato Miguel Rosa, apoiado pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão, venceu as eleições e governou de 1912 a 1916.

O jornal *O Monitor*, órgão de Miguel Rosa, fez o trabalho de defesa de Leitão no cenário estadual no período de pós-campanhas eleitorais enquanto o veículo existiu, até 1912. O principal objetivo do impresso era combater os fatos políticos noticiados pelo jornal *O Apóstolo*, fomentados pelo Juiz de Direito Urbano Eulálio. As notícias nos jornais políticos eram baseadas em fatos políticos. Sodré (1999) defende que os impressos, nesse contexto da Primeira República, se preocupavam principalmente com os fatos políticos, ou seja, as informações eram produzidas a partir de questões pessoais, dos atos, pensamentos ou decisões dos sujeitos que protagonizavam o fato político.

Em 1912, as desavenças políticas promoveram a separação entre o Juiz de Direito Urbano Eulálio e o Coronel Antônio Rodrigues da Silva. O jornal *O Apóstolo* do dia 27 de outubro de 1912 publicou o seguinte: “Antônio Rodrigues, guardando embora o tradicional rosario dos antepassados, declarou que não queria negocio com os clericaes, porque assim o determinara o protestante, materialista Antonio Freire” (APOSTOLO. **O Apóstolo**. Teresina, n. 275, p. 2, 27, out. 1912). Esse talvez tenha sido o motivo da separação entre o Coronel Antônio Rodrigues da Silva e o Juiz de Direito Urbano Eulálio, uma vez que este último tinha forte ligação com Elias Martins, redator do jornal *O Apóstolo* de Teresina. Do mesmo modo, em 1917, o jornal *Aviso* mostra a coligação entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio, o que demonstra uma reconfiguração do jogo político partidário naquele ano.

4.2 O Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio combatem os Prefeitos de Picos

4.2.1 Prefeito Antônio Rodrigues da Silva (1912-1916)

Com o “racha” no diretório picoense do PRC em 1911, a estrutura política local se reorganizou: de um lado, estavam o Coronel Antônio Rodrigues da Silva e o Coronel Josino José Ferreira e, do outro, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, sem partido, mas inclinado a uma das facções do Partido Republicano Piauiense (PRP), comandada por Miguel Rosa e Mathias Olympio de Melo²¹ – redatores do jornal *O Monitor* de Teresina.

Os embates da política partidária ganharam força no jornal *O Aviso* nos primeiros meses de 1911. Eram os preparativos para as campanhas eleitorais de 1912. No final de 1911, os confrontos políticos para o processo eleitoral de 1912 se intensificaram. O Coronel Antônio Rodrigues da Silva, pretendente ao cargo de Prefeito de Picos, assumiu o comando na disputa eleitoral do grupo governista. Este último também partiu para os confrontos políticos utilizando a imprensa de Teresina. O grupo situacionista picoense recorreu ao jornal *O Comércio* como arma para combater o jornal *O Aviso*.

O Coronel Antônio Rodrigues da Silva, ocupava, naquele momento, o posto de Presidente do Conselho Municipal e de Agente do Imposto de Consumo. Além disso, o Coronel Antônio Rodrigues da Silva havia recebido os cargos oficiais do município de Picos no governo de Anísio Auto de Abreu (1908–1909). Os benefícios continuaram até o mandato do Governador Antonino Freire da Silva (1910–1912). O Coronel Antônio utilizou os privilégios para pleitear sufrágios na campanha do ano de 1912. Durante o governo de Miguel Rosa (1912-1916) muitas portas se fecharam para o Coronel Antônio Rodrigues da Silva. Além disso, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão combateu fortemente o grupo político do Coronel Antônio Rodrigues da Silva no jornal *O Aviso* e na imprensa de Teresina (NECROLOGIAS. **Aviso**. Picos, n. 91, p. 4, 30 abr. 1918).

O jornal *O Aviso* continuou a retaliar a atuação dos opositores com a matéria “A Encenação da philaucia” de 16 de outubro de 1911, especialmente a do Coronel Antônio Rodrigues da Silva, que interferia no partido do Coronel Joaquim das Chagas Leitão:

²¹ “Em princípios de 1930, por ocasião da campanha eleitoral para a escolha do presidente da república, Mathias Olympio de Melo e a oposição piauiense aderiram ao projeto da Aliança Liberal, apoiando as candidaturas de Getúlio Vargas à presidência e de João Pessoa à vice-presidência” (COUTINHO, [s.d.], p. 1).

[...] me dá como traste imprestável em política, querendo impingir que o pseudo subdirectório organizado na camara escura das conveniências familiares, representa a vontade do Partido Republicano Conservador a que pertenco e tanto outros elementos puros e tradicionaes. (A ENSCENAÇÃO da philaucia. **O Aviso**. Picos, n. 19, p. 1, 16 out. 1911).

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão não pretendia eleger-se como Prefeito nem desejava nomear um correligionário para as disputas eleitorais em Picos no ano de 1912, mas era o principal alvo dos ataques do grupo situacionista. No entanto, tinha interesse de angariar votos para o seu candidato Miguel Rosa, que disputaria a cadeira de Governador do Piauí em 1912. Pode-se inferir que, as campanhas que o coronel Joaquim das Chagas Leitão empreendia eram sempre destinadas aos poderosos que dessem favores na burocracia estadual em troca de votos. Além disso, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão representava uma ameaça porque mantinha muitos sufrágios em seu poder e possuía um veículo de imprensa que representava um importante lugar de fala sobre a política partidária local.

Os conflitos seguintes surgiram na imprensa como resultado das lutas dos grupos de poder local na busca pelos eleitores para a campanha eleitoral de 1916. Os embates da política partidária começaram a se manifestar em 1915. O Coronel Antônio Rodrigues da Silva organizou a máquina pública local a seu favor e conseguiu reeleger-se em 1916. Durante a referida campanha eleitoral, o jornal *Aviso* publicou a matéria “Anno novo”, em 15 de janeiro de 1917, indicando que “o angustioso e tétrico 1915 - marcou, entretanto, uma ephemeridades completa de infortúnios e dissabores para aquelles cuja vida é antes vasto do campo de amargura e tristeza do que de prazeres, de realidade do que de ilusões e phantasias” (ANNO NOVO. **Aviso**. Picos, n. 60, p. 1, 15 jan. 1917).

A partir de 1916, quando Eurípedes Clementino de Aguiar²² (1916-1916) assumiu o governo do estado, os cargos oficiais do município de Picos foram transferidos para o Coronel Josino José Ferreira, do grupo político do Coronel Antônio Rodrigues da Silva. A notícia “Um *comme lesaustes*”²³, publicada pelo jornal *Aviso* em 15 de maio de 1918, mostra que o Coronel Josino José Ferreira e o Coronel Antônio Rodrigues da Silva passaram a nomear os seus correligionários para os cargos estratégicos que afetavam os interesses do Coronel Joaquim das

²² Nasceu em São João dos Matões-MA em 19 de janeiro de 1880. Faleceu em Teresina-PI em 02 de março de 1953. Médico, político e jornalista. Foi eleito Governador e Deputado Estadual de Floriano. Assumiu o governo do estado em 1916, derrotou as forças governistas e conquistou a aprovação da Assembleia Legislativa. No entanto, a sua posse só ocorreu por meio de um habeas-corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Criou a Agência da Capitania dos Portos de Teresina (Decreto nº 713.495, de 12 de maio de 1919). Foi responsável pela implantação dos postos telegráficos de Miguel Alves, Alto Longá e Retiro de Boa Esperança (hoje Esperantina). O governo foi entregue ao seu sucessor, João Luís Ferreira em 1 de julho de 1920. (GONÇALVES, 2003, p. 15).

²³ Em tradução livre, o significado seria: “um como os outros”.

Chagas Leitão. Uma dessas funções, a de Partidor Judicial²⁴, foi dada a José Baldoíno de Barros²⁵, que, segundo o jornal *Aviso*, utilizava critérios próprios na elaboração dos documentos que beneficiassem o Coronel Josino José Ferreira e o Coronel Antônio Rodrigues da Silva, em vez de seguir os preceitos da lei.

A nomeação de José Balduíno de Barros foi estratégica para o Coronel Antônio Rodrigues da Silva e para o Coronel Josino José Ferreira, que conspiravam para prejudicar o Coronel Joaquim das Chagas Leitão em seu ofício. Em maio de 1918, todos os esboços produzidos pelo Partidor Judicial, que deviam receber assinatura do Escrivão, estavam sendo enviados em sua totalidade para o Escrivão interino Ulysses Josino de Araújo Rocha²⁶ – protegido político dos situacionistas. O objetivo era prejudicar o ofício do Coronel Joaquim das Chagas Leitão, bem como cortar os seus rendimentos, desviando os inventários para o Escrivão interino Ulysses Josino de Araújo Rocha.

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão sofreu durante os anos em que o Coronel Antônio Rodrigues da Silva ficou na administração de Picos, entre 1912 a 1918. Isto é, ficou sem estratégias relevantes e poucos aliados fortes para combater o Coronel Antônio Rodrigues da Silva. Na primeira publicação do jornal *Aviso* de 1917, no dia 15 de janeiro, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão reclamou da dor do fracasso: “– Para uns o pranto, aflicção, a dôr e o martyrio, enquanto que para outros – o prazer, a tranquilidade, o gozo e a doçura da vida” (ANNO NOVO. *Aviso*. Picos, n. 60, p. 1, 15 jan. 1917).

Não foi um momento exclusivo de angústia, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão persistiu na imprensa e no campo político. Ele continuou esforçando-se para transmitir uma reputação de bom político através do impresso, como pode ser observado na matéria do jornal *Aviso* de título “Anno novo”, do dia 15 de janeiro de 1917, na qual qualificava-se como um indivíduo que lutava pelo progresso e pela civilidade. Era um sujeito que combatia a todos que fossem contrários aos seus ideais.

O jornal *Aviso* fez um apelo ao eleitorado quando pediu abertura para o progresso da cidade na notícia intitulada “Festas Populares”, do dia 15 de janeiro de 1917, alegando que “a apathia e o atrazo do nosso meio social, infelizmente, em tudo se vai manifestando de modo bem entristecedor para aquelles que sentem n'alma as vibrações da civilisação e do progresso em todos os ramos da actividade humana” (FESTAS Populares. *Aviso*. Picos, n. 60, p. 2, 15

²⁴ Responsável por elaborar as partilhas dos inventários, arrolamentos e/ou separação judicial litigiosa antes da sentença do Juiz.

²⁵ O jornal *O Aviso* não mostra outras informações a respeito de José Baldoíno de Barros.

²⁶ O jornal *O Aviso* não mostra outras informações a respeito de Ulysses Josino de Araújo Rocha.

jan. 1917). Segundo o jornal, depois que o Coronel Antônio Rodrigues da Silva assumiu a cadeira de Prefeito de Picos o crescimento do município estancou. A estratégia do Coronel Joaquim das Chagas Leitão era criar o sentimento de abandono, fazer com que o eleitor acreditasse que a cidade tinha sido esquecida pelos poderes públicos e que a população estava sendo desprezada.

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão não se rendeu, continuou lutando pela posição de líder local, mesmo sem partido, e continuou transmitindo o discurso da cidade abandonada para sensibilizar o eleitorado e combater os adversários políticos. O jornal *Aviso* enfatizava as várias dificuldades que a cidade enfrentava durante o mandato do Coronel Antônio Rodrigues da Silva. O jornal alertou que a batalha continuaria:

Nos, porem, affeitos ás luctas - quaes surdistas amestrados - havemos de nos bater sempre pelo progresso do ubi onde temos assestada a nossa tenda de combate, para a salvação dos naufragos do dever e da civilização, sem encararmos os embates da sorte e do meio (FESTAS Populares. **Aviso**. Picos, n. 60, p. 2, 15 jan. 1917).

Observa-se nos discursos de 1917 do Coronel Joaquim das Chagas Leitão que o propósito da sua luta era o progresso local e o bem-estar da população. No entanto, o político almejava, antes de tudo, o poder e todos os privilégios que tivera outrora.

Os embates que surgiram na sequência eram referentes às cobranças de impostos sobre o dízimo de cereais, como mostra a matéria “Impostos Municipais”, publicada no jornal *Aviso* de 15 de fevereiro de 1917. O imposto foi criado por uma resolução do governo municipal de 1917, durante a administração do Coronel Antônio Rodrigues da Silva. Segundo o jornal *Aviso*, as cobranças estavam acontecendo de forma ilegal e abusiva. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão se opôs ao tributo, uma vez que a agricultura era uma das principais atividades dos seus familiares e aderentes. Diante do exposto, o jornal *Aviso* anunciou a formação de uma corrente reacionária: “A forte aggremação, de indole pacifica que vem de se instituir, não é para desrespeitar os actos de um poder competente, mas para promover pelos meios justos e legaes a nullificação da formula adoptada para a execução de alguns delles” (IMPOSTOS Municipais. **Aviso**. Picos, n. 62, p. 3, 15 fev. 1917).

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão empregou o discurso de que reconhecia a legalidade da tributação, mas incomodava-se porque as informações referentes a resolução do governo municipal não chegavam aos produtores. O jornal *Aviso* publicou, em 15 de fevereiro de 1917, a notícia “Impostos Municipais” apontando que os documentos não foram disponibilizados nos lugares públicos nem enviados para serem divulgados no *Aviso*, embora a

Lei Nº. 579 de 9 de julho de 1910 determinasse a obrigatoriedade da divulgação dos atos municipais no jornal local. Além disso, o jornal *Aviso* denunciou que a cobrança estava sendo realizada por pessoas não habilitadas para o serviço e que o abuso de poder era habitual, visto que os fiscais recebiam suprimentos como parte do pagamento da dívida e não entregavam um comprovante de pagamento do imposto aos produtores.

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão exigiu que as cobranças dos impostos fossem feitas pelo Coletor Estadual, José Joaquim Pereira Nunes, responsável por coordenar a arrecadação dos impostos em Picos. Além disso, solicitou que os impostos fossem lançados através das notas de pagamentos e que publicassem os relatórios na imprensa para garantir a transparência do processo (IMPOSTOS Municipais. *Aviso*. Picos, n. 62, p. 3, 15 fev. 1917).

Na segunda metade de 1917, a cidade de Picos passou por um momento de agitação gerado pelo reposicionamento dos sujeitos nos arranjos políticos, o que incomodou o Prefeito Coronel Antônio Rodrigues da Silva. O então Juiz de Direito Urbano Eulálio designou o Coronel Joaquim das Chagas Leitão – que nesse contexto ocupava o cargo de Chefe do PRA na cidade de Picos – para desempenhar a função de Escrivão do alistamento eleitoral, que antes era do Escrivão interino Ulysses Josino de Araújo Rocha. Ou seja, o Juiz de Direito Urbano Eulálio mudou o seu direcionamento político e se aliou ao Coronel Joaquim das Chagas Leitão.

A matéria intitulada “Alistamento Eleitoral”, do dia 15 de agosto de 1917, trata da nomeação do Coronel Joaquim das Chagas Leitão, pelo Juiz de Direito Urbano Eulálio, para o cargo de Escrivão do alistamento eleitoral. O subtítulo da notícia “os murmúrios dos despeitados” confirma que a nomeação não agradou o Coronel Antônio Rodrigues da Silva porque o Escrivão interino Ulysses Josino de Araújo Rocha, seu correligionário, havia sido afastado do cargo de Escrivão do alistamento eleitoral para que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão assumisse. O Coronel Antônio Rodrigues dependia dos arranjos de Ulysses Josino de Araújo Rocha no cargo de Escrivão do alistamento eleitoral para garantir o alistamento dos seus eleitores.

O Juiz de Direito Urbano Eulálio trocou o Escrivão do alistamento eleitoral alegando que o interino Ulysses Josino de Araújo Rocha não tinha maturidade suficiente para o cargo, enquanto o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, segundo ele:

[...] atendi tão somente a competência e actividade desse antigo serventuário de justiça, conhecido em todo o Estado pela sua inteligência e operosidade, sem de modo algum preocupar-me com a sua côr política, pois o meu amigo

deve saber que não sou político (ALISTAMENTO eleitoral. **Aviso**. Picos, 1917, n. 74, p. 1, 15 ago. 1917).

O Escrivão interino do alistamento eleitoral Ulysses Josino de Araújo Rocha trabalhava em prol do grupo político do Coronel Antônio Rodrigues da Silva e foi substituído porque atrapalharia as estratégias do Juiz de Direito Urbano Eulálio no processo de revisão dos alistamentos eleitorais.

Observa-se uma virada no jogo político da cidade de Picos em 1917. É provável que o Juiz de Direito Urbano Eulálio tenha irritado-se com a cisão entre o Prefeito Coronel Antônio Rodrigues e Elias Martins – representante da União Popular e correligionário do Juiz de Direito Urbano Eulálio.

Também é provável que o afastamento do Prefeito Coronel Antônio Rodrigues da União Popular, para fazer parte do PRC, tenha sido ultrajante para o Juiz de Direito Urbano Eulálio, visto que este último contribuiu com a ascensão do Coronel Antônio Rodrigues da Silva ao poder local com a ajuda do Doutor Elias Martins e do jornal *O Apóstolo*. Contrariado, o Juiz de Direito Urbano Eulálio uniu-se com o Coronel Joaquim das Chagas Leitão em 1917 com o objetivo de refrear os poderes políticos do Coronel Antônio Rodrigues da Silva. Enfraquecido na política local, o Coronel Antônio Rodrigues da Silva recorreu aos seus aliados – o Coronel Josino José Ferreira e o Coronel Francisco Santos – para combater o Juiz de Direito Urbano Eulálio e o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Na entrevista realizada com o Juiz de Direito Urbano Eulálio, publicada pelo jornal *Aviso* no dia 15 de agosto de 1917 com o título “Alistamento eleitoral”, o magistrado deixou claro que o seu cargo fundamentava-se na imparcialidade e se posicionou contra o Prefeito Coronel Antônio Rodrigues da Silva, afirmando que nunca tinha sido a favor do grupo do administrador municipal.

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão concedeu um espaço privilegiado de fala no jornal *Aviso* ao seu novo aliado, o Juiz de Direito Urbano Eulálio. Na segunda metade de 1917, o jornal *O Piauí* de Teresina passou a atacar o Juiz de Direito Urbano Eulálio a pedido do Coronel Antônio Rodrigues da Silva; e o *Aviso* rebatia prontamente em defesa do Juiz de Direito Urbano Eulálio. O *Aviso* publicou a matéria com subtítulo “Fala o Dr. Juiz de Direito”, no dia 15 de agosto de 1917, para divulgar na sociedade picoense a cisão entre o Juiz de Direito Urbano Eulálio e o Coronel Antônio Rodrigues da Silva. O *Aviso* pretendia, com isso, desestruturar a campanha do Coronel Antônio Rodrigues da Silva para as eleições do ano de 1918.

Observa-se pela fala do Juiz de Direito Urbano Eulálio, publicada no jornal *Aviso*, que o Coronel Antônio Rodrigues pediu a sua ajuda para ganhar as eleições municipais de 1916²⁷ (quadriênio administrativo 1916–1920): “Ficou celebre o modo porque elle me pedia que o auxiliasse no ultimo pleito, quando disia-me: – ‘Dr. ajude me a largar essa derradeira...e disse uma palavra que causou hilaridade geral’” (ALISTAMENTO eleitoral. *Aviso*. Picos, 1917, n. 74, p. 2, 15 ago. 1917). Contudo, o magistrado recusou o pedido. No entanto, fica subentendida a participação do Juiz de Direito Urbano Eulálio na campanha para eleger o Coronel Antônio Rodrigues da Silva nas campanhas de 1916. Diante disso, o Coronel Antônio Rodrigues da Silva, contrariado, produziu fatos políticos e atacou o magistrado no jornal *O Piauí*, de Teresina.

O jornal *Aviso* reproduziu a matéria “Mão cheia de pedras”, publicada pelo jornal *A Notícia*, também de Teresina, em defesa do Coronel Joaquim das Chagas Leitão: “Perdoamos a ‘O Piauí’, em nome do Coronel Leitão, as injurias que lhe assaca, filhas do despeito, do desespero de um desastre irremediável e, sobretudo, de senilidade physica e política do contemporâneo” (A NOTÍCIA. *Aviso*. n. 78, p. 3, 15 out. 1911).

O Coronel Antônio Rodrigues da Silva empenhou-se para arranhar a imagem do Juiz de Direito Urbano Eulálio na esfera política estadual. O Coronel Antônio Rodrigues da Silva recorreu ao jornal *O Piauí* para culpar o Juiz de Direito Urbano Eulálio por tudo de ruim que havia acontecido em Picos nos últimos tempos: o arrombamento da cadeia de Picos (1910), a vitória do Governador Antônio Freire (1910), o cerco à casa do Capitão José Polycarpo em Picos na eleição do Senador Abdias Neves (1915) e a criação do imposto local sobre os cereais (1917).

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão entrou no embate e no dia 15 de setembro de 1917 publicou a matéria “Engodo e fraude”, no seu jornal *Aviso*, para salvaguardar a imagem do Juiz de Direito Urbano Eulálio, declarando que o Coronel Antônio Rodrigues da Silva só tinha popularidade política em meio aos indivíduos que estavam nos cargos oficiais de Picos mantidos por ele. Além disso, denunciou por meio do jornal *Aviso* que o Coronel Antônio Rodrigues da Silva estava cobrando “impostos de dízimo” ilegalmente com o objetivo de produzir “prova de renda” com o intuito de aumentar o seu número de eleitores. O Juiz de Direito Urbano Eulálio entrevistou e barrou a execução das cobranças.

²⁷ As eleições municipais aconteceram em 15 de outubro de 1916 (Cf. ELEIÇÕES. *Mensagens do Governador do Piauí para Assembléia (PI)*. Teresina, n. 1, p. 27, 1 jun. 1921).

Sabemos que o Sr. Antonio Rodrigues da Silva, chefe situacionista do Riachão [...] acostumado às trapaças eleitorais e grande covoqueiro, mesmo na arte de eleições à *bico de penna*, cujo passamento elle carpe na dolencia do fugitivo e crespo passado das cousas faceis - para puder fazer a prova da *renda* dos phosphoros que tenta a todo o transe impingir (ENGODO e fraude. **Aviso**. Picos, n. 76, p. 2, 15 set. 1917).

Uma vez afastado do grupo político do Coronel Antônio Rodrigues da Silva, o Juiz de Direito Urbano Eulálio foi amparado pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o seu jornal. Todas as contestações feitas pelo Coronel Antônio Rodrigues da Silva sobre as revisões do alistamento eleitoral desferidas contra o magistrado eram combatidas veementemente pelo jornal *Aviso*, como, por exemplo, pode ser observado no enunciado abaixo:

[...] o Dr. Urbano Maria Eulalio, integro Juiz de Direito desta comarca, está sendo victima de calumniosas acusações de inimigos rancorosos e gratuitos, mas ainda assim continuará altivo e impavido cumprindo sempre, sem odio nem prevenções, mas com toda imparcialidade, correção e justiça, os deveres do seu honroso e espinhosissimo cargo (O PODER das trevas. **Aviso**. Picos, n. 78, p. 1, 15 out. 1917).

No final do ano de 1917, a situação política do Coronel Joaquim das Chagas Leitão no cenário picoense ainda era desfavorável. Para agravar a situação, o jornal *O Piauí* foi amplamente utilizado pelo Coronel Josino José Ferreira para acusar o Coronel Joaquim das Chagas Leitão de obstruir o alistamento dos eleitores do Coronel Antônio Rodrigues em Picos. Os ataques foram motivados pela coligação do Coronel Joaquim das Chagas Leitão com o Juiz de Direito Urbano Eulálio.

A participação do Coronel Josino José Ferreira nas lutas políticas se intensificou no final do ano de 1917. No entanto, antes, ele operava nos bastidores articulando em benefício do grupo situacionista formado pelo Coronel Antônio Rodrigues da Silva e pelo Coronel Francisco Santos. A aversão do Coronel Josino José Ferreira pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão era fruto de um fato antigo. Começou em 1896, quando o Governador José Coriolano de Carvalho e Silva rompeu politicamente com Helvídio Clementino de Sousa Martins – oligarquia que comandava o cenário local no final do século XIX. Essa cisão política provocou a queda do poder dos Sousa Martins na cidade de Picos, gerando, a partir disso, uma corrida das oligarquias do município de Picos, que disputaram o lugar de poder dos Sousa Martins.

O Coronel Josino José Ferreira e o Coronel Joaquim das Chagas Leitão foram os mais ávidos nessa competição. A notícia “Odio antigo”, publicada em 30 de outubro de 1917 no jornal *Aviso*, denota que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão se sobressaiu na batalha contra

o Coronel Josino José Ferreira porque era apadrinhado político do Governador José Coriolano de Carvalho e Silva (1892–1896).

O atrito se intensificou em 1896, quando o Coronel Joaquim das Chagas Leitão não entregou as funções oficiais do município de Picos – concedidos pelo Governador José Coriolano de Carvalho e Silva – aos parentes e correligionários do Coronel Josino José Ferreira. Os cargos não seriam entregues, pois eram moedas de troca para engendrar os votos de cabresto. Para além desta questão, salienta-se também que o apoio do Governador José Coriolano de Carvalho e Silva ao Coronel Joaquim das Chagas Leitão fora, aliás, o motivo dos vários embates entre o Coronel Josino José Ferreira e o Coronel Joaquim das Chagas Leitão na política picoense.

Em outubro de 1917, o Coronel Josino José Ferreira começou a acusar o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, através do jornal *O Piauí*, de utilizar a função de Escrivão eleitoral para prejudicar o Coronel Antônio Rodrigues da Silva durante os alistamentos. Para rebater as acusações, o jornal *Aviso* publicou a matéria “Ódio antigo”, em 30 de outubro de 1917, denunciando que o Coronel Antônio Rodrigues da Silva costumava utilizar a prática ilegal do “bico de pena”²⁸ como meio para ganhar as eleições. Além disso, acusava também que o Coronel Antônio Rodrigues da Silva havia fugido com os fiscais após a finalização das votações para fraudar o resultado das eleições federais do dia 30 de janeiro de 1915.

Com a entrada do Coronel Josino José Ferreira nos embates políticos locais de 1917, a situação do Juiz de Direito Urbano Eulálio piorou. Com a intenção de prejudicar o Juiz de Direito Urbano Eulálio também no campo jurídico, o Coronel Josino José Ferreira criou uma estratégia intimidadora: procurou o Juiz de Direito da 1ª vara de Teresina para delatar o magistrado, alegando que o mesmo estaria despachando os alistamentos eleitorais a partir de pretensões políticas pessoais. Em razão disso, o Juiz de Direito Urbano Eulálio foi orientado pela instância da capital a cumprir a lei com rigor para não sofrer sanções na sua judicatura.

A notícia “Rasões finaes ao libelo josinico articulado contra o Dr. Urbano Eulálio ao Juiz de Direito dessa comarca”, publicada no jornal *Aviso* do dia 15 de dezembro de 1917, revela que o Juiz de Direito Urbano Eulálio indeferiu as solicitações de alistamento dos eleitores do Coronel Antônio Rodrigues da Silva, alegando a omissão de documentos e/ou fraude nas comprovações necessárias para a capacidade eleitoral. Por esse motivo, o Juiz de Direito

²⁸ A prática do “bico de pena”, segundo Nicolau (2012, p. 52) “vem do Império e se refere às diversas manipulações feitas pelas mesas eleitorais na redação dessas atas (falsificação de assinaturas para contabilizar votos de eleitores que faltavam, adulteração das cédulas). No extremo, a eleição nem se realizava, cabendo aos controladores da política a feitura da ata, preenchida com dezenas de assinaturas falsas”.

Urbano Eulálio passou a ser hostilizado pelos Coronéis Antônio Rodrigues da Silva e Josino José Ferreira através do jornal *O Piauí*, de Teresina.

O jornal *Aviso* aproveitou tal acontecimento para criar um fato político em torno do fracasso do Coronel Josino José Ferreira e publicou:

A sua campanha ingloria concorreu apenas para melhor realçar a fama merecida de que sempre gosou o Dr. Urbano Maria Eulalio: – modelo de juiz recto que consagra verdadeiro culto a justiça e a lei, ao passo que o Sr. Josino Ferreira que se arroga em vestal da lei eleitoral, não passa de um consumado arauto de sua violação (RASÕES finais ao libelo josinico articulado contra o Dr. Urbano Eulálio ao juiz de direito dessa comarca. **Aviso**. Picos, n. 82, p. 1, 15 dez. 1917).

O Coronel Josino José Ferreira utilizou o jornal *O Piauí* para acusar o Juiz de Direito Urbano Eulálio de atender aos interesses políticos do Coronel Joaquim das Chagas Leitão no processo de alistamento eleitoral. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão publicou no *Aviso* a notícia “Rasões finais ao libelo josinico articulado contra o Dr. Urbano Eulálio ao Juiz de Direito dessa comarca”, em 15 de dezembro de 1917, para defender a imparcialidade do Juiz de Direito Urbano Eulálio.

O Coronel Josino José Ferreira queria aumentar os seus eleitores na cidade de Picos com a intenção de transferir os votos locais para os candidatos do PRC, que disputariam as eleições para Presidente, Deputados e Senadores em 1918. O seu objetivo era receber benefícios da política partidária, como os empregos públicos, em troca dos sufrágios. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão denunciou, através da matéria “Recursos eleitoraes” publicada no jornal *Aviso* de 15 de dezembro de 1917, que o Coronel Josino José Ferreira e o Coronel Antônio Rodrigues da Silva se valiam de documentos fraudados – para a comprovação de renda e de residência – no processo de alistamento eleitoral. Existia o risco de o eleitor sair prejudicado, uma vez que era alta a probabilidade de os documentos arrançados não serem legitimados pelo Presidente da comissão. Inclusive, sobre isso, o jornal *O Aviso* alertou:

O alistando sertanejo que se precavenha, portanto, e fique sabendo que o eleitor que se alistar em mais de um municipio do mesmo estado ou de unidade federal differente, incorrerá na multa de 500\$ a 1:000\$ e na pena de prisão por 6 meses, alem de ficar privado de seus direitos politicos durante 10 annos (art. 30 paragrapho unico da lei 3.139) (RECURSOS eleitoraes. **Aviso**. Picos, n. 82, p. 3, 15 dez. 1917).

Em 15 de janeiro de 1918, o jornal *Aviso* editou a notícia “Um sonho do racha” mostrando que a Junta de Recursos de Teresina recebeu treze solicitações do Coronel Josino

José Ferreira contra as decisões do Juiz de Direito de Picos, Urbano Eulálio, referentes aos alistamentos eleitorais. No entanto, o requerente, Coronel Josino José Ferreira, logrou êxito em somente um dos recursos dos quais pediu revisão. Derrotado, o Coronel Josino José Ferreira viajou para a sua fazenda na localidade Riachão²⁹, em janeiro de 1918, com a finalidade de fazer arranjos políticos e/ou de garimpar eleitores, segundo a matéria “Um sonho do racha”.

O Coronel Antônio Rodrigues da Silva intensificou o envolvimento do Coronel Francisco Santos nas questões políticas pensando nas próximas disputas eleitorais de Picos, previstas para 1920. Para isso, criou o jornal *O Rebate*, que visava intensificar as propagandas políticas e combater os discursos do jornal *O Aviso*. O impresso circulou na cidade de Picos em 15 de janeiro 1918³⁰.

O Coronel Francisco Santos imprimia *O Rebate* em Teresina e o distribuía em Picos com a finalidade de atacar o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, o Juiz de Direito Urbano Eulálio e o PRA. O jornal *O Rebate* transmitiu uma reação à nota intitulada “Dr. Joaquim Pires”, de 15 de janeiro de 1918, por ter divulgado o nome do Joaquim Pires Ferreira como candidato a Deputado Federal, nas eleições de 1º de março de 1918, pelo PRA – partido que tinha o Coronel Joaquim das Chagas Leitão como presidente local. Além de imprimir a foto de Joaquim Pires Ferreira na primeira página, o jornal *O Rebate* também desferiu ataques a ele.

O jornal *O Rebate* também se empenhou em abalar a imagem do Coronel Joaquim das Chagas Leitão e do Juiz de Direito Urbano Eulálio, buscando imprimir na opinião pública a concepção de que os dois deliberavam sobre o processo de alistamento eleitoral a partir de intenções particulares. O jornal *O Rebate* também tentava desqualificar as mudanças sofridas pela legislação eleitoral em relação às provas de renda e de residência, uma vez que estas medidas dificultavam as estratégias políticas do Coronel Josino José Ferreira, do Coronel Antônio Rodrigues da Silva e do Coronel Francisco Santos para conquistar votos.

Por meio da matéria “O josinico pasquim”, publicada pelo *Aviso*, no dia 28 de fevereiro de 1918, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão defendeu a decisão do Juiz de Direito Urbano Eulálio de não aceitar as “escrituras particulares de compra e venda de imóveis”, que serviam como comprovação de renda e de residência dos eleitores do Coronel Antônio Rodrigues da

²⁹ A localidade Riachão (Fazenda Riachão) teve a sua emancipação política em 1956 com o nome de Monsenhor Hípólito, de acordo com a Lei N.º 1.445 de 30 de novembro de 1956. (IBGE, [s.d], p. 1).

³⁰ O jornal *Aviso* menciona somente uma edição do jornal *O Rebate*. Entende-se que somente uma edição desse impresso tenha circulado na cidade de Picos. Através do jornal *Aviso* é possível questionar o dado apontado por Deus (2001, p. 86) de que o jornal *O Rebate* teria circulado em 1913 (Cf. O JOSINICO PASQUIM. *Aviso*. Picos, n. 87, p. 1, 28 fev. 1918). [Não foram encontradas edições do jornal *O Rebate* nos acervos digitais consultados para a construção dessa pesquisa.](#)

Silva, alegando que os documentos não preenchiam as formalidades legais (O JOSINICO PASQUIM. **Aviso**. Picos, n. 87, p. 1, 28 fev. 1918).

Enquanto o grupo político do Coronel Antônio Rodrigues da Silva tentava, de toda forma, produzir documentos para a comprovação de renda e de residência dos seus eleitores, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio buscavam elementos jurídicos para embasar os seus discursos e justificar a exclusão dos eleitores do Coronel Antônio Rodrigues da Silva. Através do jornal *Aviso*, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Presidente da comissão de alistamento eleitoral, o Juiz de Direito Urbano Eulálio, procuraram comprovar que os documentos³¹ apresentados pelos eleitores do Coronel Antônio Rodrigues da Silva não atendiam às exigências da legislação:

[...] diversos alistandos, para prova da renda e residencia, juntavam escripturas particulares de compra e venda de immoveis, sem preencherem as formalidades legaes da transcrição exigida como um dos meios da aquisição da propriedade immovel, pelo art. 530 n.º I do já citado Código Civil (O JOSINICO PASQUIM. **Aviso**. Picos, n. 87, p. 1, 28 fev. 1918).

O Coronel Josino José Ferreira observou que em outras comarcas do Piauí os juízes estavam aceitando “contratos de locação de serviços” como prova de renda. Por isso, o Juiz de Direito de Picos passou a exigir que estes documentos fossem feitos por Escritura Pública e inscritos no registro de hipoteca. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão justificou que a decisão do Juiz de Direito estava garantida pela lei e que tinha a finalidade de evitar as fraudes no processo eleitoral. Porém, parecia tratar-se de uma estratégia acordada entre o Escrivão e o magistrado para reduzir os sufrágios do grupo situacionista.

No início de 1918, o tabelião interino Ulysses Josino de Araújo Rocha tentou fraudar “contratos de locação de serviços³²” para comprovar a renda de alguns eleitores a pedido do Coronel Josino José Ferreira. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão até destaca na notícia “O josinico pasquim” que o Juiz de Direito Urbano Eulálio “só aceitaría os contractos de locação de serviços ‘quando feitos por escriptura pública inscripta no registro de hypothecas’” para

³¹ Segundo o Art. 17 da Lei Rosa e Silva, Nº 1.269 de 15 de novembro de 1904, “O cidadão que quizer alistar-se apresentará pessoalmente, á comissão, requerimento por elle escripto, datado e assignado, reconhecido a firma por tabellião do logar, e do qual consta, além do nome, idade, profissão, estado e filiação do alistando, a affirmação de sua residencia no municipio por mais de dois mezes, de que sabe ler e escrever, e de que é maior de 21 annos.” Além disso, o Art. 18, determina que tais informações deveriam ser comprovadas através de documentos perante a comissão de alistamento eleitoral” (BRASIL, 1904, p. 1).

³² Contrato no qual uma das partes se obriga a prestar uma atividade à outra em troca de pagamento. É um contrato bilateral, oneroso e consensual.

evitar as fraudes nas provas de renda aplicadas pelo Tabelião interino Ulysses Josino de Araújo Rocha (O JOSINICO PASQUIM. **Aviso**. Picos, n. 87, p. 1, 28 fev. 1918).

O jornal *Aviso* publicou na coluna “Telegrammas” do dia 28 de fevereiro de 1918 que “Francisco Santos, com taes contractos, alistou até mesmo os zeladores (criados) dos armazens da casa commercial Lourenço Pereira & Sobrinho” (TELEGRAMMAS. **Aviso**. Picos, n. 87, p. 2, 28 fev. 1918). O jornal *Aviso* dizia ainda que os funcionários do Coronel Francisco Santos estavam entre os aprovados pelo Juiz de Direito Urbano Eulálio em relação à prova de renda; não obstante, muitos outros candidatos ao alistamento foram barrados com claros indícios de fraude, segundo o *Aviso*.

Contrariado por não ter conseguido alistar todos os seus eleitores com os documentos arranjados pelo Tabelião interino Ulysses Josino de Araújo Rocha, o Coronel Francisco Santos foi a Teresina em fevereiro de 1918 para solicitar o apoio do Governador Eurípedes Clementino de Aguiar (1916-1920) com a intenção de desestruturar os projetos do Coronel Joaquim das Chagas Leitão, bem como tentar empastelar o jornal *Aviso*. No dia 28 de fevereiro de 1911, o veículo divulgou as ameaças do Coronel Francisco Santos contra o Coronel Joaquim das Chagas Leitão com o título “A’s urnas”:

Certos da derrota em pleito livre, manda exigir do amo um forte contingente de força policial que acaba de chegar, para impedir a opposição e o exercício do voto e faser o empastellamento da typographia desta folha, segundo, sem rebuço, declara o Sr. Santos, ha pouco chegado da capital, onde fôra receber instrucções do governo para objectivar o seu maligno e criminoso intento (A’S URNAS. **Aviso**. Picos, n. 87, p. 3, 28 fev. 1918).

Nessa onda de revolta e poder, o Coronel Francisco Santos também tentou intimidar os eleitores que estavam sob o comando do Coronel Joaquim das Chagas Leitão, com a ameaça de “espingardeamento” durante o processo eleitoral. Porém, segundo o jornal *Aviso*:

[...] ao em vez de amedrontar o brioso e altivo eleitorado opposicionista, que forma a grande maioria do nosso corpo eleitoral, deve ser motivo para mais se avigorar, precaver e unir na acção da repulsa aos desatinos desses cogumelos politicos que só encontram apoio nas bayonetas da policia (A’S URNAS. **Aviso**. Picos, n. 87, p. 3, 28 fev. 1918).

O Coronel Josino José Ferreira bateu novamente à porta do jornal *O Piauí* para convidar o eleitorado – somente os que já portavam o título – a participar de duas reuniões, organizadas pelo seu grupo, que aconteceram nas localidades Aroeiras e Ipueiras, no Piauí. Certamente, o encontro foi organizado para orientar os eleitores e prepará-los para votar em

candidatos do PRC nas eleições para Presidente, Deputados e Senadores, no dia 1º de março de 1918. Além disso, o Coronel Josino José Ferreira aproveitou a oportunidade para, mais uma vez, atacar o Juiz de Direito Urbano Eulálio e o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. O jornal *Aviso* reproduziu a notícia veiculada pelo jornal *O Piauí* no dia 24 de janeiro de 1918:

Grandes teem sido as dificuldades que temos encontrado na manutenção de nossos direitos inculcados pela perversidade de dois homens entregues digo homens encarregados do alistamento eleitoral deste município, os quaes aproveitando-se dos cargos que indignamente exercem, não trepidam em praticar toda sorte de abusos e prevaricação, com tanto que d'ahi tirem algum proveito politico (DOCUMENTO da inépcia. **Aviso**. Picos, n.87, p. 4, 28 fev. 1918).

No dia 15 de março de 1918, o jornal *Aviso* informou os resultados das eleições para Presidente, Deputados e Senadores na matéria intitulada “A vitória de 1º de março”. Os candidatos apoiados pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão obtiveram a maioria dos votos em Picos. Ele estava certo quando disse, na edição do dia 28 de fevereiro 1918 do *Aviso*, que tinha a maioria dos votos na cidade de Picos. As estratégias do Coronel Joaquim das Chagas Leitão e do Juiz de Direito Urbano Eulálio produziram efeitos nas urnas, mesmo com as ações violentas empreendidas pelos Coronéis Antônio Rodrigues da Silva, Francisco Santos e Josino José Ferreira, para hostilizar o eleitorado e para fraudar o processo no dia das eleições. Sobre as agressões, o jornal relatou que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão ameaçou atirar contra os policiais, a serviço do Coronel Josino José Ferreira, que se amotinaram contra os seus eleitores:

A tentativa de espingardeamento do eleitorado oposicionista, foi posta em pratica pela policia, no dia anterior, na chegada do mesmo eleitorado á casa do nosso venerando chefe Coronel Leitão, mas repellida na altura, de modo que a josinica gente recuou, deixando de levar ao fim o tenebroso plano (A VICTORIA DE 1º DE MARÇO. **Aviso**. Picos, n. 88, p. 1, 15 mar. 1918).

O resultado das eleições de 1918 mostrou que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio tinham ampliado os seus poderes no campo político picoense e piauiense. É importante observar que os dois construíram estratégias para desbancar o Coronel Antônio Rodrigues da Silva e o seu grupo, mesmo sem desfrutarem da máquina pública e dos cargos oficiais do município de Picos – principais instrumentos para a prática clientelista.

Em decorrência das vitórias dos aliados do Coronel Joaquim das Chagas Leitão nas urnas em 1918, os ânimos permaneceram exaltados na política picoense. O Coronel Josino José

Ferreira lançou o jornal *O Reboque*³³ na tentativa de refrear os discursos do jornal *Aviso*. *O Reboque* também foi impresso em Teresina e tinha a mesma proposta combativa do jornal *O Rebate*, posto em circulação em fevereiro de 1918 pelo Coronel Antônio Rodrigues da Silva. No dia 15 de abril de 1918, o *Aviso* publicou a notícia “Desmascarando embustes”, esclarecendo que *O Reboque* não passava de um pasquim, sem periodicidade, que aparece ocasionalmente, lançado somente porque o jornal *O Piauí* não estava mais disponibilizando espaço para os “indigestos e longos relembrórios” do Coronel Josino José Ferreira.

O Reboque questionava a integridade e o decoro do Juiz de Direito Urbano Eulálio no processo de admissão dos jurados eleitorais no processo eleitoral de 1918. A denúncia era que o Juiz havia aceitado indivíduos sem renda³⁴. Na matéria “Desmascarando embustes” do dia 15 de abril de 1918, o jornal *Aviso* alegou que, apesar de fazer parte do Conselho Municipal responsável pela organização da lista de jurados, o Coronel Josino José Ferreira não fez a reclamação da suposta irregularidade em prazo definido pelo artigo 31 da Lei local nº 652 de 25 de julho de 1911, que trata sobre a exclusão das pessoas indevidamente contempladas na lista. Outrossim, em defesa do Juiz de Direito Urbano Eulálio, o jornal *Aviso* informou que a renda deixou de ser exigida pela referida lei. Sobre o assunto, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão explicou:

O Sr. Josino disia, entre outras mecomelicas cousas, na fertilidade de sua imaginação enfermiça, que um dos requisitos para ser jurado era a posse de renda de 800\$000, que os reclamantes não tinham, accrescentava; argumentando assim com uma lei derogada – a de n.º 528, de 6 de julho de 1909” (DESMASCARANDO embustes. *Aviso*. Picos, n. 90, p. 2, 15 abr. 1918).

O Coronel Josino José Ferreira também denunciou no jornal *O Reboque*, na edição de maio de 1918, que o Juiz de Direito Urbano Eulálio abriu a urna do júri sem a presença de um dos claviculários³⁵, sugerindo que ele havia fraudado o resultado. O jornal *Aviso* contestou e, de pronto, publicou, no dia 15 de abril de 1918, uma defesa pautada em dois documentos que salvaguardavam a lisura do magistrado: o “termo de recolhimento das cédulas” e o “termo de sorteio dos 28 jurados sorteados para servirem na 1ª seção judiciária do corrente anno,

³³ *O Reboque* foi referenciado pelo jornal *Aviso* somente nas duas edições do mês de abril de 1918 (n. 89 e n. 90). Diante disso, é possível sugerir que o impresso tenha circulado por um curto período. [Não foram encontradas edições do jornal O Reboque nos acervos digitais consultados para a construção dessa pesquisa.](#)

³⁴ Pela Lei de 3 de dezembro de 1841 só eram considerados aptos para serem jurados os cidadãos que pudessem ser eleitores (FERREIRA, 2005, p. 245). Para ser eleitor, o cidadão precisava ter “renda líquida anual não inferior a 200\$000, por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego” (FERREIRA, 2005, p. 232).

³⁵ Responsável pela guarda e posse de chaves que podem ser utilizadas para acessar serviços, escritórios e dependências relacionadas às instalações judiciárias.

convocada para o dia 6 de Maio de 1918” (DESMASCARANDO embustes. **Aviso**. Picos, n. 90, p. 2, 15 abr. 1918).

Nas eleições de março de 1918, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio obtiveram a maioria dos votos na cidade de Picos para elegerem seus candidatos; por isso, *O Reboque* começou a atacar os dois. *O Reboque* queria que a sociedade picoense enxergasse o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Juiz de Direito Urbano Eulálio, autoridades do judiciário de Picos, como fraudadores do processo eleitoral.

Para se defender das acusações de fraude imputadas pelos Coronéis Josino José Ferreira e Francisco Santos, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão reservou uma página do *Aviso* para publicar a matéria de título “A fraude em acção” a fim de divulgar as sentenças incriminatórias do Juiz de Direito Urbano Eulálio contra o Tabelião interino Ulysses Josino de Araújo Rocha e o Oficial do Registro Civil Vicente de Paula Sousa. Os documentos, segundo o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, comprovavam as trapaças no processo de alistamento eleitoral nas campanhas de 1918 praticadas pelos dois acusados. Um dos documentos assinados pelo Juiz de Direito, Urbano Eulálio, transcrito pelo jornal *O Aviso*, relatava:

Considerando que ha tempo chegou ao meu conhecimento que o tabelião interino Ulysses Josino de Araújo Rocha, de accordo com o seu parente collector José Joaquim Pereira Nunes, e em obediência as instrucções do Sr., Josino José Ferreira, da Capital do Estado e Antonio Rodrigues da Silva, deste municipio, está fornecendo documentos falsos para allistandos, seus adeptos, dos referidos senhores (A FRAUDE em acção. **Aviso**. Picos, n. 91, p. 2, 30 abr. 1918).

O jornal *Aviso* noticiou em 15 de abril de 1918, com o título “Desmascarando embustes”, que Miguel Rosa saiu em defesa do Coronel Joaquim das Chagas Leitão durante os debates/confrontos que surgiram no decorrer dos trabalhos de apuração dos votos federais³⁶ na Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 1 de abril de 1918. Na ocasião, Miguel Rosa denunciou que o Coronel Josino José Ferreira teve ajuda do Governador Eurípedes Clementino de Aguiar (1916-1920) para agredir o eleitorado do Coronel Joaquim das Chagas Leitão durante as campanhas de 1918 em Picos. Sobre esse embate, que aconteceu na Assembleia Legislativa do Piauí, o *Aviso* publicou: “caso Picos foi muito debatido. O sr. Josino Ferreira agrediu torpemente o Dr. Urbano e o Coronel Leitão, sendo esmagado, em replica, pelos doutores

³⁶ Os representantes dos partidos participavam do processo de apuração dos votos estaduais que acontecia na Assembleia Legislativa. Na era pré-Justiça Eleitoral – o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) começou a funcionar em 20 de maio de 1932 – o reconhecimento dos candidatos vencedores cabia ao Poder Legislativo — ao Senado e à Câmara no nível federal, e às Assembleias Legislativas nos níveis estadual e municipal (WESTIN, 2022, p. 1).

Abdias e Miguel Rosa. Amigos evitaram scena pugilato primeiro” (DESMASCARANDO embustes. **Aviso**. Picos, n. 90, p. 2, 15 abr. 1918).

O Prefeito de Picos, Coronel Antônio Rodrigues da Silva, faleceu no dia 20 de abril de 1918, vinte dias após as brigas geradas pela apuração das eleições municipais em Teresina. A partir deste momento, o Vice-prefeito Coronel Francisco Santos assumiu a administração de Picos. Após o falecimento do Coronel Antônio Rodrigues da Silva, a situação política picoense ficou chefiada pelos Coronéis Francisco Santos e Josino José Ferreira. Estes dois últimos apoiaram a candidatura de João Luiz e Raymundo Borges para Governador e Vice-governador do Piauí, pelo PRC (PIAUHY. **O Paiz**. Rio de Janeiro, n. 12.689 p. 6, 8 jul. 1919). O Coronel Francisco Santos se reelegeu nas eleições seguintes e assumiu a Intendência de Picos de 1920 a 1924.

4.2.2 Prefeito Francisco Santos (1918-1928)

Com a morte do Coronel Antônio Rodrigues em 1918, o Coronel Francisco Santos assumiu a administração de Picos e deu andamento aos embates com o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. As brigas entre o Coronel Francisco Santos e o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, motivadas pelo interesse na manutenção do poder e pela necessidade de captar votos, duraram de 1918 a 1928.

Os acervos consultados para a análise em questão não dispõem de exemplares do jornal *Aviso* dos anos de 1919 e 1920; e a quantidade de material dos anos de 1921 e 1922 é reduzida. Apesar disso, foi possível observar alguns embates locais entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Coronel Francisco Santos que corroboram a permanência da dualidade política na cidade de Picos. Em 1921, por exemplo, a transferência do Mercado Público foi o motivo para os embates entre o Coronel Francisco Santos e o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. O jornal *Aviso* noticiou, no dia 15 de outubro de 1921, que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão foi contra a mudança, visto que o novo prédio seria construído em local insalubre, próximo ao cemitério, e atrapalharia o trânsito em frente à igreja matriz. Por trás dessa mudança existiam questões imobiliárias que beneficiaram o grupo político e comercial ligado ao Prefeito. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão tinha conhecimento dessa jogada e, por isso, discordava da proposta.

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão aproveitou que a atenção da sociedade estava voltada para as comemorações do Centenário de emancipação da cidade de Picos e utilizou o jornal *Aviso* para publicar, no dia 30 de setembro de 1922, a matéria “Justa homenagem”,

carregada de sarcasmo, criticando o posicionamento do Coronel Francisco Santos em relação às suas constantes decisões oficiais que beneficiavam alguns correligionários e comerciantes próximos a ele. A notícia intitulada “Justa Homenagem” falava sobre a cordialidade dos comerciantes e políticos locais com o Coronel Francisco Santos durante as comemorações do Centenário de emancipação da cidade de Picos. Todavia, a redação foi finalizada com um arranjo textual denso e carregado de indiferença:

A sua reeleição ao cargo de intendente municipal, contra uma incompatibilidade *extra* legal, é uma prova inconcussa do que vimos afirmando; e se não bastasse esse facto para pôr em relevo as sympathias que lhe dedicam os representantes do commercio e da politica local, dos quaes é elle figura de alto destaque, viriam, certamente, confirmar a nossa opinião, a homenagem que, tão justamente, vem de lhe ser prestada, á qual nos associamos, levando o contingente sincero e espontaneo da nossa boa vontade, de nosso apreço ao patricio e amigo que tão dignamente tem sabido se impôr á estima, respeito e acatamento de seus collegas, dos seus concidadãos, dos seus amigos, emfim (JUSTA HOMENAGEM. **Aviso**. Picos, n. 138, p. 2, 30 set. 1922).

O *Aviso* foi interrompido em 1925. O jornal *A Imprensa* publicou a notícia “Vae reaparecer em Picos o <<Aviso>>”, no dia 8 de dezembro de 1925, informando aos seus leitores sobre a distribuição de um boletim que seria impresso na oficina do jornal *Aviso*. Não se tratava do retorno do periódico, mas uma edição especialmente preparada para difundir em Picos e nas cidades vizinhas as decisões e ações do Governador Mathias Olympio de Melo quanto a Coluna Prestes, que chegou ao Piauí no início de dezembro de 1925. O jornal *A Imprensa* aponta com essa notícia um desconforto em relação a aliança entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Governador Mathias Olympio de Melo, como pode ser observado a seguir:

Sabemos que o deputado Coronel Joaquim das Chagas Leitão vae reeditar o jornal <<Aviso>>, que ao seu antigo programma acrescentará o da defesa da causa da legalidade pela qual vem aquelle deputado pugnando numa situação digna do seu passado politico combatente e ardoroso de fé na grandeza da patria. Sabemos ainda que sahirá, amanhã, dois officinas do mesmo jornal, afim de ser profusamente distribuido, um boletim publicando a proclamação do governador sobre a revolução. transmittida por telegramma ao intendente, de accordo com quem vem agindo aquelle deputado (VAE reaparecer em Picos o <<Aviso>>. **A Imprensa**. Teresina, 8 dez. 1925, ed. 47, p. 1).

O jornal *Aviso* voltou a circular em 1927, comprometido com a administração de Mathias Olympio de Melo, Governador do Piauí (1924–1928). O Coronel Joaquim das Chagas Leitão, na posição de Deputado Federal, para se manter no poder, decidiu direcionar o seu

veículo para fazer propaganda e defender a administração de Mathias Olympio de Melo em troca de apoio político. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão precisava de uma coligação forte para disputar com o Coronel Josino José Ferreira, que também se candidataria à cadeira de Deputado Federal nas eleições de 7 de abril de 1928 (ELEIÇÃO Governamental. **A Imprensa**. Teresina, n. 358, p. 1, 1 de mar. 1928).

Mathias Olympio de Melo promoveu a cisão do Partido Republicano no Piauí em 1927, mas, voltou atrás, no mesmo ano, quando concordou com a coligação do Capitão Humberto de Areia Leão³⁷, seu cunhado, como vice na chapa do opositor Dr. João de Deus Pires Leal³⁸, para concorrer a cadeira de governador do Piauí nas eleições de 1928. Em Picos, Mathias Olympio de Melo apoiava a reeleição do Coronel Joaquim das Chagas Leitão à cadeira de Deputado Estadual.

Antonino Freire da Silva e Eurípedes Clementino de Aguiar, diretores do jornal *A Imprensa*, faziam oposição ao Governador Mathias Olympio de Melo, por isso, concedia espaços do jornal *A Imprensa* para enaltecer os atos políticos do Coronel Francisco Santos em Picos, como mostra a notícia “Luz elétrica em Picos”, publicada no dia 17 de julho de 1928:

No dia 15 do corrente, conforme telegramma que recebemos de Picos, foi festivamente inaugurado naquella importante cidade sertaneja, o novo serviço de iluminação electrica, levado a effeito pelo nosso distincto amigo coronel Francisco Santos, operoso intendente da referida localidade.

Ao voltar a circular em 1927, o jornal *Aviso* logo embarcou nas campanhas eleitorais para a sucessão do Governador do estado que aconteceria em 1928. Começou ainda em outubro com a divulgação da chapa que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão estava apoiando. O veículo divulgou, na primeira página, os candidatos: Dr. João de Deus Pires Leal, para Governador do estado, e o Comandante Humberto de Areia Leão³⁹, para Vice-Governador do estado.

³⁷ Nasceu em Teresina - PI em 1890, faleceu no Rio de Janeiro - RJ em 1957. Ele era um político e esteve envolvido em movimentos militares. Foi eleito Vice-Governador do Piauí em 1928 e tornou-se Interventor Federal (nomeado pelo Movimento Revolucionário) em 14 de novembro de 1930 (GONÇALVES, 2003).

³⁸ Nasceu em São Bernardo-MA em 1890. Faleceu em São Luís-MA em 1975. Eleito Governador do Piauí, assumiu o cargo em 07 de janeiro de 1928 para um mandato de quatro anos. Após o golpe de 1930, eclodiu uma revolução no Piauí, na madrugada de 4 de outubro de 1930, liderada por Joaquim Vaz da Costa, Mathias Olympio de Melo, Humberto de Arêa Leão e Delfino Vaz Pereira de Araújo, que provocou a queda do Governador João de Deus Pires Leal. O Vice-governador Humberto de Arêa Leão tomou posse como Governador revolucionário (GONÇALVES, 2003, p. 218).

³⁹ Nasceu em Teresina-PI em 1890. Faleceu no Rio de Janeiro-RJ em 1957. Soldado e político. Foi Almirante e Ministro do Supremo Tribunal Militar. Foi eleito Vice-governador do Piauí em 1928. Em 14 de novembro de 1930 assumiu o governo como Interventor Federal indicado pelo movimento revolucionário de 1930, permanecendo como chefe do Executivo até 29 de janeiro 1931, quando foi deposto pelo Força Policial do

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão deixou de publicar sobre as lutas políticas de Picos para dedicar as páginas do *Aviso* exclusivamente às campanhas estaduais. Nenhum dos exemplares do *Aviso* mencionou o político Antenor Martins Neiva, que fazia parte do grupo político dos Coronéis Francisco Santos e Josino José Ferreira e administrou a cidade de Picos entre 1928 e 1930. O jornal de Teresina *A Imprensa* publicou em 17 de julho de 1928 uma notícia sobre a nova aliança política formada em Picos naquele ano. Tratava-se da coligação composta pelo Dr. Antônio Martins Neiva, pelo Coronel Francisco Santos e pelo Juiz de Direito Urbano Eulálio, que tinham uma aliança com o Governador João de Deus Pires Leal (1928-1930), como pode ser observado no enunciado abaixo:

Chegou, hontem, á tarde, a esta cidade o coronel Francisco Santos, sendo alvo de estroudosa recepção por parte de seus amigos, admiradores e povo em geral ao chegar a residencia, fallou, em nome do povo picoense, o dr. Antenor Neiva. Fallaram depois o academico de medicina Humberto Marcilio e os nossos amigos Anisio Maia, Ulysses Carvalho e o deputado João Pinto.[...] Hoje o coronel Santos ofereceu um banquete aos seus amigos. Ao champanhe fallaram o dr. Sudario Costa, empresario dos serviços de luz eletrica, saudando ao manifestado e o deputado João Pinto, saudando sau dando a exma esposa do coronel Francisco Santos. o dr. Urbano Eulalio ergueu o brinde de honra ao exmo. dr. Pires Leal [...] O povo, satisfeito, percorre as ruas da cidade.” (NOTÍCIAS DE PICOS. *A Imprensa*. Teresina, 17 jul. 1928, n. 412, p. 4).

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão permaneceu firme na oposição ao grupo político chefiado pelo Coronel Francisco Santos. Em 1928, a política picoense apresentava-se estruturada, de um lado, pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão, coligado a Mathias Olympio de Melo; e, de outro, pelo Dr. Antônio Martins Neiva, pelo Juiz de Direito Urbano Eulálio e pelo Coronel Francisco Santos, coligados ao Governador João de Deus Pires Leal. Nesse contexto de 1928, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão tinha mais chances de evoluir politicamente dando apoio político a Mathias Olympio de Melo. O Juiz de Direito Urbano Eulálio desvinculou-se do Coronel Joaquim das Chagas Leitão e, por isso, parou de ser citado pelo jornal *Aviso*. A coligação entre o Juiz de Direito Urbano Eulálio e do Prefeito Antenor Martins Neiva perdurou até as agitações políticas provocadas pelo golpe de 1930.

4.3 A atuação do jornal *Aviso* nas lutas políticas e partidárias no final da Primeira República

estado. Seu governo foi marcado pela dissolução das legislaturas estaduais, dos conselhos municipais e dos mandatos dos prefeitos (GONÇALVES, 2003, p. 219).

A relação do jornal *Aviso* com as lutas que antecederam o golpe de 1930 teve início com a coligação entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e o Governador Mathias Olympio de Melo, em 1927. Em sua completa dedicação ao Governador Mathias Olympio de Melo, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão publicou três colunas, começando pela primeira página do jornal, com o título dedicado ao político: “Dr. Mathias Olympio”. O veículo declarava:

Vontade ferrea ao serviço de uma intelligencia iluminada, espirito emancipado e culto, formando um bello equilibrio privilegiado, o Dr. Mathias Olympio é o typo representativo, perfeito, das idéas e da orientação do partido que o elegeu, e que se mantem fièl a bandaira e aos principios, quer em meio das alegrias da victoria, quer nas epochas das decepções politicas (DR. MATHIAS OLYMPIO. *Aviso*. Picos, n. 143, p. 1, 15 out. 1927).

O jornal *Aviso* construiu uma imagem heroica do Governador Mathias Olympio de Melo por ter combatido e livrado a capital, bem como o sul do estado, dos ataques da Coluna Prestes⁴⁰ em 1925. Enalteceu-o também por ter minimizado os prejuízos da passagem dos rebeldes pelo Piauí. Por esse motivo, o *Aviso* publicou a notícia intitulada “DR. MATHIAS OLYMPIO”, no dia 15 de outubro de 1927, exaltando o Governador: “Elle, que livrou Theresina das garras dos rebeldes; que arrostou com os odios destes, que repelliu tão heroica e dignamente, sobre ser um character inteiriço na cruzada saneadora da politica” (DR. MATHIAS OLYMPIO. *Aviso*. Picos, n. 143, p. 2, 15 out. 1927).

Sempre que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão perdia força no campo político, após tantas lutas políticas na imprensa, costumava procurar um aliado forte para assegurar o seu espaço na política partidária do Piauí. Excluído do jogo político local, suas atenções se voltaram para o Governador Mathias Olympio de Melo, sobretudo no ano eleitoral, em 1928.

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão estava disposto a seguir os passos de Mathias Olympio de Melo nas batalhas políticas subseqüentes. Desse modo, disponibilizou o jornal *Aviso* como ferramenta de combate, entrou na luta política partidária nacional e enfrentou um violento período de crise.

A partir de 1929, o jornal *Aviso* se concentrou nos acontecimentos da política nacional, tanto no que dizia respeito aos embates partidários que se desdobravam entre São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, como em relação aos rumores sobre atos revolucionários que ecoavam contra os abusos de poder do presidente Washington Luís⁴¹.

⁴⁰ “Movimento revolucionário também chamado Coluna Miguel Costa-Prestes, que, sob a liderança dos ‘tenentes’ Miguel Costa e Luís Carlos Prestes, empreendeu longa marcha por vários estados do país entre abril de 1925 e fevereiro de 1927” (ABREU, [s.d.], p. 1).

⁴¹ “Nasceu em Macaé-RJ em 26 de outubro de 1869. Em 1904, foi eleito Deputado Estadual pelo Partido

“A revolução virá”: esse foi o título de uma das matérias da primeira página do *Aviso* do dia 15 de março de 1929, extraído do pronunciamento de Carlos Prestes⁴² ao *Diário Popular de São Paulo*. O *Aviso* reproduziu a entrevista na qual Carlos Prestes afirmava que a situação política e os problemas nacionais estavam forçando o surgimento de uma revolução. Prestes defendia uma revolução “feita pelo povo brasileiro para sair da escravidão em que se acha” contra a política das oligarquias (A REVOLUÇÃO Virá. **Aviso**. Picos, n. 166, p. 1, 15 mar. 1929).

Carlos Prestes defendia que as mudanças na política nacional fossem intermediadas por um movimento popular para combater o modelo da Política dos Governadores que estava instaurada no país. Ele considerava o sistema vigente opressor, uma vez que era formado por um “organismo parasitário implantado no Brasil pela política das oligarchias” (A REVOLUÇÃO VIRÁ. **Aviso**. Picos, n. 166, p. 1, 15 mar. 1929). Capelato (1988) afirmava que a grande imprensa já alertava a sociedade para o perigo de uma reação popular contra os abusos do governo nos anos que antecederam o golpe de 1930.

Em 30 de março de 1929, o *Aviso* revelava através de uma matéria reproduzida do jornal *O Estado de São Paulo*⁴³ que o PRP não tinha candidato para a sucessão de Washington Luís nas eleições presidenciais de 1930. Nesse contexto, a aliança firmada entre os dois estados, através da política do “café com leite” já se encontrava fragilizada. Entre 1928 e 1929, intensas negociações políticas ocorreram entre os principais líderes do acordo, como mostra a notícia “O candidato de direito”, sobre a sucessão presidencial, publicada em 30 de março de 1929 pelo jornal *Aviso*:

O sr. Arthur Bernardes já teve com o sr. Washington Luiz, desde o seu regresso da Europa, duas longas conferencias acerca do problema politico do momento.

No dia em que aqui referimos que o sr. Washington Luiz estava dando todos os “leaders” para que estes a transmitissem aos seus governadores, a palavra de ordem para ficarem calados até Setembro, não permitindo que ninguém se

Republicano Paulista (PRP), grupo que na época exercia amplo controle sobre a política regional. Ao final da legislatura, foi nomeado Ministro da Justiça no governo de Jorge Tibiriçá, encarregado de reformar as polícias civil e militar para fortalecer os poderes do governo estadual. Ganhou as eleições federais e assumiu o cargo em 15 de novembro de 1926. Nos primeiros dias de seu governo, Washington Luís não teve problemas para que o Congresso aprovasse um projeto de reforma monetária proposto por Júlio Prestes de Albuquerque em dezembro de 1926. O padrão-ouro foi restaurado e um novo fundo de estabilização cambial foi criado - denominado Caixa de Estabilização - que posteriormente foi incorporado ao Banco do Brasil. A intensa crise econômica internacional iniciada em 1929 tornou a campanha eleitoral ainda mais tensa. A decisão de Washington de manter uma taxa de câmbio fixa para a moeda brasileira levou a um colapso nos preços do café e à queda da receita do setor exportador” (MAYER, [s.d.], p. 1).

⁴² Encontrava-se exilado em Buenos Aires.

⁴³ Em 1930, o jornal *O Estado de São Paulo* apoiou a “Aliança Liberal” e a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, em oposição a Júlio Prestes, o candidato oficial do PRP (ESTADÃO, [s.d.], p. 1)

propusesse agora, a entretel-o numa palestra que tivesse por thema a sucessão presidencial. (O CANDIDATO DE DIREITO. **Aviso**. Picos, n. 167, p. 1, 30 mar. 1929).

O jornal *Aviso* criava a ideia de que a “desordem” estava instaurada no Brasil em 1929, em razão dos problemas econômicos e comerciais⁴⁴ que eclodiram no país durante a administração do presidente Washington Luís (PRP). A estratégia discursiva do jornal *Aviso* estava em conformidade com os outros veículos brasileiros que se posicionavam contra o PRP e o PRM. Capelato (1988) explica que, antes do golpe de 1930, a imprensa que consentia com o plano de revolução contra a hegemonia do PRM e do PRP se dedicava a criticar e propor a “republicanização da República”. O *Aviso* queria imprimir na população a concepção de que o país necessitava de uma intervenção para reconstruir a república. Por isso, o *Aviso* declarava na matéria “O candidato de direito” que “a revolução é um direito inalienável de qualquer povo que preze a sua dignidade e que não se considere escravo de quem quer que seja” (O CANDIDATO DE DIREITO. **Aviso**. Picos, n. 167, p. 1, 30 mar. 1929).

Em 1929, Júlio Prestes foi escolhido por Washington Luís para ser candidato à sucessão da presidência. A escolha foi homologada pela convenção do PRP no mesmo ano. O jornal *Aviso* começou a fazer propaganda negativa sobre Júlio Prestes, levando os leitores a acreditarem que o candidato levaria o país para as “trevas”. Nesse contexto de agitação que antecedeu o golpe de 1930, os antigos articuladores da república se mostravam insatisfeitos com o curso do regime e a fala de progresso dentro da ordem. Por esse motivo, segundo Capelato (1988), alguns impressos afirmavam que o Brasil “descarrilava”.

O jornal *Aviso* queria que a sociedade acreditasse que a política do país estava em uma situação crítica e precisava de mudanças. Assim, o veículo tentou preparar os eleitores locais para não votarem no candidato paulista nas disputas eleitorais de 1930. Paralelamente a esse discurso, manifestava-se, em 1929 durante o governo de Washington Luís no Brasil, uma crise econômica gerada em decorrência da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Esse episódio provocou a queda dos preços dos produtos de exportação, bem como atrapalhou o escoamento da produção do Coronel Joaquim das Chagas Leitão para o mercado externo.

O jornal *Aviso* culpava Washington Luís pela crise econômica de 1929. O *Aviso* mostrava que as consequências da recessão econômica no Brasil teriam sido desencadeadas pelos erros do presidente Washington Luís na gestão da economia do país. A crise econômica de 1929 se alastrou e prejudicou os negócios agrícolas em todo o país, atingindo também as

⁴⁴ “A Grande Depressão” refere-se à crise econômica nos Estados Unidos que começou na década de 1920 e gerou a crise econômica de 1929 no Brasil.

transações comerciais do Coronel Joaquim das Chagas Leitão na cidade de Picos. O jornal justificou que “[...] Quando uma longa série de abusos e usurpações, tendo invariavelmente o mesmo objectivo, manifesta o designio de reduzir a um despotismo absoluto o povo, é um direito deste, é seu dever derrubar um tal governo e prover novas garantias para sua futura segurança” (O CANDIDATO DE DIREITO. **Aviso**. Picos, n. 167, p. 1, 30 mar. 1929).

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão tinha motivos econômicos e políticos para fazer oposição à candidatura de Júlio Prestes: tinha receio de que o candidato do PRP não agisse para conter a crise instalada em 1929⁴⁵; e a mágoa por ter sido expulso do diretório local do PRC picoense – partido do grupo político situacionista alinhado ao PRP.

A notícia “O candidato de direito” ainda mostra que o pacto de alternância na presidência firmado entre São Paulo e Minas Gerais estava fragilizado. Arthur Bernardes foi o apaziguador e responsável pelas articulações entre as elites agrárias dos dois estados. Segundo o jornal *Aviso*, “Vae, pois, o ex-presidente aplinar todas as dificuldades com que a simples perspectiva de uma divergencia entre Minas e São Paulo estava escurecendo os horizontes da politica nacional” (O CANDIDATO DE DIREITO. **Aviso**. Picos, n. 167, p. 1, 30 mar. 1929).

Arthur Bernardes negociava com Washington Luiz sobre a sucessão com a intenção de manter a aliança do “café com leite”. As articulações do político mineiro pretendiam garantir que o acordo de alternância de poder fosse obedecido para que Minas Gerais assumisse a presidência. Enquanto aguardava um consenso, o jornal *Aviso* publicou na notícia “O CANDIDATO DE DIREITO” a defesa da escolha de um candidato de Minas Gerais para as campanhas eleitorais de 1930, ao mesmo tempo que desvirtuava Júlio Prestes:

A candidatura do sr. Júlio Prestes á presidencia da republica será fatal e necessariamente a revolução armada se levantando para quiçá ensopar novamente em sangue a sociedade brasileira. A candidatura do sr. Antonio Carlos á presidência da republica será a revolução pacifica, levantada é suprema curul, produzindo a conciliação na familia brasileira, mediante a decretação da amnistia e do voto secreto (O CANDIDATO DE DIREITO. **Aviso**. Picos, n. 167, p. 1, 30 mar. 1929).

As articulações de Arthur Bernardes precisavam garantir que o candidato de Minas Gerais fosse o próximo presidente. O político Antônio Carlos era o nome cogitado para ser a solução do problema. O plano do PRM era construir na imprensa uma visão negativa do grupo de poder vinculado à elite agrária paulista, que se instalou e estava comandando o país. Essa

⁴⁵ Crise econômica mundial de 1929 gerada pelo *crash* da Bolsa de Valores de Nova York.

justificativa daria sentido ao discurso produzido pelo PRM sobre a necessidade de uma nova ordem política para a nação.

Uma coligação chamada Aliança Liberal surgiu em 1929 para combater a hegemonia do PRP e impedir a vitória de Júlio Prestes nas campanhas presidenciais de 1930. A coalizão reuniu também opositoristas de âmbito nacional para apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa. Foi uma estratégia criada para conter o poder de Washington Luiz e combater a perpetuação da sua política econômico-financeira, que consistia no controle dos recursos para a cafeicultura.

A Aliança Liberal planejava, com a estratégia de combater a hegemonia do PRP, alcançar a adesão dos estados nas disputas eleitorais. Além disso, pretendia, através da imprensa, despertar o patriotismo para alcançar o engajamento da sociedade no projeto de retomada da república democrática. A fala do Senador gaúcho Vespúcio de Abreu⁴⁶, reproduzida pelo jornal *Aviso* em janeiro de 1930, consolida a participação do Rio Grande do Sul no combate a Washington Luiz e ao candidato Júlio Prestes:

[...] três grandes Estados da Federação, grandes não todos pela sua extensão territorial, mas todos pela sua extensão territorial, mas todos pelo civismo e pela nobre coragem com que procuram reivindicar para a nação um principio liberal que já estava consolidado no bloco de nossas conquistas democraticas; tem diante de si, ainda, representantes de outras correntes poltticas do paiz (MANIFESTAÇÃO DA ALIANÇA LIBERAL AO SENADOR EPITACIO PESSÔA. *Aviso*. Picos, n. 168, p. 1, 18. jan. 1930).

No contexto de 1930, Mathias Olympio de Melo lutava contra a hegemonia e a permanência do PRP na Presidência da República e se juntou à Aliança Liberal. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão, outrora seguidor de Mathias Olympio de Melo, também aderiu aos ideais da Aliança Liberal e partiu para a luta com o jornal *Aviso*. O *Aviso* ficou suspenso por alguns meses, entre 1928 e 1930. Voltou a circular em 18 de janeiro de 1930 com o mesmo discurso: de que o patriotismo era a chave para salvar o sistema político nacional que se encontrava desmoralizado. Alinhado aos interesses liberais, imprimiu na primeira página uma propaganda que estimulava os eleitores: “Picoenses! Votae em Getulio Vargas e João Pessoa - candidatos da Aliança Liberal, essa immensa, valorosa e inexpugnavel phalange de libertadores

⁴⁶ “Nasceu em Porto Alegre em 2 de dezembro de 1868. Em novembro de 1893 tornou-se Primeiro-tenente; de novembro de 1893 a março de 1894, participou da repressão da Revolta da Armada da Marinha contra o presidente Floriano Peixoto. Em 1909, foi eleito Deputado Federal pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), sendo reeleito em 1912, 1915 e 1918. Ao final de seu último mandato como Deputado (1920), foi eleito para o Senado Federal. Reelegeu-se Senador até que seu mandato foi interrompido pela Revolução de 1930” (JOÃO Vespúcio de Abreu e Silva, [s.d.], p. 1).

da Patria” (RESSURGINDO. **Aviso**. Picos, n. 168, p. 1, 18 jan. 1930). Essa publicidade se estendeu para as edições seguintes.

O jornal *Aviso* fez uma campanha de apelo ao voto, utilizando enunciados direcionados ao eleitor. O impresso lançou uma matéria que alertava com letras garrafais no título que “NÃO VOTAR É UM CRIME” na edição de 18 de janeiro de 1930. A conotação imperativa e até intimidadora se expandia para o conteúdo. O texto tem uma construção carregada de simbologia que remete ao poder e ao mandonismo do Coronel Joaquim das Chagas Leitão: “Somente quem fôr indigno da liberdade não cumprirá, portanto, no pleito de março proximo, o nobre dever de suffragar as candidaturas liberaes, que, victoriosas, farão a felicidade do Brasil e a gloria da Republica” (NÃO VOTAR É UM CRIME. **Aviso**. Picos, n. 168, p. 1, 18 jan. 1930).

Sem o apoio do Juiz de Direito Urbano Eulálio em 1930, restava ao Coronel Joaquim das Chagas Leitão utilizar a única ferramenta que tinha nas mãos para atingir os eleitores picosenses: o jornal. Em razão disso, continuou a reproduzir, dos veículos aliados, as notícias relacionadas às campanhas da Aliança Liberal.

O *Aviso* publicou a fala de Getúlio Vargas na matéria intitulada “O candidato da Aliança Liberal dirige-se ao nordeste brasileiro” em 18 de janeiro de 1930, uma reprodução do pronunciamento do candidato da Aliança Liberal aos nordestinos que havia sido publicado no jornal *Diário da Manhã*⁴⁷, de Pernambuco. A matéria foi construída com a intenção de promover um forte apelo positivo na mente do público com relação a Getúlio Vargas. Portanto, enfatizou as promessas eleitorais direcionadas ao Nordeste visando aumentar as intenções de voto na região e atribuiu as privações morais e econômicas vivenciadas pelo povo nordestino aos governos anteriores.

A Aliança Liberal escolheu, estrategicamente, os jornais regionais alinhados a sua ideologia e criou uma poderosa rede de informações para a circulação de notícias. Essa grande estrutura alimentava os veículos menores que ficavam na ponta da rede e, assim, os conteúdos eram retransmitidos para os impressos locais. O *Aviso* estava na extremidade desse processo e era o veículo responsável por difundir as informações dos opositoristas na cidade de Picos.

Do Rio de Janeiro, o Deputado Federal Hugo Napoleão⁴⁸ enviou um telegrama ao Coronel Joaquim das Chagas Leitão em 31 de dezembro de 1929, publicado pelo jornal *Aviso*

⁴⁷ “Jornal pernambucano diário e matutino lançado em Recife em 16 de abril de 1927 pela empresa Lima Cavalcanti e Cia. de propriedade dos usineiros Artur de Siqueira Cavalcanti, Caio de Lima Cavalcanti, Carlos de Lima Cavalcanti, Fernando de Lima Cavalcanti e Rui de Lima Cavalcanti. Foi fechado em 31 de dezembro de 1950, mas após algum tempo voltou a circular” (ABREU JÚNIOR, [s.d.], p. 1).

⁴⁸ Nasceu em União-PI em 1892. Faleceu no Rio de Janeiro-RJ em 1965. Advogado e político. Foi Juiz Municipal de José de Freitas, Promotor Fiscal do Tesouro Nacional, secretário Internacional de Jurisconsultos Americanos e diretor do Departamento de Contencioso do Banco do Brasil. Também foi Deputado Federal de 1927 a 1929,

no dia 18 de janeiro de 1930 com o título “Sucessão presidencial”, que declarava a vibração cívica da população e da imprensa, nunca vista antes, diante da candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa. No início de 1930, os políticos opositores focaram, também, na estratégia de fabricar um cenário de aceitação nacional dos candidatos da Aliança Liberal. Com a intenção de camuflar a guerra partidária que se instalou no país, a imprensa alinhada à oposição intensificou as publicações de matérias que celebravam as mudanças que os dois candidatos da Aliança Liberal ofereceriam para a nação.

No dia 5 de janeiro de 1930, o jornal *Correio Paulistano*⁴⁹, órgão situacionista, publicou a notícia “A hipocrisia liberal do presidente de minas” para rebater os jornais alinhados à Aliança Liberal, como os jornais cariocas *O Jornal* e *Correio da Manhã*, afirmando que “quem observa a ensurdecida zozura de popularidade, que os jornais da Aliança levantam em torno do sr. Getúlio Vargas, pode ser levado a imaginar que o Rio de Janeiro em peso está rendido aos pés do candidato do liberalismo e o considera um semi-deus...” (A HIPOCRISIA LIBERAL DO PRESIDENTE DE MINAS. *Correio Paulistano*. São Paulo, n. 23.754, p. 10, 5 jan. 1930).

O posicionamento ideológico/partidário do jornal *Aviso* com relação à política nacional e o seu compromisso com a campanha de Getúlio Vargas e João Pessoa incomodava as lideranças locais e estaduais. Como se não bastasse, a situação piorou quando o jornal divulgou, no dia 30 de março de 1930, os resultados das votações nacionais com o título “A esmagadora vitória da Aliança Liberal” (A ESMAGADORA vitória da Aliança Liberal. *Aviso*. Picos, n. 172, p. 1, 30 de março de 1930).

O jornal *Aviso* do dia 30 de março de 1930 também reproduziu, em meia página, uma tabela publicada pelo jornal *A Razão*, de Fortaleza, que contabilizava a maioria dos votos para Getúlio Vargas e acrescentava no subtítulo: “Os presidentes Getúlio Vargas e João Pessoa estão eleitos” (A ESMAGADORA vitória da Aliança Liberal. *Aviso*. Picos, n. 172, p. 1, 30 de março de 1930). Significa que o candidato da Aliança Liberal teria conseguido vencer com 176.526 votos a mais. A respeito da contagem nacional, o jornal cearense registrou 1.184.708 votos para Getúlio Vargas e 1.008.182 para Júlio Prestes. No Piauí, o candidato Júlio Prestes alcançou a maioria dos sufrágios, obteve 15.726 votos; enquanto Getúlio Vargas conseguiu 5.363 votos.

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão, o político Mathias Olympio de Melo e a imprensa de oposição piauiense trabalharam duro para sustentar a campanha pela Aliança

sendo reeleito para a Câmara em 1930 (GONÇALVES, 2003, p. 330).

⁴⁹ Nascido liberal, o jornal em pouco tempo se tornou conservador. Fundado o PRP, o periódico tornou-se seu órgão de divulgação. Atingiu a sua maioria no advento da República. Era dirigido pelos oligarcas paulistas Manuel Ferraz de Campos Sales, Prudente de Moraes, Antônio Prado e Francisco de Paula Rodrigues Alves, entre outros (COHN, [s.d.], p. 1).

Liberal, apesar de o resultado das eleições, publicado pelo jornal *Aviso*, ter apresentado a maioria dos votos para Júlio Prestes. As incoerências nos resultados das eleições de 1930 e as denúncias de fraudes no processo eleitoral intensificaram o clima de combate entre a Aliança Liberal e o PRP na imprensa.

O processo eleitoral de 1930, como todos os processos do período da Primeira República, foi marcado por mais uma campanha carregada de fraudes. Essa foi a justificativa utilizada pelos jornais alinhados à Aliança Liberal para explicar a derrota de Getúlio Vargas. Uma matéria do jornal *A Razão*, de Fortaleza, com o título “A Aliança Liberal não permitirá que sejam esbulhados os seus direitos”, reproduzida pelo *Aviso* no dia 15 de abril de 1930, dizia que “Os actuaes dirigentes do paiz appellaram inutilmente para a fraude eleitoral, afim de impedir a victoria dos eleitos da Nação” (A ALIANÇA Liberal não permitirá que sejam esbulhados os seus direitos. **Aviso**. Picos, n. 173, p. 4, 15 abr. 1930).

O jornal *Aviso* seguiu o plano de sustentar a vitória de Getúlio Vargas e incriminar o PRP de fraudar o processo eleitoral, como fizeram os outros veículos da oposição no país, e publicou os resultados construídos pela Aliança Liberal. A intenção era fazer com que a sociedade acreditasse na vitória de Getúlio Vargas e contestasse os votos recebidos por Júlio Prestes. O *Correio Paulistano*, órgão do PRP, rebateu a postura da Aliança Liberal com a notícia “Protesto sem significação”, publicada no dia 23 de abril de 1930:

De positivo não se allega nada contra a lisura do pleito. Ha apenas a vaga e sonora referencia á fraude e, tratando-se de eleições em São Paulo, um cuidado enorme pelas eleições da Parahyba. Por mais absurdo que pareça, a verdade é que os democraticos para protestarem contra o pleito em que foram neste estado brilhante e esmagadoramente derrotados, tiveram que ir buscar argumentos á Parahyba! (PROTESTO SEM SIGNIFICAÇÃO. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 23.844, p. 1, 23 abr. 1930).

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão sabia que os dois grupos políticos, tanto a Aliança Liberal quanto o PRP, haviam utilizado práticas ilegítimas nas eleições de 1930. Contudo, o jornal *Aviso* manifestou-se a favor da reação da Aliança Liberal contra a vitória “ilegal” do PRP. Em resposta aos resultados das eleições, o jornal *Aviso* publicou a matéria “A Aliança Liberal não permitirá que sejam esbulhados os seus direitos” no dia 15 de abril de 1930, convidando a população a se manifestar contra o PRP: “Contra a prepotência do governo o povo reagirá de armas nas mãos” (A ALIANÇA Liberal não permitirá que sejam esbulhados os seus direitos. **Aviso**. Picos, n. 173, p. 4, 15 abr. 1930). Além disso, o veículo insistiu no discurso da ilegalidade do processo eleitoral de 1930 e das fraudes cometidas por Washington Luís e Júlio

Prestes para gerar uma revolta popular. Por conseguinte, o *Aviso* classificou Washington Luís e Júlio Prestes como os “aniquiladores das energias nacionais, os eternos sugadores do erário público” (A ALIANÇA Liberal não permitirá que sejam esbulhados os seus direitos. **Aviso**. Picos, n. 173, p. 4, 15 abr. 1930).

A Aliança Liberal utilizou os órgãos de imprensa alinhados a ela para anunciar que o conflito pelo poder da nação ganhava força. No final do mês de abril de 1930, o jornal o *Aviso* alertou a população picoense sobre a possibilidade de uma revolta. A edição trazia um cabeçalho de tamanho chamativo que anunciava: “Povo carioca. Podeis contar com os caravaneiros que regressam e que não vacillarão na luta pelos seus ideaes. Prosigamos, senhores, na luta, não mais pelas urnas, mas pelas armas!” (O MAGISTRADO não deve ser político. **Aviso**. Picos, n. 174, p. 1, 30 abr. 1930).

O jornal *Aviso* publicou uma notícia que visava afrontar os juízes que serviram à política partidária nos processos de fraudes eleitorais no processo eleitoral de 1930. O veículo afirmava que “a fraqueza dos juízes foi o melhor trunfo que os políticos tiveram em mãos” (MAGISTRADO não deve ser político. **Aviso**. Picos, n. 174, p. 1, 30 abr. 1930). O Coronel Joaquim da Chagas Leitão investiu nessa afirmação para denunciar os arranjos ilegais dos situacionistas, embora tenha feito aliança no passado com o Juiz de Direito Urbano Eulálio para atender as suas conveniências políticas.

No dia 30 de abril de 1930, o jornal *Aviso* publicou a matéria “Magistrado não deve ser político”, com a intenção de fazer uma ligação entre as práticas políticas locais e os problemas no processo eleitoral daquele ano. O veículo queria que a sociedade acreditasse nas fraudes aplicadas pelo Juiz de Direito Urbano Eulálio, aliado aos políticos situacionistas, do PRC, e responsabilizá-lo pela conjuntura de crise do país (O MAGISTRADO não deve ser político. **Aviso**. Picos, n. 174, p. 1, 30 abr. 1930).

A Aliança Liberal serviu-se da imprensa, assim como da sua eficácia em manipular a opinião pública, e construiu várias estratégias para desmoralizar os situacionistas. Foi uma ação amplamente utilizada no processo eleitoral de 1930, sobretudo pelo jornal *Aviso*, fosse para incriminar os situacionistas quanto às fraudes, fosse para tentar invalidar o último processo eleitoral:

[...] ha serias accusações de fraude praticadas em quase todos os Estados da União. Perante o poder verificador é que se for a prova de que essas accusações são justas, ou não. Se forem justas, a anulação dos votos fraudulentos poderá influir no resultado do pleito e, quando não influa, determinara, pelo menos, a necessidade de se punirem os autores do crime (NOTAS E INFORMAÇÕES. **Aviso**. Picos, n. 174, p. 4,30 abr. 1930).

A notícia intitulada “Notas e Informações”, publicada pelo *Aviso* no dia 15 de maio de 1930, reproduzida do jornal *O Estado de São Paulo*⁵⁰, mostrava que o PRP tentava atribuir à Aliança Liberal os intuitos mais “sinistros”. Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, o PRP queria que os brasileiros acreditassem que a Aliança Liberal pretendia assumir a presidência “pela razão” ou “pela força”. A matéria “Notas e Informações”, reproduzida pelo *Aviso*, atribuía a desordem do país em 1930 ao presidente Washington Luís, como pode ser observado no enunciado a seguir: “O governo federal póde lavar as maos pelos amigos que possue: aqui, e ali, preparam eleições falsas; alem, levantam-se, de armas em punho, num largo appetite de desordens, contra as autoridades constituídas.” (NOTAS E INFORMAÇÕES. *Aviso*. Picos, n. 175, p. 1, 15 mai. 1930).

Enquanto o *Correio Paulistano*, alinhado ao PRP, construía discursos incriminatórios para prejudicar a Aliança Liberal, o *Aviso* utilizou a estratégia de reproduzir as informações a favor da Aliança Liberal extraídas dos jornais *O Estado de São Paulo* e *A Razão* (de Fortaleza) para combater o *Correio Paulistano*. Este último acusava Getúlio Vargas pelas fraudes eleitorais e pelos combates de maio de 1930 no município de Princesa, atual Princesa Isabel (PB).

Os combates que irromperam na Paraíba em maio de 1930 contra João Pessoa tomaram os jornais ligados à Aliança Liberal e tornaram-se estratégia para culpar o PRP pela situação hostil: “Se o Brasil inteiro não as acha em paz neste momento, deve-se, portanto, não às oposições belicosas mas aos pacatos companheiros politicos do governo federal...” (NOTAS E INFORMAÇÕES. *Aviso*. Picos, n. 175, p. 1, 15 mai. 1930).

O jornal *Aviso* reproduziu outra entrevista do jornal oposicionista *O Estado de São Paulo*, de 28 de abril de 1930, mostrando que o político rio-grandense João Batista Luzardo⁵¹

⁵⁰ “*O Estado de São Paulo* abrigava discursos a favor do Presidente Washington Luís e de Júlio Prestes, candidato à presidência nas eleições de 1930. Contudo, após as eleições de 1º de março de 1930, que deram a vitória a Júlio Prestes, *O Estado de São Paulo* limitou-se a noticiar os acontecimentos, vindo a reconhecer mais tarde o posicionamento “mediocre” de suas edições nos meses que precederam o golpe de 1930” (LEAL; SAUL; BASTOS, [s.d], p. 1).

⁵¹ “Nasceu em 11 de dezembro de 1892 em Salto, distrito de Uruguaiana (RS). Ainda em junho de 1929, as lideranças do Partido Republicano Mineiro (PRM), Afrânio de Melo Franco e Antônio Carlos, entraram em contato com Batista Luzardo, pedindo apoio ao Partido Libertadores (PL) para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, uma vez que, o presidente Washington Luís insistiu em lançar o candidato de São Paulo, Júlio Prestes, quebrando o acordo do café com leite. Em julho de 1929, Batista Luzardo passou a apoiar a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República. Em Janeiro de 1930, Luzardo viajou para o norte em uma caravana organizada pela Aliança Liberal. A equipe que ele liderava viajava pelo interior de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. A comitiva aliada enfrentou sérios problemas colocados por forças situacionistas, provocando conflitos muitas vezes violentos” (LEMOS, [s.d.], p. 1).

não queria que os leitores acreditassem no desmonte do PL após as eleições. Certamente, a imprensa situacionista estava querendo imprimir esse fato na opinião pública. A notícia “O Regresso do sr. Baptista Luzardo”, publicada pelo *Aviso* no dia 15 de maio de 1930, mostra que João Batista Luzardo agiu contra o posicionamento de Antônio Augusto Borges de Medeiros⁵² – principal nome da Aliança Liberal no Rio Grande do Sul. Antônio Augusto Borges de Medeiros reconheceu o resultado das eleições a favor de Júlio Prestes (PRP) e se declarou contra qualquer tentativa de questioná-lo com violência. Para o jornal o *Aviso*, Batista Luzardo “foi a Porto Alegre em missão que lhe confiaram os chefes liberaes de Minas e da Parahyba e, voltando, pòde declarar que o Rio Grande do Sul em nenhuma hypothese se afastará do caminho em que marchava” (O REGRESSO do sr. Baptista Luzardo. **Aviso**. Picos, n. 175, p. 3, 15 mai. 1930).

O *Aviso* revelou na matéria “Cartas de picos”, publicada em 30 de maio de 1930, que o Governador João de Deus Pires Leal reconfigurou o quadro de redatores do jornal *A Imprensa* e utilizou esse veículo para enfrentar Mathias Olympio de Melo e os defensores da Aliança Liberal no Piauí. Em maio de 1930, o Governador João de Deus Pires Leal fez ataques através do jornal *A Imprensa* ao deputado Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Ainda através da notícia “Cartas de picos” o jornal *Aviso* rebateu a hostilidade do jornal *A Imprensa*:

Com uma vassourada, o sr. Pires Leal afastou da redacção do orgam de seu partido toda a cambada de redactores, que tomava a primeira columna, para deixar ali figuraado apenas a figura sinistra de Pires de Carvalho e esse maleavel Elias de Oliveira, que nós sabemos de quanto é capaz. [...] Não é de estranhar a estupidez do ataque feito á deste honrosa figura do deputado Leitão, que, no municipio de Picos, é uma força a serviço da causa patriótica que breve levará de vencida estertorante oligarchia (CARTAS DE PICOS. **Aviso**. Picos, n. 176, p. 2, 30 mai. 1930).

O jornal *Aviso* sustentava um discurso de que o Brasil precisava se livrar dos “lamentabilissimos costumes políticos” para justificar sua persistência na luta pela salvação nacional, posicionando Getúlio Vargas, e a Aliança Liberal, como herói do Brasil (DISCURSO do deputado Lindolpho Collor. **Aviso**. Picos, n. 176, p. 3, 31 mai. 1930). Tanto a Proclamação

⁵² “Nasceu em 19 de novembro de 1863 em Caçapava do Sul (RS). Assumiu a liderança do PRR em 1903. Com o tempo, o controle pessoal de Borges sobre a máquina do PRR tornou-se absoluto. Em fevereiro de 1905, a decisão sobre quem escolher para o legislativo estadual estava em suas mãos; essa decisão até então era responsabilidade do comitê executivo do partido. O acerto final entre PL e PRR ocorreu em 1929, quando o PRP começou a selecionar candidatos para a sucessão de Washington Luis. Após a vitória de Júlio Prestes em 1º de março de 1930, Borges de Medeiros se opôs a organizar o levante armado contra o governo federal organizado pela Aliança Liberal. Sua entrevista, publicada na edição de 19 de março do jornal *A Noite*, argumentou que o resultado da eleição foi um fato consumado, forte reação dos integrantes do PRR.” (MOREIRA, [s.d.], p. 1).

da República, quanto o golpe de 1930 fizeram com que a política nacional ganhasse novos contornos. Com a ajuda de certas simbologias, a imprensa ajudava a moldar o comportamento da sociedade e as práticas políticas no Brasil. Em Picos, o *Aviso* era o propagador de símbolos que contribuíam para delinear o pensamento da população picoense e para transformar a cultura política local. Sobre cultura política, Berstein (1998) defende que esta é constituída a partir de uma base filosófica ou doutrinal, transmitida de forma simples aos sujeitos, para a construção de uma concepção da sociedade ideal. Surge de uma leitura comum e normativa do passado histórico com implicações positivas ou negativas para os grandes acontecimentos do passado, uma visão institucional que traduz dados filosóficos ou históricos anteriores em um plano para a organização política do Estado.

Todos os esforços do jornal *Aviso* em defender os ideais da Aliança Liberal consistiram, por um lado, em uma ampla estratégia de orientar os leitores sobre um sistema político deficiente que precisava mudar. Por outro lado, não passava de uma tática para a manutenção do poder do Coronel Joaquim das Chagas Leitão e dos seus correligionários⁵³. O *Aviso* empenhou-se também em atribuir os problemas das campanhas eleitorais de 1930 às práticas do PRP, incriminando-os pelas manobras fraudulentas para angariar os votos.

O jornal *Aviso* queria que a sociedade picoense acreditasse que os outros estados estavam aderindo e sendo receptivos a Getúlio Vargas nos meses que antecederam o golpe de 1930. Além disso, intensificou os discursos com o sentido de desordem e de fragilidade das instituições republicanas. Na matéria intitulada “O regresso do sr. Baptista Luzardo”, publicada no dia 15 de maio de 1930, o *Aviso* atribuía os “dias turvos da política brasileira” ao PRP, enquanto a Aliança Liberal era representada pelo “sol luminoso se ergue para nos conduzir pela estrada da victoria e da redempção”.

O último jornal analisado do *Aviso*, edição de 30 maio de 1930, mostrou que o impresso operou fortemente em defesa das convicções políticas e pela manutenção do poder do seu proprietário, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Essa edição é também a última disponível nos acervos consultados. Não é possível confirmar que a circulação do jornal se encerra em 1930, já que os exemplares estudados não revelam sobre o fim do jornal. No entanto, é possível supor que a configuração oposicionista tenha provocado o fim do mesmo. Observa-se que em 1930 o veículo se dispôs completamente aos ideais da Aliança Liberal, serviu de defesa das ações de Getúlio Vargas e esteve alinhado a Mathias Olympio de Melo. Por tais motivos, foi fortemente atacado pela imprensa situacionista do Piauí. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão

⁵³ As alianças políticas do Coronel Joaquim das Chagas Leitão, durante a Primeira República, alternavam de acordo com o jogo partidário/político estadual e nacional.

soube operar seu jornal para articular discursos e fomentar sua imagem política, para manter-se no poder na cidade de Picos, mesmo em momentos em que estava em baixa na política local. Os resultados positivos apareceram para o Coronel Joaquim das Chagas Leitão depois que o golpe de 1930 elevou os membros da Aliança Liberal ao poder. Segundo Albano e Silva (2011), depois que Getúlio Vargas “assumiu” o país, as posições políticas locais foram transferidas para o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e para Joaquim Pereira Nunes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período representado pela Primeira República (1889–1930), a imprensa teve grande contribuição no delineamento de uma cultura política republicana por meio da disseminação dos símbolos constituidores de um Brasil salvo do passado sombrio da monarquia. Tendo em vista o exame da imprensa brasileira realizado, foi possível explicar o momento histórico da Primeira República através desta pesquisa. Na Primeira República, a imprensa republicana teve uma função crucial na difusão de uma imagem positiva, enquanto a imprensa monarquista, que pretendia a retomada do regime decaído, produzia discursos contra o regime republicano. Berstein (1998) explica que, no início do século XX, a cultura política republicana teve um papel preponderante, definindo um conjunto de referências dentro de zonas correspondentes a domínios de valores partilhados.

No contexto da Primeira República, o Brasil pode ser visto como um país oligárquico, latifundiário e de economia baseada na exportação de produtos agrícolas. Foi um período bastante marcado pela atuação do “Coronel” no âmbito local, que fazia parte da dinâmica do Império e ganhou poder com a mudança de regime. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão, remanescente da Guarda Nacional, adquiriu poderes através das relações políticas no final do século XIX e se tornou um importante chefe político na cidade de Picos (PI) durante a República dos Governadores. Grande parte dessa posição de poder foi construída com ajuda do jornal que ele fundou na cidade de Picos em 15 de novembro de 1910: *O Aviso*. Tal veículo ajudou na manutenção do poder de mando do Coronel Joaquim das Chagas Leitão, uma vez que serviu de arma para combater os seus adversários políticos na cidade de Picos.

O Aviso também contribuiu para criar na sociedade um sentido de estabilidade política gerado pela Proclamação da República. Não por acaso, *O Aviso* foi lançado no dia 15 de novembro de 1910, em meio às comemorações da Proclamação da República. Pode-se inferir que o jornal *O Aviso* foi lançado propositalmente no dia da Proclamação da República para que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão pudesse defender os seus ideais republicanos, aproveitando as festividades populares do 15 de novembro de 1910, que já costumavam acontecer anualmente na cidade de Picos. Esse é um indicativo de que o jornal *O Aviso* foi pensado para modelar o pensamento social através dos símbolos republicanos: a mobilização para levar a população para as ruas, a banda de música entoando o hino nacional, tiros de espingarda, as bandeirolas carregadas pelas crianças e o desfile cívico. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão aproveitou os festejos da proclamação, em 1910, para fortalecer na sociedade os valores patrióticos e de civilidade, que tanto acreditava, através do jornal *O Aviso*.

Paralelamente, aconteciam as guerras discursivas travadas entre *O Aviso* e os jornais adversários de Teresina durante a Primeira República, que ajudavam o Coronel Joaquim das Chagas Leitão a se manter ativo no campo político através do campo jornalístico, que lhe concedia prestígio e *status* por meio do discurso. Segundo Bourdieu (1989), a filiação a um partido, a notoriedade, local ou nacional são qualidades que transformam os sujeitos em homens políticos e garantem a sua permanência no campo político.

Durante a Primeira República, em algumas cidades brasileiras, a imprensa continuou a serviço dos interesses de grupos políticos e/ou grupos familiares. O jornal *O Aviso* se enquadrava nesse perfil de jornal político-partidário devido a sua associação com os partidos políticos. Quando foi criado em 1910, estava coligado ao PRC; a partir de 1917, aparece alinhado ao PRA; e, em 1930 se juntou à Aliança Liberal. Segundo Rüdiger (1993, p. 5), “os jornais político-partidários tinham significativa participação no trabalho de organização das forças políticas”. Era bem isso que o jornal *O Aviso* fazia, articulava a cena política promovendo uma divisão bem definida do jogo político da cidade Picos: de um lado, os Coronéis Antônio Rodrigues da Silva, Josino José Ferreira e Francisco Santos; e de outro, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Essa separação do município de Picos permaneceu firme até o final da República Velha.

Esta pesquisa contribui para ampliar o conhecimento sobre as lutas políticas e partidárias travadas pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão pelo jornal *O Aviso*, a exemplo do combate contra os seguintes veículos de Teresina: *O Apóstolo* (órgão da União Popular), entre 1910 e 1912; e *O Piauihy* (órgão do PRC), entre 1912 e 1930. Em Picos, dois jornais foram criados para combater *O Aviso*, foram eles: *O Rebate*, em janeiro de 1918 (criado pelo Coronel Antônio Rodrigues da Silva); e *O Reboque*, em fevereiro de 1918 (criado pelo Coronel Josino José Ferreira). Foi possível apresentar, com este estudo, as nuances do jornal *O Aviso*, um veículo ainda pouco estudado, pelo viés da política partidária. Levantou-se informações sobre a relação entre a imprensa e a política partidária da cidade de Picos a partir de uma abordagem ainda carente de pesquisas e descobertas. Por meio do jornal *O Aviso*, uma rica fonte de pesquisa, foi possível analisar de forma sistematizada alguns aspectos do contexto de 1910 a 1930, com relação aos discursos políticos, à ação coronelista, às práticas jornalísticas e aos atores envolvidos direta ou indiretamente na circulação do jornal *O Aviso*.

A partir da análise realizada com os exemplares do jornal *O Aviso*, foi possível constatar que o jornal serviu de instrumento político-partidário para o Coronel Joaquim das Chagas Leitão no período de 1910 a 1930. Portanto, contribuiu para defender seus correligionários e

combater seus adversários políticos: o Coronel Antônio Rodrigues da Silva, o Coronel Francisco Santos e o Coronel Josino José Ferreira.

O jornal *O Aviso* era norteador de uma prática discursiva com a qual orientava e controlava a produção de sentidos segundo os interesses partidários do órgão, com o PRC, com o PRA, ou com a Aliança Liberal. Além disso, era ferramenta para a manutenção dos interesses partidários do Coronel Joaquim das Chagas Leitão. *O Aviso* começou a circular em 1910 alinhado com os discursos do PRC, defendendo os ideais de Hermes da Fonseca, que havia ganhado as eleições em 1º de março de 1910. Em 1917, estava alinhado com o Partido PRA, lançando apoio ao candidato a Deputado Federal Joaquim Pires Ferreira nas eleições de 1º de março de 1918. Em 1930, uniu-se à Aliança Liberal, defendendo o candidato Getúlio Vargas e o golpe de 1930.

Existia uma correlação entre o jornal *O Aviso* e a política partidária das relações de poder em Picos no período de 1910 a 1930. Entre 1910 e 1912, aconteceram várias batalhas discursivas entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, através do jornal *O Aviso*, e o Juiz de Direito Urbano Eulálio, através do jornal *O Apóstolo* de Teresina. De 1912 a 1928, ocorreram embates políticos entre o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e os Prefeitos de Picos, Coronel Antônio Rodrigues da Silva (1912–1918) e Coronel Francisco Santos (1918–1928), através do jornal *O Piauí*.

A partir do exposto, confirma-se as hipóteses que nortearam a construção deste estudo. O jornal *O Aviso* foi utilizado pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão, proprietário do jornal, como ferramenta para as disputas eleitorais da administração municipal e/ou para promover seus correligionários políticos nas eleições do governo do Piauí. O jornal *O Aviso* seguia uma linha editorial opinativa e partidária. A imprensa partidária mudava para um modelo de empresa jornalística; em razão disso, a informação passou a ser considerada mercadoria. O jornal *O Aviso* foi utilizado pelo Coronel Leitão como arma para combater os inimigos políticos, bem como para manter-se no poder e proteger os seus correligionários.

Observou-se que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão não envolveu os seus familiares nas batalhas discursivas que travou na imprensa; até porque não foram encontrados registros do exercício de cargos na política ou burocracia do Piauí por parte deles no período de 1910 a 1930. É possível perceber no jornal *O Aviso* que o Coronel Leitão tinha no município de Picos e no estado do Piauí, de um lado, grandes admiradores da sua inteligência e competência, e, de outro, adversários temerosos com poder de articulação.

A Análise do Discurso, bem como a organização dos dados através desse método, foi crucial para desenhar a narrativa presente neste estudo. Os acervos consultados não

apresentavam todos os exemplares do jornal *O Aviso*, ainda assim, foi possível atender ao problema e aos objetivos propostos.

Como dito antes, o jornal *O Aviso* é uma fonte de pesquisa rica, que merece ser aprofundada. É possível estudá-lo a partir de vários vieses, além das questões político-partidárias e coronelistas. Os discursos do jornal *O Aviso* apresentam questões importantes sobre o desenvolvimento econômico e educacional da cidade de Picos. Por uma questão estratégica, essas características não foram muito abordadas neste estudo; portanto, fica a sugestão de tais aplicações para a construção de novas pesquisas utilizando o jornal *O Aviso*.

REFERÊNCIAS

ABREU JÚNIOR, João Batista de. **Diário da Manhã**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-da-manha>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ABREU, Alzira Alves de. **Aliança Liberal**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-liberal>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ALBANO, Maria da Conceição Silva; SILVA, Albano (Orgs.) 2011. **Picos nas anotações de Ozildo Albano**. Picos, PI: 2011. 183p.

ALEPI: Assembleia Legislativa do Piauí. **Cronologia Histórica da Assembleia Legislativa do Piauí**. Disponível em: <<https://www.alepi.pi.gov.br/livro/Livro-CronologiaHistorica-ALEPI.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

ANASTÁCIO, Vítor Santos dos Santos. **Do nariz de cera ao lide: experiências narrativas no diário carioca**. 2016. 79 p. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/6458/1/VAnastácio.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 190-228.

BARBOSA, Antônio José. **O federalismo brasileiro**. SENADO, [s.d.]. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jovensenador/home/arquivos/textos-consultoria/o-federalismo-brasileiro>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa. Brasil. 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BASTOS, Aurélio Wander. **Sistema Eleitoral**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SISTEMA%20ELEITORAL.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 229-285.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-. François (Org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. BRASIL.

BISINOTTO, Edneia Freitas Gomes. **Origem, história, principiologia e competência do tribunal do júri**. Âmbito Jurídico, 2011. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-86/origem-historia-principiologia-e-competencia-do-tribunal-do-juri/>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

BOMENY, Helena M. **Quando os números confirmam impressões**: desafios na educação brasileira. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC / FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1354.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Brasil: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL, Bruno. **O Paiz**. BIBLIOTECA NACIONAL, 2015. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/#:~:text=O%20Paiz%20foi%20um%20jornal,de%20São%20Salvador%20de%20Matozinhos>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. Lei Rosa e Silva. **Lei nº 1.269, de 15 de novembro de 1904**. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Lei Rosa e Silva**: Lei nº 1.269, de 15 de novembro de 1904. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-rosa-e-silva>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. Lei Saraiva. **Decreto no 3.029, de 9 de janeiro de 1881**. Brasília, DF: Senado Federal.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Abimael Clementino Ferreira de. **Família Coelho Rodrigues**: passado e presente. Fortaleza: IOCE, 1988.

CARVALHO, Abimael Clementino Ferreira de. **Família Coelho Rodrigues**: passado e presente. Fortaleza: IOCE, 1988.

CASTRO, Chico. **A Coluna Prestes no Piauí**: a República do Vintém. 2. ed. v. 90. Brasil, Senado Federal, 2008.

COHN, Amélia. **Correio Paulistano**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-paulistano>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: Momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COUTINHO, Amélia. **Matias Olimpio de Melo**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/matias-olimpio-de-melo>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Imprensa e hegemonia na Primeira República**: o contraponto dissonante de José Oiticica. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional - MinC, 2006.

DEUS, Maria Darcí de. A princesa dos Montes: História e Evolução. Picos, PI: [s.n.], 2001. 242p.

DUARTE, Renato. **Picos**: os verdes anos 50. Recife, PE: Liber, 1991. 195p.

Editora Atlas, 2002.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Org.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

FAUSTO NETO, Antônio. **Fragmentos de uma analítica da midiatização**. São Paulo: Matrizes, v. 1, n. 2, p. 89-105, abr. 2008.

FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, vol. 8. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

FERRARO, Alceu Ravanello. **Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?**. Educ. Soc. [online]. 2002, vol.23, n.81, p. 21-47. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008100003&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 2 de outubro de 2019.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Edufpi, 1996.

FONSÊCA, Graziani Gerbasi. **Os italianos de Picos: esboço para a história das relações entre o Golfo de Policarpo e o Sertão Nordestino a partir do ano 1870**. Teresina, PI: EDUFPI, 2004. 281p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 295 p.

FREIRE, Américo. **Campos Sales**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SALES,%20Campos.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

FREITAS, Clodoaldo. **Os fatores do coelhado**. Teresina: Tipografia do Democrata, 1892.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. – São Paulo:

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2003.

GRANDI, Guilherme; FALEIROS, Rogério Naques (orgs.). **História econômica do Brasil: Primeira República e Era Vargas**. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2020.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1890**. Rio de Janeiro: IBGE, 1890. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25487.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_pi.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2021.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1908-1912**. Rio

de Janeiro: IBGE, 1812. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v3.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2021.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História Monsenhor Hipólito Piauí - PI**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/monsenhor-hipolito/historico>> . Acesso em: 18 dez. 2021.

imprensa carioca nos anos 1950. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC/FGC, Vol. 1, no. 31, pp. 147-160

JOÃO Vespúcio de Abreu e Silva. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-vespucio-de-abreu-e-silva>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

JUAREZ JUNIOR, C. da Silva. **O General Glicério**. ACADEMIA, 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/37019443/O_General_Glicério>. Acesso em: 20 mai. 2022.

LEAL, Carlos Eduardo; SAUL, Vicente; BASTOS, Ana Flávia. **O Estado de São Paulo**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-sao-paulo-o>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEI do Ventre Livre. **Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA)**. Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/286-lei-do-ventre-livre>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

LEI dos Sexagenários. **Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA)**. Arquivo Nacional, 2019. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/280-lei-dos-sexagenarios>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

LEMOS, Renato. **Batista Luzardo**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/washington-luis-pereira-de-sousa>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

LEMOS, Renato. **Deodoro da Fonseca**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Deodoro%20da.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

LEMOS, Renato. **Floriano Peixoto**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEIXOTO,%20Floriano.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

LEMOS, Renato. **Hermes da Fonseca**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Hermes%20da.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

LEMOS, Renato. **Quintino Bocaiúva**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC,

FGV, [s.d.]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOCAIUVA,%20Quintino.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

LOPES, Raimundo Helio. **Firmino Pires Ferreira**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FERREIRA,%20Firmino%20Pires.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

LOPES, Raimundo Helio. **Marinho Saldanha**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARINHO,%20Saldanha.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

LOPES, Raimundo Helio. **Raimundo Artur de Vasconcelos**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VASCONCELOS,%20Raimundo%20Artur%20de.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

LUSTOSA, Isabel. O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 286-312.

MALIN, Mauro. **Arthur Bernardes**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/artur-da-silva-bernardes>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

MARINGONI, Gilberto. **História - O destino dos negros após a Abolição**. Ano 8. Ed. 70. IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28> Acesso em: 11 jan. 2022.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. Pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012 (Introdução).

MAYER, Jorge Miguel. **Washington Luis Pereira de Sousa**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Deodoro%20da.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

MAYER, Rodrigo. **Partidos políticos no Brasil: do Império à Nova República**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

MELO, Paulo Cesar. **Origem do Tribunal do Júri**. JUS, 2021. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/88982/origem-do-tribunal-do-juri>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

MOREIRA, Regina da Luz. **Antônio Augusto Borges de Medeiros**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-augusto-borges-de-medeiros>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MOTTA, Paulo Roberto. **Movimentos Partidários no Brasil**. A Estratégia da Elite e dos Militares. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Documentação Serviço de publicações. Rio de Janeiro: 1971. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12430/000069344.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MOULLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOULLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O Jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15, 1997. 589 p.

MOURÃO, Gerardo Mello. **História dos partidos políticos no Brasil**. Estudos Eleitorais, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p. 47-63, jan./abr. 2008.

NEEDEL, Jeffrey D. Definir la élite. In: NEEDEL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedad y cultura de élite em Río de Janeiro a fines del siglo XIX y principios del XX**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012. p. 367-374.

NEVES, Margarida de Sousa. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 15-45.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NILO Peçanha. ARQUIVO NACIONAL, [s.d.]. Disponível em: <<https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/nilo-pecanha>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

NILO Procópio Peçanha. ARQUIVO NACIONAL. Centro de Referência de Acervos Presidenciais, [s.d.]. Disponível em: <<http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/119-nilo-pecanha>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

NUNES, Maria Cecília S. de A. Trama e poder: trajetória do republicanismo no Piauí (1870-1894). In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). **Histórias de vários feitos e circunstâncias**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001, p. 210-233.

OAKESHOTT, Michael. **A política da fé e a política do ceticismo**. 1. ed. São Paulo: É Realizações, 2018, p. 59-64.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. 208p.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Cultura política republicana: sociabilidade e mobilização eleitoral na república velha (Porto Alegre 1889 – 1930)**. Trajetos Revista de História UFC, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 85-106, 2001.

PAULIN, Milson Fernandes. **A deontologia e a necessidade da criação de um código de ética notarial**. CNB, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.cnbsp.org.br/?url_amigavel=1&url_source=noticias&id_noticia=7312&filtro=&Data=&lj=1326> Acesso em: 11 jan. 2022.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

QUEIROZ, Teresinha. **Educação no Piauí: 1880 – 1930**. Imperatriz, MA: Ética, 2008. 104 p.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. Imprensa piauiense: atuação política no século XIX. In: **Anais Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. 2003, p. 1-21. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/1o-encontro-2003-1/imprensa%20piauiense.doc>>. Acesso em: ago. 2021.

RÊGO, Ana Regina. **Imprensa piauiense: atuação política no século XIX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RÊGO, Ana Regina. **O jornalismo piauiense como instrumento de memória e história**. Apresentado no GT 6 do I Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. 2002. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/o-jornalismo-piauiense-como-instrumento-de-memoria-e-historia>> Acesso em: 11 jan. 2022.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 90-120.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart (2003). **Jornalismo, literatura e política: a modernização da**

ROBERTO Pompeu de Sousa Brasil. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-pompeu-de-sousa-brasil>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Guerra do Contestado**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/guerra-do-contestado>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

SALVADOR de Mendonça. **Salvador de Mendonça**. ABL: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/salvador-de-mendonca>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

SAMPAIO, Juliana. **Rosa e Silva**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SILVA.%20Rosa%20e.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

SANTOS, Aline A. M. dos; SILVA, Irla M. B. da. **O voto durante a Primeira República (1889-1930): do direito positivado ao direito vivenciado**. JUS, 2019. <<https://jus.com.br/artigos/76118/o-voto-durante-a-primeira-republica-1889-1930-do-direito-positivado-ao-direito-vivenciado>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. **Rui Barbosa e Pinheiro Machado**: disputa política em torno da candidatura e do governo do marechal Hermes da Fonseca. 2005. 309 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/4156/1/MarceloSantos.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SILVA, Beatriz Coelho. **Clube Republicano**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CLUBE%20REPUBLICANO.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

SILVA, Beatriz Coelho. **Eleição a bico de pena**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ELEIÇÃO%20A%20BICO%20DE%20PENA.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

SILVA, Beatriz Coelho. **Jacobinismo**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JACOBINISMO.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SILVA, Beatriz Coelho. **Revolta da Chibata**. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/revolta-da-chibata>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SILVA, Irla Mary Brito da; SANTOS, Aline A. M dos. **O voto durante a Primeira República (1889-1930): do direito positivado ao direito vivenciado**. JUS, 2019. Artigos. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/76118/o-voto-durante-a-primeira-republica-1889-1930-do-direito-positivado-ao-direito-vivenciado>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

SILVEIRA, Thiago Coelho. **Nos rastros de Gil Martins**: comércio, política e industrialização na Primeira República brasileira (1889-1930). Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jane Bezerra. **Picos e a consolidação de sua rede escolar**: do Grupo Escolar ao Ginásio Estadual. 2005. 158 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPI, Teresina, 2005.

URBANO Maria Eulálio. In: **Academia de Letras da Região de Picos (ALERP)**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.alerp.com.br/academico/patrono/francisco-teotonio-da-luz-neto>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

WESTIN, Ricardo. **Criada há 90 anos, Justiça Eleitoral pôs fim a tradição de fraude nas votações do Brasil**. SENADO, 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/criada-ha-90-anos-justica-eleitoral-pos-fim-a-tradicao-de-fraude-nas-votacoes-do-brasil>>. Acesso em: 05 mar. 2022.